



Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Especialidade em Património Artístico e História da Arte

Ana Rita Penado Rodrigues

**O SERVIÇO EDUCATIVO MUNICIPAL DA AUTARQUIA DE
SERPA COMO MEIO DE SALVAGUARDA, DINAMIZAÇÃO E
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO LOCAL**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Évora, setembro de 2013



Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais
Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
Especialidade em Património Artístico e História da Arte

Ana Rita Penado Rodrigues

**O SERVIÇO EDUCATIVO MUNICIPAL DA AUTARQUIA DE
SERPA COMO MEIO DE SALVAGUARDA, DINAMIZAÇÃO E
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO LOCAL**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Évora, setembro de 2013

Agradecimentos

A concretização do estágio de mestrado e respetivo relatório não teria sido possível sem a colaboração de um grupo de pessoas a quem expressei os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora Prof.^a Dra. Antónia Fialho Conde, pelo precioso apoio que me prestou durante a realização tanto do meu estágio, como do meu relatório, não só por ter respondido sempre às minhas dúvidas e questões, mas também por ter criticado construtivamente o meu trabalho, empenhando-se para que tudo corresse pelo melhor.

Gostaria de agradecer também à Arquitecta Maria dos Anjos Oliveira, coordenadora do Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico da Câmara Municipal de Serpa, a receptividade, disponibilidade, apoio e simpatia que me dedicou no decorrer do estágio.

Agradeço, igualmente, às temporariamente colegas de Gabinete Ana Sofia Antunes e Helena Magro, que disponibilizaram constantemente a sua ajuda durante o estágio e me fizeram sentir “em casa”.

Esboço, ainda, os meus agradecimentos à Sra. Vereadora da Cultura do Pelouro de Serpa, Isabel Esteves, a sua amabilidade, receptividade e interesse que expressou pela minha proposta de estágio, bem como a todos os entrevistados que se disponibilizaram para me receber e me trataram com a maior simpatia e profissionalismo.

Índice

Resumo	7
Abstract	7
Resumé	8
Introdução	9
Capítulo I – O Município de Serpa e o seu Património Material e Imaterial	17
1. Enquadramento Geográfico e Demográfico	17
2. O Concelho de Serpa: Apontamento histórico	18
3. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Serpa	24
4. Os espaços patrimoniais em Serpa: dos Museus à Casa do Cante	26
5. Iniciativas do município no âmbito patrimonial	36
5.1 Projetos	36
5.2 Parcerias	40
5.3 Eventos	41
Capítulo II – Acompanhamento de atividades desenvolvidas pela autarquia a nível do Património	44
1. Exposição/Concurso de Fotografia “Património (I)material”	44
2. Ação de limpeza das imediações do troço de muralha da rua da Barbacã	47
3. Realização de entrevistas para apuramento das valências dos espaços culturais e patrimoniais do concelho de Serpa	49
Capítulo III – Proposta de dinamização e valorização do património serpense através do Serviço Educativo Municipal	62
1. Enquadramento Teórico	62
2. Exemplos a nível nacional e europeu	66
3. Aproveitamento dos espaços e dos recursos em Serpa	68
3.1 Museu Etnográfico de Serpa	69
3.1.1 Coleção de Trajes Históricos e Tradicionais	72
3.1.2 Museu de Vila Nova de São Bento	73
3.2 Museu Municipal de Arqueologia de Serpa	75
3.2.1 Museu de Vila Verde de Ficalho	77
3.3 Musibéria	78
3.4 Casa do Cante	80
3.5 Museu do Relógio António Tavares d’Almeida	81
4. Que públicos?	82

5. Exemplos de visitas temáticas	84
6. Comunicação	101
7. Orçamento	101
8. Sustentabilidade da proposta	102
Conclusão	104
Bibliografia	106
Normativa Legal	108
Webgrafia	108

Índice de figuras

Figura 1 – Freguesias do Concelho de Serpa	17
Figura 4 – Museu Etnográfico de Serpa	26
Figura 3 – Planta do Museu Etnográfico de Serpa: rés-do-chão	27
Figura 4 – Planta do Museu Etnográfico de Serpa: 1º andar	27
Figura 5 – Espólio relativo ao ofício de pescador	27
Figura 6 – Espólio relativo à queijaria	27
Figura 7 – Espólio relativo ao ofício de sapateiro	27
Figura 8 – Museu Arqueológico de Serpa	28
Figura 9 – Museu do Relógio de Serpa	29
Figura 10 – Espólio do Museu do Relógio de Serpa	30
Figura 11 – Museu de Vila Nova de São Bento	31
Figura 12 – Museu de Vila Verde de Ficalho	31
Figura 13 – Sítio Arqueológico anexo ao Museu de V. V. Ficalho	32
Figura 14 – Igreja de São Jorge	32
Figura 15 – Musibéria	32
Figura 16 – Planta do Musibéria	34
Figura 17 – Exposição “Território EmCantados, Músicas e Danças do Mundo”	35
Figura 18 – Casa do Cante	35
Figura 19 – Encontro de Ranchos Corais em Serpa	36
Figura 20 – Fotografia “O Arco”, de André Boto	44
Figura 21 – Fotografia “Em casa ou na rua não se deve comer crua”, de Rodrigo Cabrita	45
Figura 22 – Exposição “Património (I)material”	45
Figura 23 – Cineteatro Municipal de Serpa	45

Figura 24 – Cerimónia de entrega dos prémios e menções honrosas relativos ao concurso “Património (I)material”	46
Figura 25 – Troço de muralha da rua da Barbacã (Serpa)	47
Figura 26 – Vegetação a eliminar com pesticidas	49

Índice de tabelas

Tabela 1 – Dados do INE relativos à população residente no concelho de Serpa, por faixa etária, em 2011	18
Tabela 2 – Dados do IEFP relativos à população desempregada do concelho de Serpa, em 2011	18
Tabela 3 – Grupos que participam em iniciativas promovidas pelos equipamentos culturais	53
Tabela 4 – Grau de frequência das instituições de ensino	53
Tabela 5 – Grau de frequência das instituições de ocupação de tempos livres	54
Tabela 6 – Grau de frequência de outros públicos	54
Tabela 7 – Estratégias a utilizar para envolver os vários tipos de públicos	55
Tabela 8 – Equipa mais adequada à dinamização de um Serviço Educativo comum	56
Tabela 9 – Públicos a contemplar pelo Serviço Educativo comum	57
Tabela 10 – Formas de rentabilização dos recursos humanos afetos a cada equipamento cultural municipal	58
Tabela 11 – Atividades propostas a serem desenvolvidas pelo Serviço Educativo comum	69
Tabela 12 – Meios de comunicação mais eficazes na divulgação de um plano anual de atividades dinamizadas pelo Serviço Educativo comum	60
Tabela 13 – Meios que podem tornar a proposta de criação de um Serviço Educativo comum sustentável	61

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Grupos que participam em iniciativas promovidas pelos equipamentos culturais	53
Gráfico 2 – Grau de frequência das instituições de ensino	53
Gráfico 3 – Grau de frequência das instituições de ocupação de tempos livres	54

Gráfico 4 – Grau de frequência de outros públicos	54
Gráfico 5 – Estratégias a utilizar para envolver os vários tipos de públicos	56
Gráfico 6 – Equipa mais adequada à dinamização de um Serviço Educativo comum	57
Gráfico 7 – Públicos a contemplar pelo Serviço Educativo comum	57
Gráfico 8 – Formas de rentabilização dos recursos humanos afetos a cada equipamento cultural municipal	58
Gráfico 9 – Atividades propostas a serem desenvolvidas pelo Serviço Educativo comum	59
Gráfico 10 – Meios de comunicação mais eficazes na divulgação de um plano anual de atividades dinamizadas pelo Serviço Educativo comum	60
Gráfico 11 – Meios que podem tornar a proposta de criação de um Serviço Educativo comum sustentável	61

Índice de anexos

Anexo I – Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Serpa	113
Anexo II – Guiões-padrão usados na realização de entrevistas	129
Anexo III – Agrupamento dos resultados obtidos, por meio de entrevista, segundo tópicos gerais	134
Anexo IV – Museu da Cidade (Lisboa)	167
Anexo V – Museum of London (Londres)	176

Resumo

O relatório de estágio que apresentamos procura, em primeiro lugar, oferecer uma visão alargada do concelho de Serpa e do seu património material e imaterial. Segue-se uma descrição pormenorizada das atividades de teor patrimonial levadas a cabo pela Câmara Municipal de Serpa e seu Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico, atividades cujo planeamento e/ou realização acompanhámos durante o Estágio. Destacamos também um estudo prévio que serve de base ao desenvolvimento da proposta de alargamento do campo de atuação do Sector Educativo Municipal de modo a constituir um verdadeiro Serviço Educativo a atuar em rede, com o objetivo de dinamizar os equipamentos culturais do município e garantir a salvaguarda e valorização da identidade local. Para tal, é apresentado um plano anual de visitas pedagógicas para alunos dos três aos dezoito anos, séniores e pessoas com necessidades especiais, bem como um conjunto de melhorias a aplicar a cada um dos espaços.

Palavras-chave

Câmara Municipal de Serpa, gestão e valorização do património, serviço educativo em rede.

Abstract

The Municipal Education Sector of the municipality of Serpa as a vehicle of protection, streamline and enhancement for the local Heritage - Internship Report

The internship report seeks, first of all, to provide a broad overview of the municipality of Serpa and its tangible and intangible heritage. It follows, a detailed description of the activities of heritage content undertaken by the Municipality of Serpa and his Office of Architectural and Archaeological Heritage, activities whose planning and/or execution monitored during the Stage. We also highlight a previous study that underpins the development of the proposed extension of the playing field of Municipal Education Sector in order to constitute a genuine educational service to act in network, with the aim of streamline the cultural facilities of the municipality and ensure the conservation and enhancement of local identity. To this end, we present an annual plan of

pedagogical visits for students from three to eighteen, seniors and people with special needs, as well as a set of improvements to be applied to each of the spaces.

Keywords

Municipality of Serpa, management and valuation of heritage, educational service network.

Résumé

Le Secteur Éducatif Municipale de la autarcie de Serpa comme milieu de sauvegarde, dynamisation et valorisation du Patrimoine local - Rapport de Stage

Le rapport de stage que nous présentons, cherche, en première position, donner un aperçu général de la commune de Serpa et son patrimoine matériel et immatériel. Il se suit une description détaillé des activités effectuées par la Mairie de Serpa et son Cabinet du Patrimoine Architectural et Archéologique, activités dont la planification et/ou réalisation nous avons suivi pendant le stage. Nous soulignons également un étude prévoyant que sert de fondement au développement de la proposition d'extension du champ d'action du Secteur Éducatif Municipale à fin de former un vrai Service Éducatif capable d'agir en réseau, dans le but de dynamiser et d'assurer la protection et valorisation de l'identité locale. À cette fin, nous présentons un plan annuel de visites pédagogiques pour les élèves de trois à dix-huit ans, les personnes âgées et les personnes ayant des besoins spéciaux, ainsi que d'une série d'améliorations à appliquer à chacun des espaces.

Mots-clés

Mairie de Serpa, gestion et valorisation du patrimoine, service éducatif en réseau.

Introdução

O relatório que apresento reflete o culminar do estágio curricular de mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, Ramo de Património Artístico e História da Arte, no Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico da Câmara Municipal de Serpa, com a duração de 364 horas, distribuídas por 4 dias semanais, num total de 52 dias, orientado pela Professora Doutora Antónia Fialho Conde da Universidade de Évora e à responsabilidade da Arquitecta Maria Manuel dos Anjos Oliveira, coordenadora do referido Gabinete Municipal, em Serpa, com quem foram definidas as tarefas a desenvolver durante a realização do estágio, mantendo com ambas um contacto regular.

De entre os principais motivos que me levaram a escolher Serpa como local de estágio, destaco a concentração de uma beleza natural e arquitetónica ímpares, além de uma história riquíssima, que, entre outras coisas, documenta um conjunto de práticas, costumes e valores locais que constituem o seu património imaterial. Todo este património é salvaguardado pela Câmara Municipal, através de um vasto leque de iniciativas, equipamentos e eventos culturais e patrimoniais que procuram fazer face às necessidades e solicitações dos diferentes habitantes, cabendo ao GPAA promover a salvaguarda, valorização e divulgação do Património Arquitetónico e Arqueológico do Concelho de Serpa.

Em concreto, este Gabinete reúne as funções de planear, dinamizar e coordenar, em articulação com outras unidades orgânicas da Câmara Municipal de Serpa, as atividades de gestão, inventariação, preservação, classificação e divulgação do património arquitetónico e arqueológico do município, que sejam considerados elementos de identidade e de memória coletiva local; elaborar ou colaborar em estudos e projetos que visem a preservação e reabilitação do património; proceder ao licenciamento de obras particulares e fiscalizar a área de intervenção do Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade de Serpa.

Com um vasto leque de opções e temáticas a desenvolver como objeto de estudo, durante o período de estágio, a minha escolha recaiu sobre um conjunto de equipamentos de carácter cultural e patrimonial do município, com potencialidades

várias a explorar, principalmente, no campo da dinamização, que pode, em meu entender, ser articulada com a educação. O principal objetivo do meu estágio curricular é, portanto, conhecer a realidade desses equipamentos culturais, a fim de propor mecanismos de dinamização, salvaguarda e valorização do património histórico e cultural neste concelho.

Mais especificamente, a proposta que elaboro procura estreitar os laços entre os espaços culturais e patrimoniais do concelho e as instituições de ensino e ocupação de tempos livres, fazendo com que estes públicos possam ver nas coleções expostas e na música local e ibérica um elemento identitário, que os distinga culturalmente; ao mesmo tempo, propõe-se a colaboração dos talentos criativos do concelho como atores ativos nesta transmissão de saberes, bem como de toda a comunidade (pela via do voluntariado) e aproveitamento dos recursos humanos existentes em cada museu para a monitorização das visitas guiadas. A proposta procura, ainda, encontrar estratégias de comunicação e divulgação adequadas e demonstrar que pode ser sustentável por si só, sem necessidade de grandes investimentos. Uma vez consolidada a participação do público local, estão reunidas as condições para promover o intercâmbio com as várias unidades museológicas e os públicos dos concelhos que integram a Rede de Museus do Distrito de Beja.

Trata-se, por isso, de uma proposta inovadora, que envolve a ação concertada dos vários gabinetes e divisões da Câmara de Serpa, com o objetivo último de atrair o tão desejado dinamismo e reconhecimento do património serpense por parte da população deste concelho.

Relativamente à metodologia seguida foram, primeiramente, recolhidos dados por via de entrevista, junto dos chefes e coordenadores de gabinetes e divisões da Câmara Municipal, de técnicos a operar nos equipamentos referenciados, bem como dos representantes do público-alvo escolhido (diretores de instituições de ensino e de ocupação de tempos livres para crianças, idosos e pessoas com necessidades educativas especiais), a fim de apurar:

- a) A relação entre as instituições e os espaços patrimoniais do concelho;
- b) As estratégias de estreitamento destes laços e envolvimento da comunidade;
- c) O que pensam os entrevistados da dinamização do património pelo Serviço Educativo Municipal;

- d) Quais os públicos que deveriam ser contemplados;
- e) Como podem ser rentabilizados os recursos humanos;
- f) Que atividades/visitas podem ser propostas;
- g) Quais as melhores estratégias de divulgação;
- h) A sustentabilidade de uma proposta como esta.

Sendo uma pesquisa qualitativa, os resultados serão interpretados individualmente, para se obter o maior número de soluções.

A metodologia foi complementada pelo recurso à exemplificação de casos de sucesso, a nível nacional e europeu, de equipamentos culturais dinamizados por uma única equipa prestadora de serviços educativos. São eles o conjunto de museus municipais de Lisboa, atualmente geridos pela EGEAC, e os britânicos Museum of London, Museum of London Docklands e MOLA.

A recolha de dados é, ainda, auxiliada e enquadrada por uma abundante bibliografia específica (referente à história de Serpa, à evolução do conceito de “museu” e suas funcionalidades, à educação promovida por instituições deste tipo e às atividades lúdicas que podem ser desenvolvidas por crianças, pessoas com necessidades educativas especiais e idosos, seja em espaços culturais ou não), a qual expomos de seguida.

No que respeita à temática dos museus municipais, a obra *Museologia e autarquias – Experiências, perspectivas*.¹, produto do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, promovido pela Câmara Municipal do Seixal, debate as políticas museológicas no quadro das Autarquias, a nível nacional. De entre as intervenções destacamos: «Subsídios para a História dos Museus de Autarquia», um texto de Ana Maria Lopes Duarte, consiste num estudo sobre museus tutelados pelas autarquias portuguesas, através do qual a autora esboça algumas preocupações relativas ao facto de nem todos os projetos revelarem uma articulação com a comunidade e por isso nunca recebem total adesão por parte dos munícipes. O artigo «Museu Municipal Dr. Santos Rocha. Um século de sucessos e incertezas», de Isabel Pereira, além de apresentar o museu e as suas coleções, ressalta as melhorias que aqui aconteceram, em termos de conservação e investigação. A autora defende afincadamente que uma parte importante da investigação específica da instituição museal é aquela que diz respeito à

¹ *Museologia e autarquias – Experiências e perspectivas. Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e autarquias*. Câmara Municipal do Seixal, 1998.

comunicação das suas coleções, isto é, para se estabelecer estratégias eficazes é imprescindível conhecer os públicos. «Conhecer melhor os utilizadores dos serviços museais. Um estudo sobre a exposição “O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no concelho de Vila Franca de Xira”», trata-se de um estudo realizado por Clara Frayão Camacho, por meio de questionários, que conclui que os visitantes se distribuem equitativamente entre os que anualmente visitam a exposição e os que o fazem pela primeira vez, e também no que respeita à residência no concelho e fora deste; a visita faz-se predominantemente em grupos (escolares, familiares, amigos); e, relativamente ao grau de satisfação, para a maioria a exposição foi, essencialmente, educativa (57%) e recreativa (24%). No domínio dos recursos humanos, Isabel Pereira (Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha) defende, com «As carreiras “técnico superior” nos museus. Técnico superior, investigador e conservador», que cabe às universidades formar técnicos na área da museologia e do património, capazes de conhecer e planear os serviços do museu e os sistemas de informação e comunicação. O artigo intitulado «Os Serviços Educativos dos Museus: que profissão? Uma reflexão sobre Carreiras e formação», de Carla de Almeida Costa (Ecomuseu Municipal do Seixal), procura apurar qual o perfil ideal dos profissionais dos serviços educativos, defendendo a autora que é obrigatória a frequência de formação complementar ao nível de pós-graduação ou mestrado que abarque planos curriculares relacionados com a prática educativa museal, bem como um período de estágio em museus. «Projetos Museológicos da Direção Municipal de Reabilitação Urbana. O Fado, a Festa e as Marchas Populares», de Paula Pacheco e Paula Teixeira (Câmara Municipal de Lisboa), consiste na fundamentação de dois projetos que procuram, pela via da musealização, valorizar e salvaguardar o património imaterial do município de Lisboa, em particular, o Fado e as Festas e Marchas Populares, instalando-os em bairros tradicionais da cidade. «O Museu da Música Portuguesa (Casa Verdades de Faria), que projeto museológico?» é exemplo de mais um projeto museológico municipal no âmbito do património imaterial, referente à música portuguesa. A autora Maria da Conceição Mendonça de Almeida Correia pretende com este projeto atingir uma dinâmica programática da vida e obra de Michel Gicometti e Fernando Lopes-Graça, possibilitando o desenvolvimento de estudos sobre o século XX português, por via de exposições temporárias, programas didáticos, conferências, concertos e edições próprias.

Relativamente aos serviços educativos propriamente ditos, encontramos a obra *Serviços Educativos na Cultura*², que se estrutura a partir de um conjunto de artigos que incidem sobre a emergência da educação museal enquanto campo de estudos transversal e fundamental para o desenvolvimento de um trabalho educativo consolidado e estruturado em torno dos desafios da contemporaneidade. Em «Públicos da cultura e serviços educativos: novos desafios? – Viagem ao continente da “multiplicação de sentidos”», Miguel Honrado recorre ao projeto desenvolvido pelo Serviço Educativo do Teatro Viriato, para enfatizar a possibilidade de se criarem laços de cumplicidade entre a programação e os seus fruidores, visando a progressiva identificação da comunidade com os equipamentos culturais que a rodeiam. Clara Frayão Camacho, com o artigo «Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: panorâmica e perspetivas», problematiza as carências dos serviços educativos face à necessidade de corresponder aos princípios presentes na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, defendendo a autora a adoção de estratégias partilhadas, em rede, que conduzam ao alargamento sustentável da função educativa do museu. Já o texto «Plano de Acção Educativa: alguns contributos para a sua elaboração», de Sara Barriga, propõe linhas orientadoras que devem estar presentes, de modo a assegurar a desejável articulação entre um enquadramento estratégico e uma planificação eficaz, capaz de demonstrar a sua eficácia face às exigências do mercado cultural contemporâneo. Em «Enquadramento teórico para uma prática educativa nos museus», Susana Gomes da Silva reflete sobre linhas orientadoras, problemáticas e premissas no âmbito da educação museal, fruto de contributos teóricos e experiências no terreno que confirmam o valor educativo dos museus e de outras instituições de carácter cultural, com vista à consciencialização dos profissionais sobre as potencialidades e desafios enfrentados pela educação nas instituições culturais e seu consequente relacionamento com os públicos e comunidades a que se dirigem. No artigo «Acessibilidade nos Museus», Maria Vlachou e Fátima Alves refletem sobre um conjunto de boas práticas que visam apoiar os serviços educativos na determinação de políticas e estratégias para a captação e fidelização de públicos-alvo, reais e potenciais, bem como daqueles designados como não-públicos.

² Susana Gomes da Silva e Sara Barriga. *Serviços Educativos na Cultura*, Coleção Públicos Nº2; Ed. Sete-pés, 2007.

*Estudos de património. Museus e educação*³ é uma obra que descreve a evolução dos conceitos de museu e património cultural, tocando diversas temáticas como a sua relação com as comunidades, os seus públicos e recursos humanos, e concluindo que o novo paradigma sociocultural em imergência é muito favorável à valorização do património em ambiente escolar.

Na tese de mestrado intitulada *A relação escola-museu na cidade de Lisboa*⁴, Maria de Lurdes Gomes, estuda a relação entre as várias escolas (públicas e privadas) até ao ensino secundário, de Lisboa, e os museus (46 no total) da mesma cidade, obtendo respostas por meio de inquérito a professores e museólogos. Segundo a autora, a relação do museu com a escola é uma “importantíssima componente da formação multifacetada e multidisciplinar que cada vez mais é necessária aos vários níveis de público escolar”.

No que respeita a atividades práticas no âmbito da museologia e do património temos a obra *O património e a escola. Do passado ao futuro*⁵, de Isabel Cottinelli Telmo, que reflete a experiência de uma professora de expressão plástica e educação visual. Este livro divulga exemplos de atividades práticas de âmbito patrimonial local, procurando a concertação entre o futuro representado pelas crianças e a valorização do passado. Estas atividades são rigorosamente estruturadas, apresentado a faixa etária a que se destinam, a descrição do monumento/espço cultural a visitar, os objetivos da visita, os conteúdos programáticos a serem integrados e, por fim, as atividades relacionadas com os referidos conteúdos.

*Motivar os alunos. Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*⁶, tal como a obra anterior, consiste num estudo efetuado por duas professoras de ensino básico, direcionado para professores. Esta obra aborda a temática do desenvolvimento da motivação nas crianças e jovens, sendo as vantagens da potenciação de atividades lúdicas pedagógicas extraescola amplamente evidenciadas, constituindo um método criativo de ensino, que abre os horizontes dos alunos e os coloca num nível de

³ J. Amado Mendes, *Estudos de património. Museus e educação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

⁴ Maria de Lurdes Roque Carvela Gomes. *A relação escola-museu na cidade de Lisboa*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2012.

⁵ Isabel Cottinelli Telmo. *O património e a escola. Do passado ao futuro*. Lisboa: Texto Editora, 1989.

⁶ Maria José e Coelho Balancho, Filomena Manso. *Motivar os alunos. Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. Lisboa: Texto Editores, 1994.

automotivação bastante elevado. As autoras terminam com exemplos de atividades extracurriculares de âmbito cultural, geradoras da referida motivação nas crianças.

Em *Integração de pessoas com perturbações psíquicas em actividades de tempos livres. Manual do Monitor Especializado*⁷, os autores Vítor J. Ventosa e Rafael Marset abordam a animação e educação em crescente expansão. Esta expansão deve-se em muito, segundo eles, à acelerada proliferação de atividades, serviços, infraestruturas, utentes, animadores, e, ainda, à diversificação de espaços e sectores de intervenção. Um dos novos públicos a que se direciona esta nova panóplia de atividades são as pessoas com necessidades educativas especiais, nomeadamente, psíquicas. De entre as atividades propostas pelos dois autores distinguimos os jogos, as danças e canções, os ateliês criativos de integração, o desporto, a organização de colóquios de integração e a preparação de férias ativas física e intelectualmente.

*Families, Schoolchildren and Seniors at the Museum: Research and Trends*⁸ é um dos quatro volumes publicados pelo Comité para a Educação e Ação Cultural (CECA), do Concelho Internacional dos Museus (ICOM). Desta obra, distinguimos o artigo intitulado «Characteristics of Senior Audiences and Experience of the Contemporary Art Museum of São Paulo», que reflete sobre as fragilidades e potencialidades de um público cada vez mais significativo da sociedade contemporânea: os idosos. O artigo apresenta, assim, as dificuldades sentidas pelo público sénior aquando das visitas a museus, propondo soluções práticas para os vários problemas e para a mudança de mentalidades, que só se consegue, segundo o autor, através da participação em atividades desenvolvidas pelos mesmos.

A consulta da normativa legal também se mostra essencial, dado a que se trata de uma proposta de âmbito camarário e tem obrigatoriamente de ser enquadrada legalmente para se tornar executável, salientando-se para o efeito a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, a *Lei de Bases do Património Cultural Português* e o decreto-lei referente ao *Património Cultural Imaterial*.

⁷ Vítor J. Ventosa e Rafael Marset. *Integração de pessoas com perturbações psíquicas em actividades de tempos livres. Manual do Monitor Especializado*. Lisboa: Dinalivro e Editorial CCS, 2003.

⁸ M. H. Pires Martins e C. de Moraes Silva. «Characteristics of Senior Audiences and Experience of the Contemporary Art Museum of São Paulo», *Families, Schoolchildren and Seniors at the Museum: Research and Trends*. Paris, ICOM CECA, 2002.

O Relatório que se segue dividir-se-á em três partes. A primeira procura apresentar ao leitor o concelho de Serpa e o seu património material e imaterial. A segunda faz referência ao acompanhamento de atividades de teor patrimonial levadas a cabo pela Câmara Municipal de Serpa, durante a realização do estágio de mestrado nesta instituição. E, por fim, a terceira parte apresentará, na íntegra, a proposta de salvaguarda, dinamização e valorização do património serpense, através de um serviço educativo a ser prestado pelo município de Serpa.

Capítulo I

O Município de Serpa e o seu Património Material e Imaterial

1. Enquadramento Geográfico e Demográfico

Seguindo o Regulamento n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa de 26 de Maio de 2003, que designa as Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal, o Concelho de Serpa situa-se em Portugal Continental, no Alentejo, mais precisamente no Baixo Alentejo, e no Distrito de Beja. Ocupa uma área total de 1106,5 km², que se divide em sete freguesias: Brinches, Pias, São Salvador, Santa Maria, Vale de Vargo, Vila Nova de S. Bento e Vila Verde de Ficalho.

As terras de Serpa há muito que têm a suas fronteiras definidas. “Confinam, ao norte, com as herdades e outras propriedades das freguesias de Santa Maria, Salvador, S. Brás, Aldeia Nova e Ficalho, indo desde o Guadiana até à raia de Espanha. A leste, seguem o traçado fronteiriço, descendo em encostas abruptas pelas margens do Chança. Ao sul, erguida como alto castelo medievo no meio de pirâmides geodésicas, atalaias como as denominam os íncolas, aparentando sentinelas rígidas de vigia a um património milenário, espalhadas pelo cume de alguns carros mais altos, delimita-os a serra de Mértola que se prolonga do Guadiana ao Chança. Este, com as suas cataratas e o seu *pulo-do-lobo*, marca-lhes o limite ocidental.”⁹



Figura 1 - Freguesias do Concelho de Serpa. (Fernando Faria, 2007).

No que respeita à demografia, e segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE (Censos 2011), o Concelho de Serpa é constituído por 15 623 indivíduos residentes. Destes, cerca de 3600 indivíduos são pessoas em idade escolar (entre os 0 e os 25 anos), que se encontram, na sua maioria, distribuídas por 2 creches, 8 jardins-de-infância, 10 escolas de 1º ciclo, 3 escolas de 2º e 3º ciclos, 1 escola secundária e 1

⁹ Jorge Vernex. *A Serra-de-Serpa: Ensaio de monografia social*, Porto: Livraria Latina Editora, 1944.

escola profissional. Já os idosos são mais numerosos, constituindo um total de 4037, e surgindo, muitas vezes, integrados em centros de dia e de convívio, academias sénior e lares de terceira idade, que se encarregam de ocupar os seus tempos livres. Estes dois grupos etários somam no total cerca de 7637 indivíduos. Verificamos, também, que 7986 pessoas, ou seja, aproximadamente 51,12% da população encontra-se em idade ativa. Destes, estão, segundo o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), cerca de 1377 pessoas, de ambos os sexos, desempregadas, como podemos verificar na tabela 2.

Período de referência dos dados	Local de residência	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal				
		Sexo				
		HM				
		Grupo etário				
		Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º		
2011	Serpa	15 623	1 953	1 647	7 986	4 037

Tabela 1 - Dados do INE relativos à população residente no concelho de Serpa, por faixa etária, em 2011.

População desempregada			
Serpa	Total		
	HM	H	M
	1377	669	708

Tabela 2 - Dados do IEFP relativos à população desempregada do concelho de Serpa, em 2011.

2. O Concelho de Serpa: apontamento histórico

Cientes dos extraordinários recursos naturais que a área oferecia, os primeiros povos a fixarem-se na margem esquerda do Guadiana chegaram no V milénio a. C., como provam os vários vestígios arqueológicos encontrados. Estes pequenos grupos de homens e mulheres que viviam do que a natureza lhes oferecia, da caça e da pesca, vão preferir a região norte de Serpa (entre o Guadiana e o último troço da ribeira de Enxoé) para se instalar. Mais tarde, quando dominam a agricultura, optam por instalar-se em terras mais férteis.

Durante o século IV a.C. surgem na zona de Serpa os primeiros monumentos megalíticos, de que o menir do lugar dos Testudos é exemplo. Na viragem do II

milénio, o povoamento estender-se-á a regiões de acesso mais difícil como Serpa e a Serra de Ficalho.

Sabemos, pelas palavras de J. M. Graça Affreixo¹⁰, ao citar Tito Lívio, que Serpa fora tomada pelo Império Romano em 181 a.C., após Q. Fulvio Flacco derrotar os celtiberos. A princípio, Serpa terá sido um posto militar romano, o que se comprova pelo itinerário criado pelo imperador Antonino. No entanto, pensa-se que Serpa poderá ter sido também um povoado, devido ao facto de ter sido encontrada uma pedra tumular onde se pode observar a inscrição *Juxta Oppidum*, termo este que significa “perto da cidade”. Além disso, a própria existência de uma pedra tumular denuncia que seria um lugar onde habitavam personalidades relevantes deste império.

Quando se dá a invasão árabe ao território alentejano, no século VIII, a região era já habitada pelos hispano-godos e seguia a doutrina cristã, refere Francisco Manuel de Mello Breyner, Conde de Ficalho, em *Notas Históricas Acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*¹¹. Segundo este autor, as famílias mais distintas fugiram, mas a maioria da população permaneceu no local e aceitou o domínio muçulmano. Affreixo, anteriormente citado, faz referência a Manuel de Faria e Souza para provar que Serpa terá caído em poder dos mouros durante aproximadamente 349 anos. Durante os séculos de domínio islâmico destaca-se a construção da primeira fortificação em taipa.

A origem do nome da vila também se crê provir deste povo. Como reflete o Conde de Ficalho num artigo que escrevera para o jornal *A Tradição*¹², a origem do termo “Serpa” terá sido uma evolução da palavra árabe *Cherba*, “primeiro porque o *S* inicial é frequentes vezes representado pelo *Chin*, como em *Chantarin* de Santarém; segundo porque o *p* falta no alfabeto árabe e é substituído pelo *b*.”

Na opinião de Affreixo, apesar de um aparente conformismo em relação à ocupação muçulmana, nunca terão havido muito boas relações pessoais entre cristãos e árabes em Serpa, pois se as houvesse D. Afonso Henriques não teria encontrado a terra quase despovoada, em 1166, ano em que a vila será, pela primeira vez, território

¹⁰ José Maria da Graça Affreixo. *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*. Serpa, Biblioteca Abade Correia da Serra, 1996.

¹¹ Francisco Manuel de Mello Breyner (Conde de Ficalho). *Notas Históricas Acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*. Lisboa, 1979.

¹² Ladislau Piçarra; M. Dias Nunes. *A tradição, revista mensal d'ethnographia portugueza, illustrada*. Vol. 1. Serpa: Câmara Municipal, 1982.

português. Todavia, esta será novamente perdida, em 1180, e nem o difícil cerco empreendido por D. Sancho I, alguns anos depois, a recuperará.

A segunda vez que o reino português possuirá o povoado de Serpa será por mérito de D. Afonso II e acontece de forma muito peculiar, dando origem a uma lenda. Reza esta que o combate entre mouros e cristãos terá acontecido algures entre São Gens e Serpa (intramuralhas) e que devido ao calor e à sua excessiva gordura, o rei terá desmaiado e passado por morto, pelo que se colocara no local uma cruz feita de paus. Quando recuperou os sentidos, todos pensaram que voltara à vida, por milagre divino. No local da cruz velha de pau, mandara-se erguer uma nova e, assim, se consagrara a lenda da Cruz Nova.

Coube, por fim, a D. Sancho II conquistar Serpa definitivamente aos mouros, em 1230, entregando-a a D. Fernando, seu irmão, para ser seu senhor. Este terá sido um bom senhor, tendo de imediato abandonado Lisboa para na vila residir. Contudo, devido ao facto de seguir o partido do irmão nas desavenças com o clero e à, posterior, subida de D. Afonso III ao trono, vê-se obrigado a exilar-se. É, precisamente, por esta altura que Serpa passa a pertencer a D. Afonso de Castela, que contara com a preciosa ajuda da ordem dos hospitaleiros aqui instalada, que tinha como comendador Afonso Pires Farinha.

Na sua *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*¹³, Affreixo revela como Serpa voltará a pertencer ao reino português. Segundo ele, as terras da margem esquerda do Guadiana eram o dote de D. Beatriz, mãe de D. Dinis. Quando o infante se torna rei concede um foral¹⁴ à vila (que será o seu primeiro), a fim de autenticar a sua posse. Este já havia sido dado a Évora e a Beja e é, depois, estendido a Moura. O referido foral vem, assim, estabelecer as primeiras leis da cidade. Também ordenada por D. Dinis foi a grande remodelação dos panos de muralha, a partir de 1295, obras que decorreram a par da reconstrução do castelo e de outras, em tudo semelhantes às realizadas no castelo e linha de defesa da vila de Moura. A alcáçova foi parcialmente aproveitada das edificações islâmicas em taipa, sendo de planta aproximadamente retangular, encostada à torre de menagem. O conjunto ficava defendido por um forte. As cortinas das muralhas, verticais, foram reforçadas por cubelos e encimadas por grossas

¹³ José Maria da Graça Affreixo. *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*. Serpa, Biblioteca Abade Correia da Serra, 1996.

¹⁴ *Idem*, pág. 39.

ameias e fizeram-se três entradas: as Portas de Beja, localizadas a noroeste, as Portas de Moura, a nordeste, e as Portas de Sevilha, a Sul.

Com D. Manuel I, Serpa ganha uma nova carta de foral¹⁵ (1513). Este tinha já uma relação próxima à terra dado a que havia sido seu senhor antes de subir ao trono. A análise do referido foral mostra que Serpa era, no início do século XVI, um povoado em desenvolvimento, sendo a pastorícia a sua atividade fulcral.

Durante a Crise de Sucessão de 1580 dão-se violentos combates um pouco por todo o país. Em Serpa, as muralhas, mandadas construir por D. Dinis, e o castelo ficarão em ruínas, às mãos de Sancho d'Ávila (1580).

Só em meados de Seiscentos, no decurso da Guerra da Restauração (1640-1668), e por iniciativa de D. João IV foi concebido um projeto da autoria de Nicolau de Langres destinado a reforçar os limites da fortificação com elementos abaluartados, considerados mais eficientes do ponto de vista militar. Foi, assim, erguido o forte de S. Pedro, representando apenas parte do projeto de Langres. As muralhas são novamente destroçadas durante a ocupação espanhola de 1707, quando o Duque de Ossuna ataca a vila.

No século XVII, houve um aumento populacional e, em 1674, o futuro rei D. Pedro II, conferiu à vila o título e os privilégios de “Vila Notável” devido à nobreza da sua povoação e à posição estratégica que ocupava, em circunstâncias de guerra.

Até às Invasões Francesas, Serpa ainda vai pertencer a D. Francisco, filho de D. Pedro II, e a D. Pedro, irmão de D. José I. Com a permanência de franceses e ingleses em Portugal, a vila perde a sua supremacia militar e passa por crises demográficas e agrícolas, aumentando as desigualdades sociais.

Como refere Affreixo¹⁶, em 1771, as igrejas do concelho de Serpa deixam de pertencer à Sé de Évora e passam a pertencer ao bispado de Beja, que entretanto se tornara independente. Entre elas contamos as igrejas de Santa Maria e São Salvador (Serpa), de São Jorge (Vila Verde de Ficalho), de Nossa Senhora das Neves (Brinches), de Santa Iria (Santa Iria), de São Bento (Aldeia Nova de São Bento), de Sant'Ana

¹⁵ *Idem*, pág. 62 .

¹⁶ *Idem*.

(Sant'Ana), de Santo António Velho, de São Brás (São Brás) e de Santo Estevam (freguesia de São Salvador).

A partir de 1777, quando D. Maria I assume o trono português e inicia uma política de desenvolvimento cultural notável, casos da Biblioteca Nacional, da Basílica da Estrela, do Teatro de São Carlos (em Lisboa) e do Teatro de São João (no Porto), da Academia Real da Marinha, Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho e, por fim, a Academia Real das Ciências de Lisboa, um serpense de renome no estrangeiro irá destacar-se. Trata-se de abade José Francisco Correia da Serra, um botânico, doutor em Direito Canónico e Civil na Universidade de Roma. Esta personalidade, tendo já uma obra internacionalmente reconhecida na área, esteve na origem da criação da Academia Real das Ciências, cabendo-lhe a elaboração dos Estatutos da instituição. Como secretário da Academia desenvolveu uma intensa atividade de organização dos programas de estudo e iniciativas de promoção da investigação científica, bem como a publicação de importantes textos científicos em português.

No ano de 1820, após o triunfo da Revolução Liberal em Portugal, Serpa continua a fazer-se notar, no panorama político agora, conseguindo eleger para deputado das cortes constituintes o nobre filho da terra António Bermeo Cortez. Segue-se uma representação política assídua iniciada por Francisco de Mello Breyner, que vencera as eleições provinciais de 1821, e continuada por bravos homens como Carlos Honório de Gouveia Durão, Joaquim António Mendes Velho e José Correia Serra, em 1822; Francisco Martins Pulido (1860/1861); Manuel Pires Lavado de Brito (1864, 1865 e 1868); José Maria Coelho, em 1869; José Dias Ferreira, no ano seguinte; Joaquim de Vasconcelos Gusmão (1870); Jacinto António Perdigão, nos anos de 1871 e 1874; José Maria Borges (1878); José Maria de Oliveira Valle, em 1879; e, à data de 1881, o Conde da Foz.

Durante os tempos de implantação da 1ª República, em Portugal, em 1910, dois serpenses vão destacar-se politicamente na capital do país. António Ladislau Parreira, primeiro-tenente da marinha, substituindo Cândido dos Reis, a 4 de Outubro, quando este se suicidou por julgar a revolução fracassada mais uma vez, dirigiu as operações navais no Tejo, tomou o quartel de Alcântara e bombardeou o Palácio das Necessidades onde estava o rei D. Manuel II. Depois disso, foi eleito Deputado da Assembleia

Constituinte e Senador e participou na fundação do Partido Unionista (também denominado União Republicana). Outro António Ladislau mas, desta feita, Piçarra se havia de distinguir por esta altura. Médico de profissão, esta personalidade iria criar, em Serpa, juntamente com M. Dias Nunes, o Jornal *A Tradição*, que contou com a colaboração dos ilustres Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis e o Conde de Ficalho (citado anteriormente). Além disso, foi um dos fundadores da Liga de Educação Nacional, em 1908, e do Grupo Republicano de Estudos Sociais (1896), representou a Comissão Municipal Republicana de Serpa e impulsionou a criação da Associação de Classes dos Trabalhadores Rurais de Serpa, no ano de 1909. Eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, em Agosto de 1910, pelo Distrito de Beja, tornou-se, passado pouco tempo, senador.

Se a implantação da República não trouxe qualquer modificação à vida das gentes de Serpa, o mesmo não aconteceu com a vitória do Estado Novo, após o golpe militar de 1926. Como refere Margarida Magalhães Ramalho, em *História e Histórias de Serpa*¹⁷, com as intensas campanhas de trigo decretadas para o Alentejo por Oliveira Salazar, em 1929, ainda se vai deteriorar mais a vida, já difícil, dos trabalhadores rurais. A monocultura do trigo em extensão vai acabar com todas as outras atividades agrícolas, desequilibrando o sistema produtivo da região. A introdução massiva da maquinaria e a utilização dos adubos faz diminuir, ainda mais, os postos de trabalho. Além disso, os pequenos produtores, ao aderirem exclusivamente ao cultivo de trigo, não conseguem acompanhar a modernização dos equipamentos e acabam por ter de vender as suas terras. Entre as décadas de 30 e 40 dá-se um flagelo de fome e miséria no Alentejo, muito propício à difusão do ideário marxista. Em resposta, o governo de Lisboa envia a sua polícia política, despoletando confrontos, perseguições, prisões e torturas de muitos trabalhadores.

Por todas estas razões, a partir de 1950, a emigração, tanto para o estrangeiro, como para zonas industriais à volta de Lisboa e Setúbal, torna-se constante. O concelho, que até aí tivera um crescimento demográfico acentuado, vai começar a despovoar-se, situação que se mantém até à atualidade.

¹⁷ Margarida Magalhães Ramalho. *História e Histórias de Serpa*. Beja, Região de Turismo Planície Dourada, 2007.

3. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Serpa

De acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro¹⁸, a estrutura orgânica dos serviços municipais compreende 13 Unidades Orgânicas flexíveis, que incluem 5 Gabinetes equiparados ao nível de Divisão, 8 Divisões, e 9 Subunidades Orgânicas, cujas funções são apresentadas de seguida.

Os Gabinetes Municipais situam-se no edifício principal da Câmara Municipal de Serpa, onde se encontra o Presidente da mesma instituição e dividem-se em:

- *Gabinete de Apoio ao Presidente e Órgãos Municipais*: tem como objetivo apoiar diretamente o Presidente da Câmara no desempenho das suas funções e, ainda, secretariar e apoiar os órgãos do município;
- *Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem*: promove a estratégia de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal, efetuando a articulação entre os órgãos de comunicação social e as iniciativas e eventos realizados no município;
- *Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social*: visa apoiar o Executivo na formulação de objetivos e estratégias de desenvolvimento para o concelho, nas áreas do Planeamento Estratégico, Desenvolvimento Municipal Social e Económico e Financiamento Comunitário e Nacional;
- *Gabinete de Assessoria Jurídica*: verifica a legalidade da atuação do município, intervindo juridicamente para a proteção dos interesses municipais;
- *Gabinete de Inovação e Otimização Organizacional*: Apoia o executivo na dinamização das políticas, objetivos e estratégias que visem a inovação, a modernização organizacional e garante o suporte necessário através das soluções e meios tecnológicos de informação e comunicação que gere na Câmara Municipal;
- *Gabinete de Proteção Civil e Segurança*: assegura a coordenação das atribuições das autarquias na área da proteção civil e da segurança.
- *Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico*: local de realização do estágio de mestrado apresentado neste relatório, ao qual cabe promover a salvaguarda, valorização, conservação e divulgação do Património Arquitetónico e Arqueológico do Concelho de Serpa. A equipa responsável pelo funcionamento deste Gabinete é constituída por uma coordenadora, a Chefe de Divisão Maria Manuel Oliveira (mestre em arquitetura), uma arqueóloga, a

¹⁸ Em vigor à data da realização do estágio de mestrado na instituição. Anexo I.

Técnica Superior Ana Sofia Antunes e uma arquiteta, a Técnica Superior Helena Magro.

As 8 Divisões que integram a autarquia de Serpa estão instaladas em locais físicos distintos como o edifício principal da Câmara Municipal, a Biblioteca Abade Correia da Serra, o Parque de Máquinas Municipal e o Cineteatro Municipal e apresentam-se sob as denominações de:

- *Divisão Atendimento e Suporte Administrativo:* Assegura o atendimento integrado dos serviços prestados pelo Município de Serpa, bem como o apoio administrativo transversal às diversas áreas. Subdivide-se em *Sector de Atendimento* e *Subunidade de Apoio Administrativo e Expediente Geral*.
- *Divisão de Gestão Financeira e Património:* Regula e controla a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais do Município de Serpa, numa base de eficiência e racionalidade, subdividindo-se em *Subunidade de Gestão Financeira*, *Subunidade de Aprovisionamento* e *Sector de Tesouraria*.
- *Divisão de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:* Define e gere a estratégia de gestão dos recursos humanos do Município de Serpa, coordenando as atividades de recrutamento, formação, avaliação de desempenho, remuneração e saúde, higiene e segurança no trabalho. Esta Divisão subdivide-se em *Subunidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos* e *Sector de Desenvolvimento de Recursos Humanos*.
- *Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional:* Gere os processos de obras municipais, constantes do plano de atividades e assegura a construção e conservação de infraestruturas e equipamentos municipais assim como a gestão da frota municipal. Subdivide-se em *Subunidade Administrativa de Apoio Geral*, *Sector de Obras por Administração Direta*, *Sector de Empreitadas* e *Sector de Gestão do Parque Municipal e Apoio Logístico*.
- *Divisão de Ambiente, Mobilidade e Serviços Urbanos:* Garante uma boa qualidade de vida no concelho em termos ambientais e da gestão integrada do espaço público orientando a sua atuação pelos parâmetros do desenvolvimento sustentável, e subdivide-se em *Sector de Ambiente, Saúde Pública e Limpeza*, *Sector de Jardins e Zonas Verdes*, *Sector de Transportes Públicos Urbanos, Trânsito e Mobilidade*, *Sector de Cemitério* e *Sector de Feiras e Mercados*.
- *Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território:* Tem como funções levar a cabo a estratégia municipal de gestão do território e potenciar a qualidade de

vida, através da valorização dos núcleos urbanos, do espaço rural e do ambiente, desenvolvendo instrumentos de gestão territorial. Subdivide-se em *Subunidade de Apoio Administrativo de Urbanismo, Subunidade de Secretariado Técnico, Sector de Administração Urbanística, Sector de Obras Particulares, Sector de Fiscalização e Sector de Informação Geográfica.*

- *Divisão de Cultura e Dinamização Turística:* Planeia, dinamiza e controla as atividades nos domínios da Cultura e do Turismo, reforçando a identidade do município e potenciando a atividade económica, subdividindo-se em *Subunidade de Apoio da Cultura e Turismo, Sector de Cultura, Sector de Movimento Associativo e Sector de Dinamização Turística.*
- *Divisão de Educação, Desporto e Ação Social:* Planear e implementar, programas e medidas municipais referentes à área educativa e apoio social, que conduzam à resolução das situações problemáticas e carências da população. Subdivide-se em *Subunidade de Apoio Administrativo da Educação e Ação Social, Sector de Educação, Sector de Ação Social e Sector de Desporto, Juventude e Tempos Livres.*

4. Os espaços patrimoniais em Serpa: dos Museus à Casa do Cante

Museu Etnográfico de Serpa

O Museu Etnográfico de Serpa foi pensado para albergar mais do que um espólio de valor patrimonial, a memória de uma comunidade de características rurais que ameaçava perder-se.

Tendo sido inaugurado em 1987 e encontrando-se instalado no edifício do antigo mercado municipal, uma construção de finais



Figura 2 - Museu Etnográfico de Serpa. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

do século XIX que foi objeto de recuperação e remodelação pelo *atelier* do arquiteto A. Saldanha, sempre com a preocupação de manter a sua traça original. O projeto de criação começara dois anos antes com a formação da Comissão Organizadora do Museu composta, na sua maioria, por professores da Escola Secundária de Serpa, sob a alçada

da autarquia. O principal objetivo desta comissão foi o levantamento sistemático e a recolha de material de interesse etnográfico bem como o seu estudo e catalogação. Pretendia-se, assim, caracterizar a sociedade agrária alentejana, que dava sinais claros de mutação, partindo-se dos vestígios da sua cultura material.

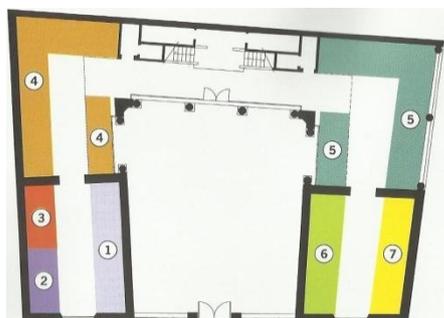


Figura 3 – Planta do Museu Etnográfico de Serpa: rés-do-chão. (Catálogo do Museu Etnográfico de Serpa, 2011).

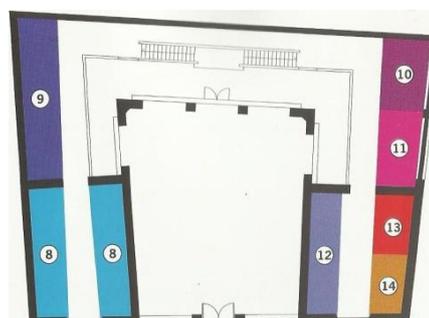


Figura 4 – Planta do Museu Etnográfico de Serpa: 1º andar. (Catálogo do Museu Etnográfico de Serpa, 2011).

As peças foram, assim, agrupadas por sectores produtivos – agro-pecuária, artesanato, atividades comerciais e serviços, atividades recolectoras. A exposição dos objetos obedeceu essencialmente a um critério didático que pretendia recriar o espaço físico das tradicionais oficinas, procedendo a uma distribuição funcional das peças. Sob a denominação de "Ofícios da Terra", a exposição permanente abrange, assim, uma grande diversidade de ocupações e ofícios inerentes à produção de bens indispensáveis à subsistência da comunidade local antes do 25 de Abril, bem como os saberes técnicos e tecnológicos tradicionais ligados à sua fabricação. A coleção é composta por artefactos e utensílios diversos relacionados com as profissões de carpinteiro, ferrador, albardeiro, abegão, latoeiro, ferreiro, oleiro, roupeiro, pescador, cadeireiro, cesteiro, alfaiate/costureira, sapateiro e barbeiro.



Figura 5 – Espólio relativo ao ofício de pescador. (Ana Rita Rodrigues, 2012).



Figura 6 – Espólio relativo à queijaria. (Ana Rita Rodrigues, 2012).



Figura 7 – Espólio relativo ao ofício de sapateiro. (Ana Rita Rodrigues, 2012).

Associado, ainda, a este museu temos uma coleção de trajes que retrata a passagem das várias épocas no que ao vestuário e calçado de senhores e trabalhadores diz respeito. Esta coleção, que se encontra numa sala do Cineteatro de Serpa, continua a ser objeto de funcionalidade, nomeadamente, durante as Festas em Honra a Nossa Senhora de Guadalupe (que decorrer no fim-de-semana da Páscoa), altura em que integra o Cortejo Histórico e Etnográfico do concelho, e a Feira Histórica e Tradicional de Serpa.

Museu Municipal de Arqueologia de Serpa

Atualmente em fase de requalificação, o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa possui uma coleção riquíssima que documenta a história do Homem, e, principalmente, dos Homens que pelas terras de Serpa passaram.



Figura 8 – Museu Arqueológico de Serpa. (IGESPAR, 2009).

Em 1984, na sequência da atividade desenvolvida pelo Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Popular de Serpa, o Museu Arqueológico foi instalado na antiga casa do governador da Praça, compreendida entre o espaço da alcáçova do Castelo. O projeto contou com a colaboração do arquiteto Mário Varela Gomes. A exposição permanente abrange um vasto período cronológico, com objetos que vão do período paleolítico inferior à época islâmica, oriundos, na sua maioria, da área geográfica do concelho (Paleolítico: Moinho do Catalão, da Casa da Barca, da Quinta D. Luís, Quinta da Azenha do Correia, Quinta de Insua, Quinta do Moinho do Catalão, Quinta da Azenha dos Machados e Quinta do Terraço do Laço; Idade dos Metais: S. Brás, Moinho da Misericórdia e Castelo de Serpa; período romano: Torre Velha, Cidade das Rosas, Monte Branco, Quinta D. Luís, Monte dos Alpendres e cidade de Serpa; período islâmico: Cidade das Rosas e Monte Zambujeiro).

O novo museu, sob a designação de Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, está organizado em três pisos, sendo o piso térreo subdividido em sala de exposições

temporárias, sala polivalente, auditório e cafeteria com esplanada; o primeiro dedicado à pré e proto-história; e o piso superior relativo à presença de romanos e árabes na região¹⁹.

Os principais motivos desta requalificação são, em primeiro lugar, a necessidade de apetrechar o museu de funcionalidades e recursos de que não dispunha anteriormente, colmatando lacunas como a degradação que já vinha a acusar, a falta de espaço para a integração de novo espólio e de recursos humanos especializados; e, em segundo lugar, dotá-lo de qualidade suficiente para que possa responder aos requisitos da Lei-Quadro dos Museus Portugueses e, assim, efetivar uma candidatura à Rede Portuguesa de Museus.

Com inauguração prevista para Setembro de 2013, o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa será o primeiro espaço cultural do concelho a possuir um serviço diversificado e altamente qualificado e, sobretudo, pensado para a sua comunidade.

Museu do Relógio António Tavares d'Almeida

A coleção de relógios de António Tavares d'Almeida foi iniciada em 1972, com três relógios avariados oferecidos pelo seu avô. Formado em eletromecânica, nunca havia, porém, contactado com relógios antigos. O facto de ter conhecido, na altura, o melhor relojoeiro português, António Couto, com quem aprendeu a arte, fê-lo despertar para o colecionismo. Adquiriu, então, centenas de relógios, uns comprados outros oferecidos, que estavam abandonados nas relojoarias e que tratou de concertar.



Figura 9 - Museu do Relógio de Serpa.
(Fotografia recolhida em <http://ventaniasrosadas.blogspot.pt>).

Com um vasto acervo em sua posse, cerca de 2 300 peças mecânicas que incluíam exemplares de bolso, pulso e sala, António Tavares d'Almeida, resolveu criar um Museu onde pudesse expor os relógios que tinha em sua posse. Fixou-o, sem qualquer apoio, no Convento do Mosteirinho, em Serpa, uma construção manuelina do séc. XVI, de beleza ímpar, propriedade da família. Este ocupa 9 salas, construídas em

¹⁹ Não foi possível incluir a planta do novo edifício, uma vez que esta não foi disponibilizada pela Câmara Municipal de Serpa.

tijoleira alentejana em contraste com paredes e abóbadas caiadas de branco e oferece, também, um pequeno jardim, um bar, uma biblioteca com mais de 600 livros temáticos, uma oficina de restauro e um espaço de exposições temporárias.²⁰

Inaugurado em 1995, o Museu do Relógio revela ao observador as marcas de relógios mais conceituados do mundo como a Vacheron Constantin (1755), a Girard Perregaux (1791), a Cartier (1827), a Baume & Mercier (1830), a Jaeger le Coultre (1833), a Patek Philippe (1839), a A. Lange & Söhne (1845), a Ulysse Nardin (1846), a Panerai (1860), a Heuer (1860), a Zenith (1865), a International Watch Cº (1868), a Audemars Piguet (1874), a Piaget (1874), a Eterna (1876), a Breitling (1884), a Universal Genève (1894), a Rolex (1905), a Bell & Ross (1950), a Daniel Roth (1988), a Franck Muller (1990), a F.P. Journe (1999) e a Martin Braun (2002).



Figura 10 – Espólio do Museu do Relógio de Serpa.
(Fotografia recolhida em <http://www.lifecooler-travel.com/registo.aspx?reg=334000>).

Em 2011, foi concretizado um projeto há muito ambicionado por esta instituição, que passava pela abertura de um Pólo deste Museu na histórica cidade de Évora, tendo sido instalado no emblemático Palácio Barrocal, situado na Rua Serpa Pinto, um edifício pertencente à Fundação INATEL.

Único na Península Ibérica e a atuar sem qualquer apoio ou financiamento de proveniência estadual, o Museu do Relógio é autossustentável, desenvolvendo, ainda, uma linha de relógios de venda exclusiva, de grande procura sobretudo por aqueles que constituem o grupo “Amigos do Museu”. Por todos estes motivos, o Museu é visto como mais um *ex-libris* do concelho de Serpa.

²⁰ Não foi possível incluir a planta do edifício, uma vez que esta não foi disponibilizada pelo Museu do Relógio.

Museu de Vila Nova de São Bento



Figura 11 – Museu de Vila Nova de São Bento.
(Agrupamento de Escolas de Vila Nova de São Bento, 2010).

Numa região de fortíssimas tradições agrícolas, é natural que exista em mais do que uma localidade unidades museológicas dedicadas à etnografia. Por esse motivo, podemos encontrar em Vila Nova de São Bento, uma coleção visitável, instalada numa sala anexa às instalações da Junta de Freguesia da vila²¹, onde figura a recriação de um quotidiano marcadamente rural. Do espólio existente, totalmente doado pela população, fazem parte alfaias agrícolas, engenhos relacionados com a produção de azeite e de queijo, objetos de uso doméstico e trajes tradicionais.

A existência deste pequeno núcleo museológico, definido vulgarmente pelos habitantes de Vila Nova de São Bento como “Museu”, deve-se à necessidade sentida pelas gentes vila-novenses em preservar um tempo muito presente na memória coletiva desta terra no que aos seus usos e costumes respeita²².

Museu de Vila Verde de Ficalho

O Museu de Vila Verde de Ficalho é um pólo expositivo de características únicas no concelho de Serpa, não só pela sua localização, como pelo interessante e diversificado acervo que abriga.

A funcionar na Igreja de S. Jorge, edifício da segunda metade do século XVI, construído sobre ruínas de várias épocas (desde o final do Neolítico até ao século XV d.C.), das quais se destaca uma basílica paleocristã, com o seu batistério e várias sepulturas



Figura 12 - Museu de Vila Verde de Ficalho. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

²¹ Não foi possível incluir a planta do edifício, uma vez que esta não foi disponibilizada pela Junta de Freguesia de Vila Nova de São Bento.

²² É exemplo disso a recuperação da *renda de tresmalho*, usada sobre os altares das Santas Cruzes, instalados em divisões de habitações particulares, pela altura das festas da vila com o mesmo nome, que podem ser visitados por todos os interessados.

inseridas no pavimento das naves e anexos²³, o Museu da vila inclui um número significativo de peças agrupadas segundo quatro grandes categorias: o espólio de cariz arqueológico, proveniente de escavações e de recolhas superficiais na área da localidade; o etnográfico, constituído por artefactos, na sua maioria, ligados às atividades agrícolas dos habitantes de Ficalho e que caíram em desuso; a coleção de



Figura 13 – Sítio arqueológico anexo ao Museu de V. V. Ficalho. (Fotografia recolhida em <http://img.geocaching.com>).

Arte Sacra, que reúne objetos e alfaias religiosas provenientes da Igreja de S. Jorge e da Ermida de Nossa Senhora das Pazes e, também, de doações feitas por particulares; e, ainda, algumas peças de arte africana, provenientes das ex-colónias ultramarinas portuguesas, trazidas por ex-combatentes da terra. De notar, também, que no interior da Igreja de S. Jorge, mais precisamente na zona do altar-mor, existem frescos do século XVIII e são visíveis reaproveitamentos de materiais romanos, em mármore, no púlpito e no chão da mesma. Fora da exposição permanente ficou algum acervo geológico e fóssil.

Apenas aberto durante as alturas festivas (Festa em Honra de N^a S^a das Pazes e São Jorge e Festival de Artes e Ofícios da Raia), o Museu de Vila Verde de Ficalho regista, nestas ocasiões, um número considerável de visitas, dada a sua importância e raridade no concelho.



Figura 14 – Igreja de São Jorge. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

Musibéria

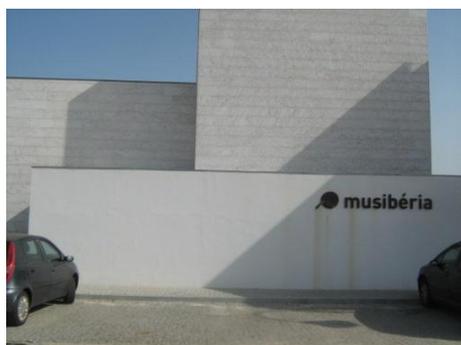


Figura 15 – Musibéria. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

O Musibéria, Centro Internacional de Músicas e Danças de Raiz Ibérica, é um projeto iniciado em 1992, pela Câmara Municipal de Serpa, na sequência do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Serpa, o qual procurava potenciar os

²³ Não foi possível incluir a planta do edifício, uma vez que esta não foi disponibilizada pela Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho.

recursos endógenos do concelho, prevendo a instalação de equipamentos a eles associados no Centro Histórico da cidade de Serpa, a fim de o dinamizar.

Um destes recursos identificados, que ainda não estava devidamente explorado, era a música tradicional alentejana, enquadrada num conceito mais alargado que são as músicas de origem Ibérica, de raiz semelhante, mas que desenvolveram as suas sonoridades de forma bastante diferenciada.

No que à sua localização diz respeito, o Musibéria foi instalado num lugar de memória para a população da vila: a antiga Fábrica dos Marianos. A fábrica de moagem fora estabelecida, em Serpa, no início do século XX, por iniciativa da “Nova Companhia Nacional de Moagem”, uma grande empresa industrial de moagem de cereais, fundada em 1907, com sede em Lisboa. Em 1919, essa sociedade funde-se com outra empresa dando origem à “Companhia Industrial de Portugal e Colónias”. Nos anos de 1928, a fábrica é vendida a uma firma local, denominada “Sociedade Cooperativa de Exploração Mecânica Agrícola”, que se transforma, depois, em “Sociedade de Moagem Serpense Lda.” Esta sociedade não resistiu por muito tempo, sendo dissolvida em 1940 e adquirida por Mariano Lopes, um grande comerciante e industrial local, que constituirá com os seus filhos a empresa “Mariano Lopes & Filhos Lda”. São, então, introduzidas na fábrica amplas beneficiações que alargam a sua capacidade produtiva, das quais se destaca a instalação do motor a diesel *Blackstone*. A fábrica só cessou as suas funções na década de 70 do século XX, altura em que foi adquirida pela Câmara Municipal de Serpa, que, através dos conceituados arquitetos Alfredo Saldanha (projetista) e Fernando Lidero (obra), a transforma, em 2011, no Centro Internacional de Músicas e Danças de Raiz Ibérica.

Concluído o projeto, o Musibéria apresenta-se como um espaço de dupla valência. É, em primeiro lugar, um espaço de formação, investigação e divulgação de músicas e danças caracteristicamente Luso-espanholas. Para esse efeito, dispõe de infraestruturas especializadas, tais como um auditório com capacidade para 140 pessoas onde se realizam espetáculos, conferências e congressos; um anfiteatro ao ar livre; um estúdio de gravação com cinco salas de captação e uma ampla régie, que se liga a todas as salas do Musibéria, através de um circuito interno; uma sala de coro; nove salas de formação totalmente equipadas; uma mediateca e uma biblioteca especializadas; e uma sala de dança. O currículo atual é composto pelas disciplinas de Formação Geral de

Música, Formação Musical, Guitarra Coletiva, Guitarra Individual, Acordeão, Piano, Sevilhanas, Danças Criativas, Educação para a Vida (que inclui as componentes de Coros e História(s) da Música), sendo o sistema de ensino desenvolvido segundo um sistema modular semanal ou quinzenal, de regime intensivo, com equivalência de créditos de ECTS, encontra-se orientado para o ensino superior e universitário, funcionando como disciplinas opcionais.

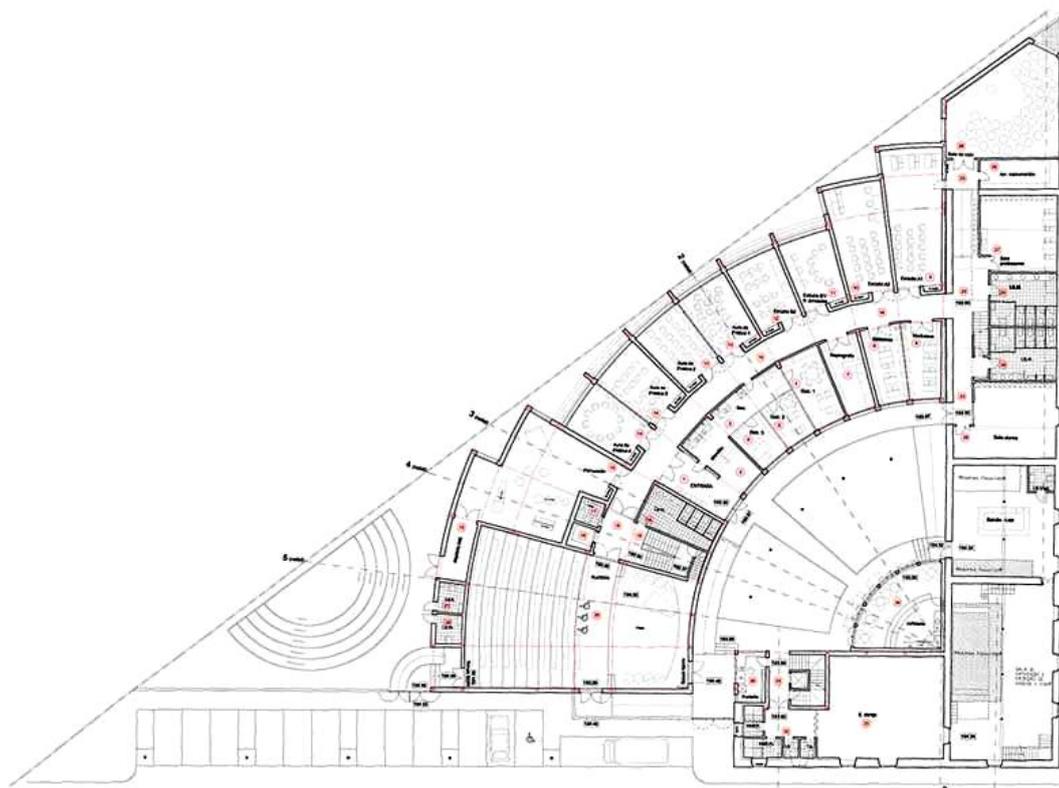


Figura 16 – Planta do Musibéria. (Musibéria, 2010).

Todavia, a missão do Musibéria não é meramente transmitir conhecimentos sobre esta ou aquele estilo de música, este ou aquele estilo de dança. O ensino é uma das formas mais bem-sucedidas de se transmitir e de se preservar um legado, uma memória coletiva, as tradições e, principalmente, a identidade dos povos, para que estes não se percam. Por todos esses motivos, os percussores da forma de preservação do património imaterial ibérico (no que confere à música e à dança, entenda-se) e que tem por nome Musibéria, acharam fundamental que este dispusesse de um espaço museológico.

Aproveitando os equipamentos da antiga fábrica de moagem, onde se encontra hoje o Musibéria, mais precisamente a maquinaria, devidamente recuperada, constituiu-

se uma coleção visitável permanente, que procura o reconhecimento da população, no sentido de preservar uma memória comum a muitas gerações de serpenses. Além disso, conta com exposições temporárias, sendo que a primeira esteve cerca de cinco meses patente e intitulava-se “Territórios EmCantados, Músicas e Danças do Mundo”.



Figura 17 – Exposição “Territórios EmCantados, Músicas e Danças do Mundo. (Musibéria, 2012).

Trata-se de uma exposição de fotografia, no âmbito da exposição EnRede, que inclui como temas o Cante Alentejano, Guardas de Marujos, Congados, Maracatu, Coco de Roda, Toré, Capoeira, da autoria de Andrea Gurgel (Natal), Elderth Theza (S. Gonçalo do Rio Beixo), Stael Azevedo (Itabira), Maria Moreira (Serpa) e Teotônio Roque (Natal).

Atualmente, podemos encontrar a exposição “Pintar a música”, trabalhos realizados por alunos das escolas básicas do concelho após uma visita ao Musibéria.

Por todos os motivos apresentados, as características técnicas do Musibéria e toda a atmosfera patrimonial que envolve este equipamento fazem dele um centro único a nível internacional.

Casa do Cante



Figura 18 – Casa do Cante. (Câmara Municipal de Serpa, 2012).

A recentemente criada Casa do Cante, localizada em pleno Centro Histórico da cidade de Serpa, na antiga e conhecida “Mercearia do Maltesinho”, é um espaço dedicado à salvaguarda do cante alentejano enquanto património cultural imaterial, sendo seu grande objetivo criar e implementar um Plano de Salvaguarda para a Polifonia Tradicional, que alicerce a candidatura deste bem a Património Mundial da Humanidade da UNESCO.

A Casa do Cante, criada e tutelada pela Câmara Municipal de Serpa, compreende um centro de documentação, uma galeria de exposições temporárias, um

auditório, uma cafetaria e uma loja. No centro de documentação o visitante pode aceder a toda a informação sobre o Cante Alentejano, assim como a bibliografia, apresentada em diferentes suportes, sobre a polifonia tradicional portuguesa, mediterrânica e mundial. A galeria de exposições temporárias acolhe ciclos anuais de exposições, cujos temas giram em volta da música tradicional, em especial o Cante Tradicional Alentejano. O auditório, com capacidade para 40 lugares sentados, procura oferecer aos interessados espetáculos não só dedicados ao cante como também a outras formas corais, nacionais ou estrangeiras. A cafetaria e a loja do Cante são espaços dedicados à descontração, onde os visitantes podem degustar e adquirir produtos regionais de excelência²⁴.

Tendo em vista o enriquecimento do projeto, a Câmara Municipal de Serpa realizou protocolos de cooperação com a Direção Regional da Cultura, a Confraria do Cante, a Biblioteca Nacional, a Universidade Nova de Lisboa, entre outras entidades, para juntos desempenharem a missão de reconhecimento do cante a nível mundial, como bem a preservar e transmitir às gerações vindouras.



Figura 19 – Encontro de Ranchos Corais em Serpa. (Câmara Municipal de Serpa, 2011).

5. Iniciativas do município no âmbito patrimonial

Uma análise aprofundada sobre o que a autarquia de Serpa tem vindo a desenvolver, nas últimas décadas, para fomentar a prática do património e promover a sua salvaguarda e valorização, permitiu-nos chegar a um conjunto de projetos, parcerias e eventos, cujo teor explicitamos de seguida.

5.1. Projetos

Plano de Desenvolvimento Turístico

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Serpa, tornado público no ano de 2008, pelo Município de Serpa, tem como finalidade afirmar o concelho como território

²⁴ Não foi possível incluir a planta do edifício, uma vez que esta não foi disponibilizada pela Câmara Municipal de Serpa.

de desenvolvimento turístico baseado na qualidade, com o objetivo de atrair nichos seletivos de mercado turístico e, simultaneamente, investimentos empresariais. A operacionalização do mesmo é assegurada pela conceção e implementação de Programas de Ação e da Identificação dos Projetos Estratégicos inerentes a cada um destes.

Assim sendo, o programa “Acolher Mais Turismo” pretende atuar fundamentalmente nas áreas do território e produção turística, desdobrando-se em: revitalização do Centro Histórico de Serpa; reforço da internacionalização e projeção do Festival Encontro de Culturas; apoio à projeção do Museu do Relógio; incentivos ao reforço e qualificação da oferta de alojamento; incentivos à qualificação e inovação da oferta e serviço de restauração.

Já o programa “Prestar Melhor Serviço Turístico” concentra a sua ação na área da qualificação e inovação, atuando na criação do “Roteiro Gastronómico, dos Azeites e dos Vinhos”, na criação do roteiro das “Aldeias de Terra Forte” e no incentivo à formação e requalificação dos profissionais de turismo.

O programa “Inovar Produtos Turísticos” está vocacionado também para a vertente dos produtos turísticos, mas especificamente no que respeita à dinamização de Feiras Gastronómicas e, ainda, visitas a adegas, provas de vinhos, provas de azeites e interpretação.

Por fim, o programa “Ganhar o Turismo” aborda as áreas do Marketing Turístico e da Cooperação e Parcerias, assegurando os projetos de dinamização da marca “Serpa Terra Forte”, divulgação do Cante Alentejano, sensibilização das Entidades Públicas para o Turismo, criação do Conselho Municipal de Turismo e sensibilização da população para os benefícios económicos e de bem-estar proporcionados pelo turismo sustentável.

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Serpa mostra-se, deste modo, bastante preocupado com a valorização do património e dos recursos endógenos da região, assumidos como os grandes meios de desenvolvimento do concelho, no que ao turismo concerne.

Serpa Comunidade Sustentável

Em 2009, a Câmara Municipal de Serpa tornou público o programa “Serpa Comunidade Sustentável” que, seguindo a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* (ENDES) – conjunto coordenado de atuações que, partindo das fragilidades e potencialidades do país, permitam assegurar o crescimento económico, a coesão social e um elevado nível de proteção do ambiente – e, a *Agenda Territorial da União Europeia* – promove o desenvolvimento territorial policêntrico da União Europeia, tendo em vista uma melhor utilização dos recursos disponíveis nas regiões de cada Estado-Membro –, se desenvolve ao longo de um conjunto de seis projetos: Laboratório/Observatório de Construção Sustentável – Cluster de Energias Renováveis; Ecoquartirão – Reabilitação cultural e funcional do Centro Histórico; a Cultura como vetor da criatividade e inovação; Potenciar o Ambiente e Sustentabilidade como novas vertentes de Turismo; Apoiar e fomentar uma futura fileira de Agricultura Biológica e Orgânica; Plano de Comunicação e de Informação.

O projeto “A cultura como vetor da criatividade e inovação” é, entre todos, o que mais esboça preocupações com a vertente patrimonial, encarando-a como decisiva no campo do desenvolvimento económico e social, ao potenciar a relação entre os lugares e a cultura. Este projeto revela interesse nos talentos criativos do concelho e, entre outras coisas, pretende criar um “Banco de Tempo Voluntário” que facilite a troca de experiências e saberes entre cidadãos, aposentados ou não. Prevê, ainda, o estímulo da criatividade e da inovação através de concursos de ideias, estágios, seminários, conferências, visitas de estudo e outras atividades, a nível nacional e internacional, e a articulação entre os diversos equipamentos e espaços do Núcleo Museológico²⁵, assegurando que a programação de eventos e atividades é publicitada em suporte digital e impresso.

Plano Estratégico de Serpa

O Plano Estratégico de Serpa, revisto pela última vez no ano de 2010, consiste num conjunto de projetos que, articulados, procuram o desenvolvimento e definição dos critérios de sustentabilidade a adotar para o município, construídos através de um processo de participação responsável de todos os agentes envolvidos.

²⁵ Conjunto de espaços, no centro histórico, de carácter cultural e patrimonial.

Assim, partindo da identificação dos principais sectores a expandir (recursos naturais; infraestruturas; acessibilidades, transportes e logísticas; dinâmica demográfica, dinâmica urbana e habitação, atividades económicas, equipamentos coletivos; património; estudos e planos), foram desenvolvidas cinco grandes linhas de orientação estratégica para o concelho de Serpa, denominadas “Serpa – lugar ecológico de interceção de culturas”, “Serpa – espaço de utilização sustentada dos recursos”, “Serpa – espaço urbano de qualidade e de amigável acolhimento”, “Serpa – Cidade modelo de governância mobilizadora” e “Serpa – Centro de proatividade e dinamismo”.

As principais metas a atingir por estes projetos são aplicar soluções que visem a sustentabilidade dos recursos; dinamizar o património natural rural e urbano, protegendo-o e salvaguardando-o; promover a gestão integrada dos recursos e do combate à poluição; desenvolver e melhorar a fileira da agricultura, florestas e pecuária; promover a certificação e divulgação dos produtos endógenos; apoiar a instalação de unidades produtivas e a qualificação das atividades; estruturar a estratégia turística numa ótica de valorização da cultura, inovação, natureza e costumes; desenvolver ações no âmbito de uma política de mobilidade, acessibilidade e comunicação sustentável; reforçar e melhorar a qualidade de vida dos serpenses; divulgar a nível nacional e internacional Serpa, lugar de investigação e inovação; promover uma governância mobilizadora e participada.

No âmbito do património encontramos a candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade, protagonizada pela Câmara Municipal de Serpa, o Turismo do Alentejo - ERT, a Associação MODA, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Confraria do Cante Alentejano. A proposta parte essencialmente da necessidade de salvaguardar o cante, enquanto símbolo identitário de uma comunidade. A par da candidatura, a autarquia de Serpa tem vindo a fomentar iniciativas de dinamização deste recurso etnomusical como a realização de concertos, exposições, conferências, debates, produção de filmes promocionais, a inclusão do ensino do cante nas escolas locais e a criação da Casa do Cante, um pólo expositivo exclusivamente dedicado a esta arte.

5.2. Parcerias

Rede de Museus do Distrito de Beja

A maioria dos municípios do Distrito de Beja possui unidades museológicas, integradas na estrutura organizacional camarária, caracterizadas por uma interessante diversidade temática e museográfica, e com características semelhantes no que respeita à gestão.

Conhecedores desta realidade, os municípios de Almodôvar, Aljustrel, Alvito, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola e Vidigueira, debateram, a 18 de Março de 2008, as problemáticas comuns e manifestaram o interesse em desencadear um processo que culminasse com a criação da *Rede de Museus do Distrito de Beja* (RMDB).

A Rede rege-se por uma Carta de Princípios e tem como principais objetivos a qualificação, valorização e divulgação das unidades museológicas do distrito de Beja, a cooperação, parceria e articulação entre as unidades museológicas dos concelhos que integram a Rede, a otimização e rentabilização de recursos em termos de meios humanos e da realização de projetos comuns, a difusão da informação relativa aos museus da Rede e a promoção do rigor, ética e profissionalismo das práticas museológicas.

A integração do município de Serpa na Rede de Museus do Distrito de Beja permitirá, assim, potenciar os diversos equipamentos e projetos em curso do concelho no plano museológico, requalificando-os e tornando possível a implementação de novas unidades museológicas, como é o caso do Museu do Humor e do Absurdo.

Museu Nacional de Arqueologia

O projeto de remodelação e requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa encontra-se a cargo da Câmara Municipal, e tem como principal objetivo promover a renovação dos espaços, dos serviços e dos conteúdos, de forma a poder prestar um serviço de qualidade aos munícipes e aos visitantes.

Este projeto conta com parcerias várias, sendo que o Projeto de Arquitetura ficou a cargo da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, nomeadamente, a

Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, a Direção Regional de Monumentos de Lisboa e o Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Património. Ao Instituto Português do Património Arquitetónico, pela Divisão de Conservação e Restauro e Delegação Regional de Évora, coube o diagnóstico de conservação e restauro do acervo. A programação museológica foi partilhada entre o Instituto Português de Museus e o Museu Nacional de Arqueologia, acrescentando-se a este último a realização de todo o guião expositivo, dada a sua experiência e profissionalismo na gestão do maior Museu de Arqueologia do país e das suas coleções.

5.3. Eventos

- Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Realizado a 18 de Abril, foi criado, em 1982, pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e aprovado pela UNESCO, este dia oferece a oportunidade de sensibilizar o público para a diversidade do património cultural e para os esforços que requerem a sua proteção e conservação. Desta forma, é solicitado aos Estados membros da UNESCO que, neste dia, façam a promoção de atividades e de visitas gratuitas a sítios históricos, monumentos e museus. Serpa aderiu ao evento no ano de 2010.

- Dia Internacional dos Museus

Realizado a 18 de Maio, foi instituído em 1977 pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), com o objetivo de sensibilizar o público para o papel dos museus no desenvolvimento da sociedade e da proteção do “nosso” património. Por norma, são preparadas atividades nos museus de Serpa por esta altura, sobretudo, para as escolas.

- Jornadas Europeias do Património

Realizadas em Setembro, caracterizam-se por ser iniciativas anuais do Conselho da Europa e da União Europeia, envolvendo cerca de 50 países, tendo por objetivo a sensibilização dos cidadãos para a importância da salvaguarda do Património. Neste sentido, cada país elabora um programa de atividades a serem dinamizadas a nível nacional, que são, na maioria, gratuitas a todos os públicos.

- **Semana Europeia da Mobilidade**

Anualmente entre 16 e 22 de Setembro, os cidadãos europeus têm a oportunidade de participar, durante uma semana, em atividades dedicadas à mobilidade sustentável, com o objetivo de promover o debate sobre a necessidade de mudança de comportamentos relativamente à mobilidade, em particular no que toca à utilização do automóvel, principalmente nos centros históricos, de forma a proteger um património que é de todos os cidadãos.

- **Festival Encontro de Culturas e Mercado Cultural**

Decorrente durante o mês de Junho e visa a promoção da cultura enquanto fator de desenvolvimento e de união entre os povos e inclui espetáculos de música, dança e encenação, com artistas provenientes de todo o mundo.

- **Feira Histórica e Tradicional**

Realiza-se anualmente, no mês de Agosto, tendo como objetivo dinamizar o centro histórico da cidade, promovendo a relação entre a população e o património, através de reconstituições históricas do passado da cidade. Durante o período em que decorre a feira, Serpa é “invadida” por profissionais do espetáculo e do comércio, bem como por visitantes locais, nacionais e internacionais.

- **Feira do Queijo do Alentejo**

Acontece em Fevereiro e é dedicada a um dos mais emblemáticos produtos do concelho: o queijo. O certame conta com a participação de produtores de queijo locais, regionais e estrangeiros. Durante os três dias de duração é possível disfrutar de todos os outros produtos regionais de qualidade da região, tais como o pão, os enchidos, o azeite, o vinho, o mel e as azeitonas. O cante alentejano, as tasquinhas, e um diversificado leque de manifestações culturais, marcam também encontro, neste evento que procura imortalizar um saber, comprovando, igualmente, a qualidade dos produtos tradicionais serpenses.

- **Feira do Vinho de Pias**

Tem lugar em Setembro e dedica-se à exposição das atividades vitivinícola e vinícola da região. O certame inclui, ainda, expositores de outras atividades económicas do concelho. O conceituado vinho da região de Pias, encarado por

todos como um bem altamente distintivo da freguesia, mostra-se, assim, a vários visitantes, que testemunham o valor deste recurso endógeno.

- Feira do Azeite

Acontece, por norma, no segundo fim-de-semana de Março, tendo como finalidade a promoção do azeite produzido nas várias localidades que constituem o concelho de Serpa. Durante estes dias, podemos assistir a colóquios, provas de azeite e provas gastronómicas.

- FATOR - Festival de Artes e Ofícios da Raia

Realiza-se no primeiro fim-de-semana de Agosto e tem como principal finalidade promover as artes e culturas raianas. Destacam-se, na área de exposição, a pintura, o artesanato e os produtos ligados aos ofícios tradicionais praticados na região. Conta também com animação de rua, animação infantil e espetáculos musicais.

- Cortejo Histórico e Etnográfico de Serpa

Realizado no Domingo de Páscoa, tem como objetivo dar a oportunidade, à população da terra e a todos aqueles que visitam a cidade, de reviverem os costumes e tradições do passado da região. No cortejo, constituído por voluntários, desfilam carros alegóricos (alusivos, sobretudo, ao património histórico e às artes e ofícios tradicionais), personagens de época e músicos (bandas filarmónicas, fanfarras, grupos corais alentejanos).

Capítulo II

Acompanhamento de atividades desenvolvidas pela autarquia a nível do Património

1. Exposição/Concurso de Fotografia “Património (I)material”

Descrição

No ano 2011, por indicação do anterior Presidente da Câmara de Serpa, Eng.º João Rocha ao GICI (Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem) foi decidida a realização de um evento que valorizasse o património do concelho de Serpa. A equipa, coordenada pela Dra. Leonor Basílio e constituída por duas técnicas superiores, optou, então, pela realização de um concurso de fotografia, que atribuiria três prémios no valor de 500 euros, relativos às categorias de Património Material, Património Imaterial e Prémio Jovem.

O concurso foi lançado durante a Feira do Queijo do ano seguinte e decorreu entre 24 de fevereiro e 4 de Maio, sendo que concorreram 25 fotógrafos, de várias localidades (Serpa, Pias, Baleizão, Lisboa, Seixal, Silves, Albufeira, Almancil, Cuba e Beja), com um total de 74 fotografias. No que se refere ao património material, as Muralhas, a Torre do Relógio e a Nora foram os monumentos mais fotografados, enquanto que o património imaterial surge evidenciado em fotografias de vivências quotidianas, da fauna local e de ranchos corais em atuação.

A apreciação das 74 fotografias teve lugar no dia 30 de Maio, sendo o júri composto pela vereadora do pelouro da Cultura, Isabel Stevens, a *designer* gráfica do GICI, Amélia Fernandes, o cartoonista Luís Afonso e o fotógrafo profissional António Carrapato. Os premiados foram, então, André Boto (Silves), na categoria de “Património Material”, com a fotografia “O Arco” e Rodrigo Antunes Cabrita (Carcavelos), na categoria de “Património Imaterial”, com a fotografia



Figura 20 – Fotografia “O Arco”.
(André Boto, 2012).



Figura 21 – Fotografia “Em casa ou na rua não se deve comer crua”. (Rodrigo Antunes Cabrita, 2012).

as fotografias “Campos dourados” e “Pão nosso de cada dia”; Filipe da Silva Carvalho (Seixal), com a fotografia “Santa Iria”; Ana Isabel Neves Cabral (Baleizão), com uma fotografia não intitulada; Milene Gonçalves Guerreiro (Almancil) com a fotografia “Espera”; o premiado André Boto, com a fotografia “Movimento”; e, Leonardo Monteiro Fernandes (Lisboa), com uma fotografia não intitulada.

A montagem de uma exposição foi o passo seguinte, a que pude assistir, limitando-me a observar os procedimentos. Foram escolhidas, além



Figura 22 – Exposição “Património (I)material”. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

das fotografias premiadas, uma de cada participante para integrar esta exposição, perfazendo um total de 27. A exposição foi instalada no Cineteatro de Serpa, sendo a entrega dos prémios realizada em cerimónia pública, no dia 15 de Dezembro de 2013.



Figura 23 – Cineteatro Municipal de Serpa. (Ana Rita Rodrigues, 2013).

A autarquia prevê, ainda, que esta iniciativa possa ser de novo realizada em data a determinar.



Figura 24 – Cerimónia de entrega dos prémios e menções honrosas relativos ao concurso “Património (I)material”. (Câmara Municipal de Serpa, 2013).

Objetivos

Os principais objetivos que estão na base da realização do concurso de fotografia que culminou com a realização de uma exposição foram, em primeiro lugar, a valorização do património material e imaterial serpense, procurando-se, com isto, mostrar a sua qualidade, beleza e autenticidade, não só à população local como à região e ao país; em segundo lugar, com a instalação da exposição no Cineteatro procurou-se dinamizar este equipamento da cidade, que, estando bem preparado e conservado, constitui um lugar de excelência para o desenvolvimento deste tipo de atividades.

Materiais

A escolha dos materiais a utilizar na conceção da exposição tiveram em vista a contenção de custos a que os municípios são obrigados atualmente, razão que, aliás, justifica o facto de as fotografias não terem sido impressas numa gráfica. Assim, recorreu-se ao papel de fotografia A3, para as fotografias vencedoras e A4 para as restantes, e *K-line* autocolante para a fixação das fotografias já impressas na própria Câmara Municipal e respetivas legendas. Apenas se recorreu à impressão em gráfica para a realização do cartaz a acompanhar a exposição.

Procedimento

Para a realização da exposição foi necessário, primeiramente, proceder à impressão das fotografias em papel adequado, nos tamanhos anteriormente citados, e suas legendas.

Depois de serem fixadas as fotografias e textos correspondentes no *K-line*, trabalho que fora realizado em gabinete, o material foi levado para o Cineteatro de Serpa para ser colocado em exposição.

Procurou-se que a exposição se situasse num local visível, razão pela qual foi escolhida a parede de fundo da primeira sala do Cineteatro, a qual dá acesso à sala de espetáculos. O critério expositivo utilizado foi a colocação, em primeiro plano, das fotografias vencedoras e, a partir destas, todas as restantes em formato mais reduzido.

A exposição ficou patente entre Dezembro de 2012 e Fevereiro de 2013 e contou com um considerável número de visitantes que a ela acorreram espontaneamente ou casualmente (deslocamento ao espaço com o intuito de assistir a um espetáculo ou filme).

2. Ação de limpeza das imediações do troço de muralhas da rua da Barbacã

Descrição

Na sequência da requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, o Presidente da Câmara, por indicação do Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico, em conjunto com a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (responsável pelo projeto arquitetónico do museu) decidiram que o troço de muralhas dionisinas, que envolvem o muro lateral do Castelo de Serpa, seria salvaguardado e musealizado, através da colocação de uma parede



Figura 25 – Troço de muralha da rua da Barbacã (Serpa). (Ana Rita Rodrigues, 2013).

envidraçada e da construção de um acesso, pelo castelo, que permitisse uma visita integrada a todo o espaço (Museu Municipal de Arqueologia e Castelo de Serpa).

A decisão obrigou à aquisição de imóveis na rua da Barbacã, por parte da autarquia, que foram demolidos, para que a muralha ficasse a descoberto. Com o decorrer dos trabalhos, verificou-se a existência de um outro troço de muralha mais

antigo, feito em taipa, reportando-se, de acordo com os especialistas, à presença árabe. Esta descoberta levou a uma reformulação do projeto de arquitetura inicial, referente à estrutura amuralhada da rua da Barbacã.

A segunda ação levada a cabo no local, e a que nos foi possível assistir, foi a remoção da vegetação que se encontrava nas imediações das muralhas, por um Encarregado Operacional e dois Assistentes Operacionais, de modo a permitir o retomar dos trabalhos de musealização do troço em questão.

Objetivos

O crescimento espontâneo de vegetação junto às muralhas, na rua da Barbacã, após a demolição das antigas habitações adquiridas pela Câmara Municipal, mostrou-se um problema a ultrapassar no que à continuidade das obras de requalificação do Museu Municipal de Arqueologia respeita, uma vez que a sua retirada inadvertida poderia causar danos à estrutura defensiva.

Assim, a intervenção realizada no local teve como objetivo remover a vegetação nociva que envolvia o troço de muralhas visível a partir da rua da Barbacã, a fim de impedir a sua deterioração, limpar a área pública e possibilitar a continuidade dos trabalhos de musealização.

Materiais

O processo de limpeza da vegetação desencadeou-se recorrendo à utilização de instrumentos de jardinagem (como tesouras de poda, cortadores de gramas, roçadeiras, sachos e pulverizadores), de um *dumper*²⁶ e, ainda, de produtos químicos a aplicar sobre as plantas cujas raízes se fixaram às muralhas.

²⁶ Veículo concebido para o transporte e a movimentação de materiais de construção civil, agricultura, indústria, serviços públicos etc.

Procedimentos

Primeiramente, foi extraída, através das ferramentas anunciadas anteriormente, a densa vegetação que se encontrava nas imediações do troço de muralha, mas que não estava junto ou mesmo fixada a ele²⁷.

A limpeza envolveu o transporte de toda a vegetação retirada, por meio de um *dumper*, até ao Parque de Resíduos Municipal.

As plantas cujas raízes suportam de alguma forma a muralha não foram retiradas, optando-se pela colocação de pesticidas, para que estas morressem lentamente, sem causar danos à estrutura construída.



Figura 26 – Vegetação a eliminar com pesticidas.
(Ana Rita Rodrigues, 2013).

Uma vez concluído o processo, pôde dar-se continuidade ao projeto de requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa.

3. Realização de entrevistas para apuramento das valências dos espaços culturais e patrimoniais do concelho de Serpa

Descrição

No âmbito da criação da proposta de estágio curricular de mestrado referente à salvaguarda, dinamização e valorização do Património Serpense através do Serviço Educativo Municipal, que apresentaremos pormenorizadamente no Capítulo seguinte, imponha-se uma primeira fase de realização de entrevistas, com o intuito de apurar a situação atual dos equipamentos culturais e patrimoniais do concelho de Serpa, bem como as perspetivas e expectativas daqueles que de alguma forma estão implícitos neste projeto, seja direta ou indiretamente.

As referidas entrevistas destinam-se, assim, a quatro grandes grupos. Em primeiro lugar, aos coordenadores e técnicos de Gabinetes e Divisões da Câmara Municipal de Serpa, uma vez que qualquer proposta desenvolvida em contexto

²⁷ Não foi possível incluir fotografias da vegetação retirada, uma vez que as mesmas não foram disponibilizadas pelo GPAA da Câmara Municipal de Serpa.

autárquico necessita da cooperação entre todos eles. Depois, os Assistentes Técnicos e Operacionais que atuam em cada equipamento patrimonial, por conhecerem os conteúdos expostos, bem como os públicos e as carências dos espaços. De seguida, os responsáveis pelas instituições de ensino, como escolas e Academia Sénior, que procuram enriquecer o currículo escolar com experiências educativas fora da tradicional sala de aula. Finalmente, os responsáveis por instituições de ocupação de tempos livres como são exemplo, no concelho de Serpa, os ATLS, Centros de Dia e Lares de Terceira Idade.

As perguntas-padrão selecionadas são, por isso, diferenciadas e vocacionadas para cada grupo de entrevistados. Sendo uma pesquisa qualitativa, os resultados serão interpretados individualmente, a fim de se obter o maior número de soluções. As respostas obtidas através deste método serão apresentadas segundo uma organização em campos de resposta pré-definidos, de modo a favorecer a análise sumária dos dados recolhidos. Esta análise faz-se representar, primeiramente, por tabelas de recolha de dados e, posteriormente, por gráficos circulares, possibilitando, assim, uma leitura rápida, concisa e precisa das opiniões de todos os agentes envolvidos na proposta.

Objetivos

A realização de entrevistas foi o primeiro passo no arranque da proposta de salvaguarda, dinamização e valorização do Património Serpense, tendo como objetivos fundamentais perceber qual é a verdadeira relação de todos os intervenientes com os espaços patrimoniais do município, que estratégias aplicaríamos aos mesmos, como a comunidade pode ser envolvida nesse processo, quais os benefícios da valorização do património através da dinamização dos espaços pelo Sector Educativo da Câmara, quais as atividades que podem ser desenvolvidas, quais as estratégias de divulgação mais eficazes a aplicar, como podem ser rentabilizados os recursos humanos de cada um dos espaços de atuação e como, por si só, a proposta pode tornar-se sustentável.

Procedimentos

O primeiro procedimento tomado para o apuramento de dados foi a escolha dos grupos de entrevistados e, a partir daí, a elaboração de quatro guiões-padrão²⁸ que

²⁸ Anexo II.

estruturassem o decorrer da entrevista. Estes guiões têm em consideração a atividade de cada grupo, procurando recolher informações específicas sobre as carências sentidas pelos mesmos em relação aos equipamentos culturais que servem o município e como podem ser colmatadas.

Seguidamente, foi forçoso realizar um levantamento das individualidades, dentro de cada grupo, a quem deveriam ser dirigidas as entrevistas. No que se refere ao grupo “Chefes de Divisão, Coordenadores de Gabinetes e Técnicos Municipais”, temos a representar o Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem a pessoa da Dra. Leonor Basílio; a Divisão de Cultura e Dinamização Turística, Subunidade de Apoio da Cultura e Turismo, a Dra. Sara Romão; a Divisão de Educação, Desporto e Ação Social, Sector de Educação, os técnicos Isabel Pacheco e João Matias e do Sector de Ação Social da mesma Divisão a Dra. Mariana Ramos. Do grupo denominado “Técnicos e responsáveis pelos espaços patrimoniais” foram escolhidos os profissionais afetos aos equipamentos culturais somente em atividade²⁹. De entre estes encontramos a técnica Teresa Gomes, do Museu Etnográfico de Serpa; Laurent Filipe, Diretor Geral do Musibéria; Rui Duarte Charraz, Coordenador do Posto de Turismo de Serpa e responsável, à data, pela loja da Casa do Cante³⁰; Manuel Luís Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Bento, tutela do Museu da mesma vila; Palmira Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho e responsável pelo museu da localidade; Eugénio d’Almeida, Diretor do Museu do Relógio António Tavares d’Almeida. Para representar o grupo “Responsáveis pelas Instituições de Ensino” foram escolhidos os diretores dos principais agrupamentos escolares do concelho (Primeiro Agrupamento de Escolas de Serpa: Escola Básica do 2º e 3º ciclo Abade Correia da Serra, Pólos 1, 2, 3 e 4, Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Pias, EB1 de Vales Mortos, EB1 de Brinches, EB1 de Vale de Vargo, Jardim de Infância de Vale de Vargo, Jardim de Infância de Brinches, Jardim de Infância de Vales Mortos; Segundo Agrupamento de Escolas de Serpa: Escola Secundária de Serpa, Escola Básica do 2º e 3º ciclo de Vila Nova de São Bento, EB1 de Vila Nova de São Bento, EB1 de Vila Verde de Ficalho, EB1 de A-do-pinto, Jardim de Infância de Vila Nova de São Bento, Jardim de Infância de Vila Verde de Ficalho, Jardim de Infância de A-do-Pinto; Escola Profissional de

²⁹ O Museu Municipal de Arqueologia de Serpa ficou de fora deste método de recolha de dados devido ao facto de não estar em funcionamento à data da realização do estágio de mestrado e não ter nenhum técnico oficial afeto.

³⁰ Único serviço em atividade à data da realização da entrevista.

Desenvolvimento Rural de Serpa) Isabel Louseiro, Francisco La Féria, Luís Manuel Barradas e da Academia Sénior, Vânia Ferreira. Por fim, era imprescindível conhecer também a opinião das instituições que se dedicam ao preenchimento de tempos livres de crianças e idosos. Como tal, foram selecionadas as ATL do concelho, os centros de dia das freguesias de Salvador, Santa Maria, Vila Nova de São Bento, o Centro Social e Paroquial de Brinches, o Centro Social de São Jorge e Senhora das Pazes (Vila Verde de Ficalho).

Posteriormente, todas as entidades anunciadas foram contactadas por telefone, e-mail ou carta, sendo que apenas responderam ao pedido de entrevista a Dra. Sara Romão, a Dra. Leonor Basílio, os técnicos Isabel Pacheco, João Matias, Teresa Gomes e Rui Duarte Charráz, o Dr. Laurent Filipe, o Dr. Eugénio d'Almeida, o Primeiro Agrupamento de Escolas de Serpa através das pessoas da professora Lúcia Chaveiro e do professor João Santos, o Diretor da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, Luís Barradas, o Animador Sociocultural do Centro de Convívio de Santa Maria, José Miguel, o Diretor do Lar e Centro de Convívio de São Bento, Dr. Rui Figueira, a Assistente Social da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, Dra. Ana Margarida Bravo, o Presidente da Junta de Salvador, José António Monteiro, e o Presidente da Fundação Messangil e Diretor do Centro Social e Paroquial de Brinches, Nuno Sousa.

Por ser um método de apuramento de dados menos rígido e imprevisível, as respostas dadas às entrevistas foram agrupadas segundo tópicos gerais³¹ que permitissem uma análise mais objetiva e que correspondem a: a) Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais; b) Estratégias de envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral; c) Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais; d) Públicos; e) Rentabilização dos recursos humanos; f) Atividades propostas; g) Estratégias de divulgação; h) Sustentabilidade da proposta.

Finalmente, os dados foram analisados e convertidos em gráficos circulares, para uma leitura mais precisa e eficaz das informações obtidas.

³¹ Anexo III.

Apuramento de dados

a) Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Grupos que participam em iniciativas promovidas pelos equipamentos culturais	
Instituições de ensino	10
Instituições de ocupação de tempos livres	4
Outros	2

Tabela 3 – Grupos que participam em iniciativas promovidas pelos equipamentos culturais.

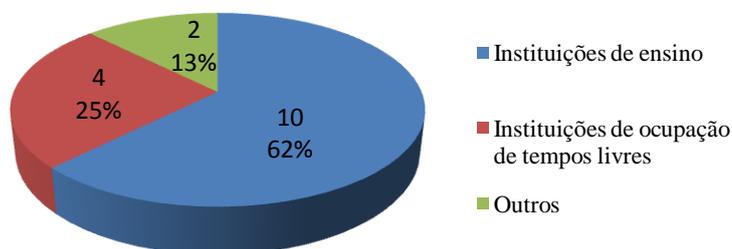


Gráfico 1 – Grupos que participam em iniciativas promovidas pelos equipamentos culturais.

Grau de frequência de cada instituição	
Instituições de ensino	
Sempre	5
Muitas vezes	4
Por vezes	2

Tabela 4 – Grau de frequência das instituições de ensino.

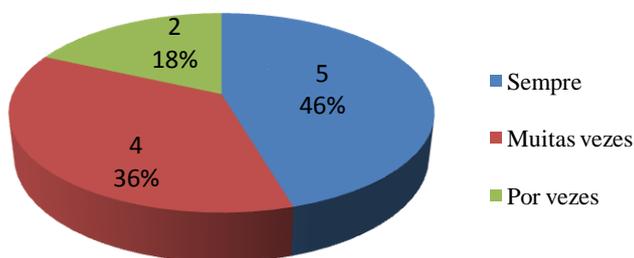


Gráfico 2 – Grau de frequência das instituições de ensino.

Grau de frequência de cada instituição	
Instituições de ocupação de tempos livres	
Sempre	1
Muitas vezes	1
Por vezes	2

Tabela 5 – Tabela-resumo sobre o grau de frequência das instituições de ocupação de tempos livres.

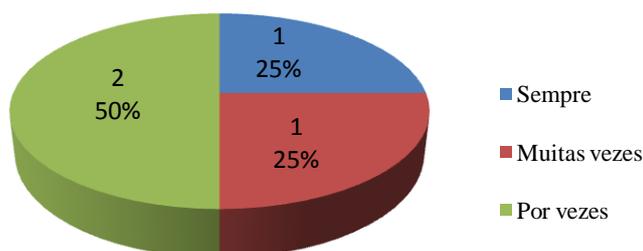


Gráfico 3 - Grau de frequência das instituições de ocupação de tempos livres.

Grau de frequência de cada instituição	
Outros públicos	
Sempre	0
Muitas vezes	2
Por vezes	0

Tabela 6 – Grau de frequência de outros públicos.

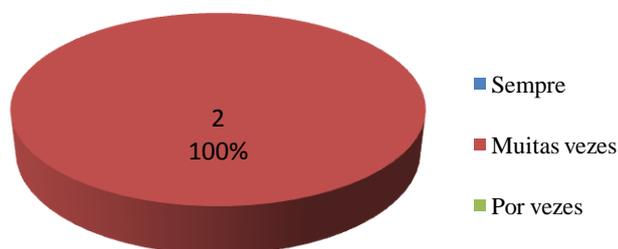


Gráfico 4 – Grau de frequência de outros públicos.

O apuramento de dados respeitantes à relação entre o público local e os equipamentos culturais do município de Serpa (Museu Etnográfico de Serpa, Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, Museu do Relógio de Serpa, Museu de Vila Nova de São Bento, Museu de Vila Verde de Ficalho, Musibéria e Casa do Cante) revela, como podemos observar na Tabela 3 e no Gráfico 1, que os principais grupos que participam em atividades promovidas pelos referidos espaços são as instituições de ensino (63% dos visitantes) e de ocupação de tempos livres de jovens e idosos do concelho (cerca de 25%), sendo que em casos como o Museu do Relógio e o Museu Etnográfico também se regista a visita de outros públicos (13%), como turistas.

Quanto ao grau de frequência, 5 instituições de ensino participam sempre nas atividades levadas a cabo pelos equipamentos patrimoniais, 4 muitas vezes e 2 por vezes (Tabela 4 e Gráfico 2). Das quatro instituições de ocupação de tempos livres contactadas, 2 (cerca de 50%) são presença certa nestas atividades, 25% vão muitas vezes e outros 25%, apenas, por vezes (Tabela 5 e Gráfico 3). Os restantes públicos que visitam os espaços culturais do concelho de Serpa, fazem-no muitas vezes (Tabela 6 e Gráfico 4).

b) Estratégias de envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral³².

Enquadramento dos conteúdos históricos expostos nos currículos escolares	2
Melhoria da acessibilidade e mobilidade para todos os utentes	1
Diversificação das iniciativas de âmbito museológico (criação de visitas pedagógicas temáticas)	9
Colaboração com coletividades e associações do concelho	2
Instauração de uma política de voluntariado	2
Gestão participativa	1

Tabela 7 – Estratégias a utilizar para envolver os vários tipos de públicos.

³² As respostas dadas não totalizam o número de entrevistados, uma vez que foi escolhida mais do que uma hipótese por pessoa.

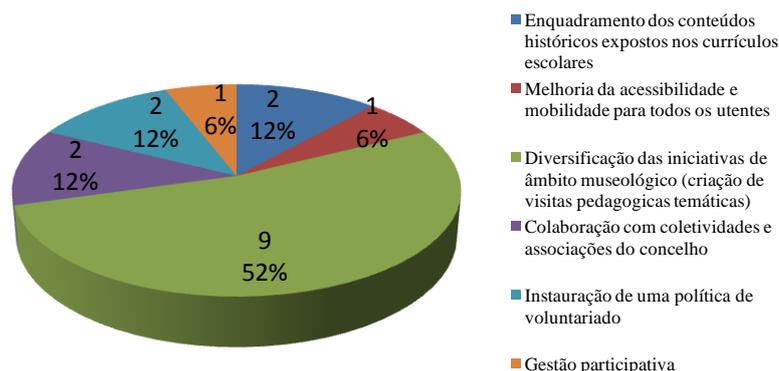


Gráfico 5 – Estratégias a utilizar para envolver os vários tipos de públicos.

Relativamente às formas de envolvimento de instituições de ensino, de instituições de ocupação de tempos livres e da comunidade em geral (Tabela 7 e Gráfico 5), os entrevistados sugerem, na grande maioria (52%), a diversificação das iniciativas de âmbito museológico, como por exemplo, por intermédio de visitas pedagógicas temáticas; o enquadramento dos conteúdos históricos expostos nos currículos escolares (12%); a melhoria da acessibilidade e mobilidade para todos os utentes (cerca de 6%); a colaboração com coletividades e associações do concelho (aproximadamente 12%); também 12% dos entrevistados apontam a instauração de uma política de voluntariado; e, 6% sugerem uma gestão participativa.

c) Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais

Equipa que deve gerir as visitas pedagógicas dos espaços patrimoniais	
Sector Educativo Municipal	6
Equipa específica de profissionais ligados à cultura e ao património	10

Tabela 8 – Equipa mais adequada à dinamização de um Serviço Educativo comum.

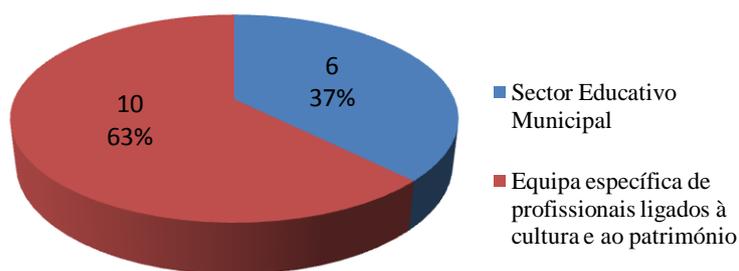


Gráfico 6 – Equipa mais adequada à dinamização de um Serviço Educativo comum.

No que respeita à equipa melhor preparada para assumir as funções de preparação e monitorização de atividades pedagógicas nos espaços dos equipamentos culturais do município de Serpa (Tabela 8 e Gráfico 6), a maioria dos entrevistados (cerca de 63%) acha que esta deveria ser constituída por profissionais especializados nas áreas de cultura e/ou património, enquanto 37% pensam que o Sector Educativo Municipal é capaz de assumir estas funções.

d) Públicos³³

Públicos a que se deve dirigir a proposta	
Escolar	8
Sénior	8
NEES	1
Comunidade em geral	5

Tabela 9 – Públicos a contemplar pelo Serviço Educativo comum.

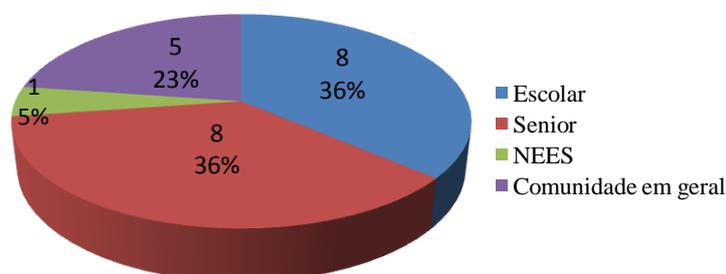


Gráfico 7 – Públicos a contemplar pelo Serviço Educativo comum.

³³As respostas dadas não totalizam o número de entrevistados, uma vez que foi escolhida mais do que uma hipótese por pessoa.

No que diz respeito aos públicos-alvo desta proposta, foram sugeridos os públicos escolar, sénior, pessoas com necessidades especiais (NEES) e a comunidade em geral (Tabela 9). Atendendo ao Gráfico 7, percebemos que há uma forte componente pedagógica a dominar os espaços patrimoniais da autarquia de Serpa, uma vez que públicos como o escolar e o sénior surgem equiparados, com 36% cada. Com 23% das preferências surge a comunidade em geral, da qual faz parte a população ativa, cuja frequência nestes equipamentos é apontada como grande desafio a alcançar. Apenas 5% dos entrevistados sentem a necessidade de abrir as portas das instituições culturais ao público com dificuldades especiais.

e) Rentabilização dos recursos humanos³⁴

Como podem ser rentabilizados os recursos humanos afetos a cada equipamento cultural	
Planeamento de visitas temáticas	4
Monotorização de visitas guiadas	11
Monotorização de atividades pedagógicas	2
Auxílio durante a realização de iniciativas	5

Tabela 10 – Formas de rentabilização dos recursos humanos afetos a cada equipamento cultural municipal.

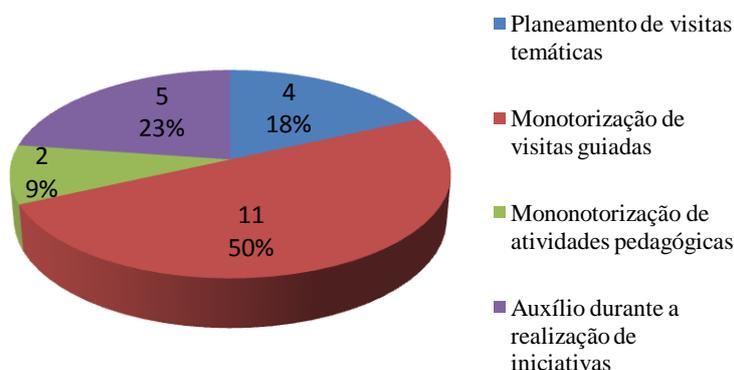


Gráfico 8 – Formas de rentabilização dos recursos humanos afetos a cada equipamento cultural municipal.

A forma como podem ser rentabilizados os recursos humanos, afetos a cada equipamento cultural municipal, ao serem inseridos numa nova lógica dinamizadora, que os obriga a contactar com uma nova funcionalidade – a educação – a par do

³⁴As respostas dadas não totalizam o número de entrevistados, uma vez que foi escolhida mais do que uma hipótese por pessoa.

trabalho que já vêm a desempenhar, é uma preocupação a ter em conta. Deste modo, como podemos observar na Tabela 10 e no Gráfico 8, escolhido por 11 entrevistados, ou seja 50% destes, temos a continuação da monitorização das visitas guiadas; 23 % pensam que os recursos humanos deveriam prestar auxílio durante a realização de iniciativas, quaisquer que sejam os seus âmbitos; 18% acham que estes deveriam apenas planear as visitas temáticas; e 9% têm a opinião de que os técnicos a atuar em cada espaço de cariz patrimonial têm capacidade para monitorizar as novas atividades pedagógicas.

f) Atividades propostas³⁵

Atividades que podem ser desenvolvidas nos diversos equipamentos culturais	
Visitas temáticas	6
Visitas com recurso a novas tecnologias	2
Exposições temporárias	3
Animações teatrais	2
Oficinas de trabalhos manuais	6
Conferências	1
Workshops	1
Espectáculos/demonstrações artísticas	4
Jogos didáticos	1

Tabela 11 – Atividades propostas a serem desenvolvidas pelo Serviço Educativo comum.

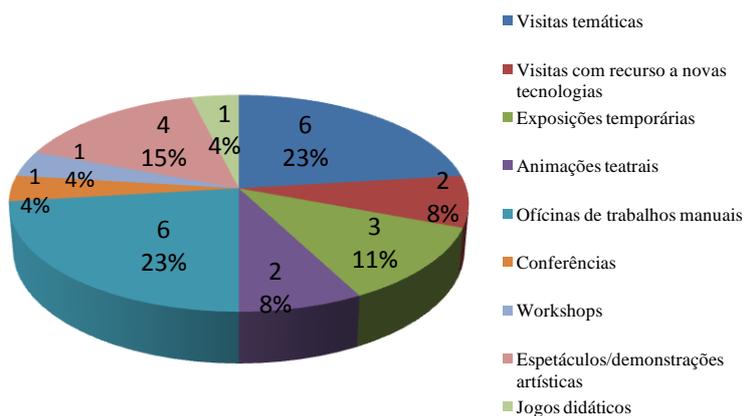


Gráfico 9 – Atividades propostas a serem desenvolvidas pelo Serviço Educativo comum.

³⁵As respostas dadas não totalizam o número de entrevistados, uma vez que foi escolhida mais do que uma hipótese por pessoa.

Relativamente às atividades lúdico-pedagógicas que podem ser fomentadas nos vários equipamentos culturais que o concelho de Serpa oferece (Tabela 11 e Gráfico 9), são sugeridas pelos mesmos 23% dos entrevistados visitas guiadas temáticas e oficinas de trabalhos manuais; 15% acham que deveria haver um maior acesso a espetáculos e demonstrações artísticas; 11% apontam para as exposições temporárias; 8% para visitas com recurso a novas tecnologias e para animações teatrais; e, finalmente, a percentagem de 4% dos entrevistados repete-se no que respeita a conferências, *workshops* e jogos didáticos.

g) Estratégias de divulgação³⁶

Meios de comunicação mais eficazes para a divulgação de um plano de visitas anual para cada equipamento cultural	
Website da Câmara Municipal de Serpa	6
Website do equipamento cultural	3
Facebook	6
E-mail	11
Agenda Cultural	10
Flyers	5
Muppis	1
Jornal Municipal	3
Rádio	1
Telefone	1

Tabela 12 – Meios de comunicação mais eficazes na divulgação de um plano anual de atividades dinamizadas pelo Serviço Educativo comum.

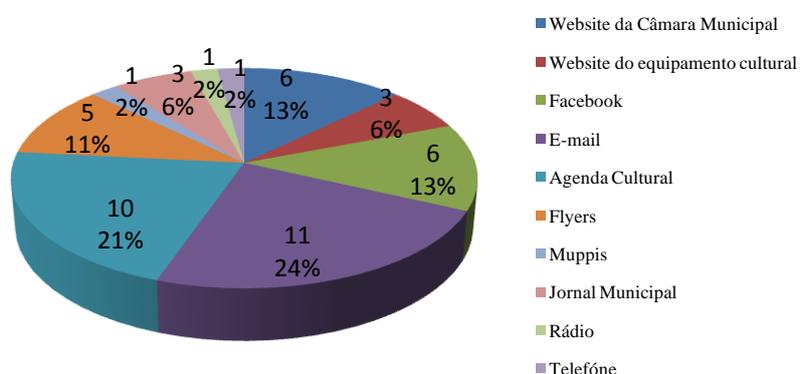


Gráfico 10 – Meios de comunicação mais eficazes na divulgação de um plano anual de atividades dinamizadas pelo Serviço Educativo comum.

³⁶As respostas dadas não totalizam o número de entrevistados, uma vez que foi escolhida mais do que uma hipótese por pessoa.

Como podemos inferir da observação da tabela e do gráfico anteriores, a maioria dos entrevistados concorda que os principais meios de divulgação de um plano anual de atividades lúdico- pedagógicas para cada equipamento devem ser, em primeiro lugar, o *e-mail* (24%), depois, a Agenda Cultural do município (21%), o *website* da Câmara Municipal de Serpa (13%), o *facebook* (13%), *flyers* (11%), o *website* do equipamento cultural (6%), o Jornal Municipal (6%) e, ainda, *muppis* (2%), rádio (2%) e telefone (2%).

h) Sustentabilidade da proposta

Sugestões para tornar a proposta realizável	
Protocolos	2
Parcerias	8
Candidaturas a programas subsidiados	3
Aproveitamento dos recursos disponíveis	6
Voluntariado	3

Tabela 13 – Meios que podem tornar a proposta de criação de um Serviço Educativo comum sustentável.

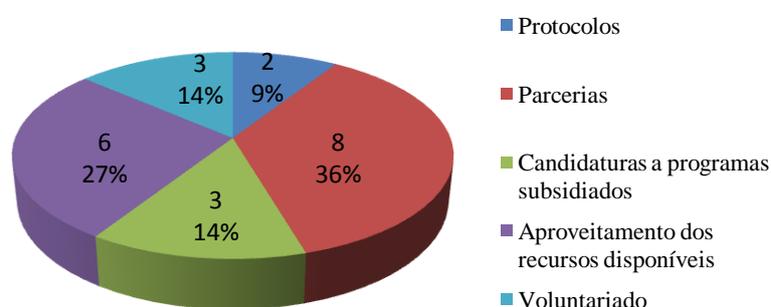


Gráfico 11 - Meios que podem tornar a proposta de criação de um Serviço Educativo comum sustentável.

Por último, para que a proposta de instauração de um serviço educativo, a atuar em rede, se possa concretizar, é estritamente necessário encontrar formas de garantir a sua autosustentabilidade. De entre as principais propostas apontadas pelos entrevistados (Tabela 13 e Gráfico 11) contabilizamos com 36% as parcerias público-privadas; com 27%, o aproveitamento dos recursos disponíveis em cada um dos espaços patrimoniais que temos vindo a referir; com aproximadamente 14%, as candidaturas a programas subsidiados; também com 14%, a instauração do voluntariado; e com 9% a realização de protocolos com entidades públicas e privadas.

Capítulo III

Proposta de salvaguarda, dinamização e valorização do património serpense através do Serviço Educativo Municipal

1. Enquadramento teórico

Tal como anuncia a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, entre 17 de Outubro e 21 de Novembro de 1972, são considerados património cultural (e protegidos por este órgão internacional) os monumentos, como “obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”; os conjuntos, definidos como “grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”; e, os locais de interesse, que são todas as “obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”³⁷.

Para a UNESCO, também a proteção do Património Imaterial³⁸ não pode ser esquecida, compreendendo este as “tradições ou expressões vivas herdadas dos nossos antepassados e passadas aos nossos descendentes, como tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo ou conhecimentos e habilidades necessários ao artesanato tradicional.”

³⁷ *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, UNESCO, Paris, 1972. Artigo 1.º.

³⁸ *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, UNESCO, Paris, 2003.

No panorama nacional, a *Lei de Bases do Património Cultural Português*³⁹ é o documento legal que “estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” (artigo 1.º). Entende-se por património todos os vestígios históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais ou técnicos, a que estejam associados valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. A sua proteção está a cargo do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, ou por ações concertadas entres estes e outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais (artigos 2.º e 4.º).

Uma vez assente o regime de proteção nacional de bens patrimoniais materiais, é imprescindível conhecer a política de salvaguarda do *Património Cultural Imaterial*⁴⁰, em Portugal. À semelhança do conceito avançado pela UNESCO, também o Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho expressa que esta tipologia de património tem características muito próprias, incluindo as tradições e expressões orais; a língua; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais (artigo 1.º), sendo que a sua proteção se destina praticamente às entidades públicas (artigo 4.º).

No concelho de Serpa, as várias tipologias de património cultural encontram-se classificadas ou associadas a determinadas instituições como museus e pólos expositivos, o que nos obriga a também seguir a lei estruturante deste tipo de instituições: a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*⁴¹. Este documento legal tem por objetivos definir os princípios da política museológica nacional; estabelecer o regime jurídico comum aos museus portugueses; promover o rigor técnico e profissional das práticas museológicas; instituir mecanismos de regulação e supervisão da programação, criação e transformação de museus; estabelecer os direitos e deveres das pessoas coletivas públicas e privadas de que dependam museus; promover a institucionalização de formas de colaboração inovadoras entre instituições públicas e privadas tendo em

³⁹ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

⁴⁰ Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho.

⁴¹ Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto.

vista a cooperação científica e técnica e o melhor aproveitamento possível dos recursos dos museus; definir o direito de propriedade de bens culturais incorporados em museus, o direito de preferência e o regime de expropriação; estabelecer as regras de credenciação de museus; e, institucionalizar e desenvolver a Rede Portuguesa de Museus (artigo 1.º). Segundo esta lei, uma instituição de características museais tem obrigatoriamente de desenvolver funções como o estudo e a investigação, a incorporação, a inventariação e documentação, a conservação, a segurança, a interpretação e exposição e, ainda, a educação.

É justamente esta última função, pouco explorada até agora em Serpa, a que apresenta maiores potencialidades de desenvolvimento, permitindo colmatar as falhas que os equipamentos culturais municipais têm vindo a apresentar ao nível da captação de diferentes públicos.

A nível internacional, também o *Código Deontológico do ICOM para os Museus*⁴², sublinha o papel educativo e comunitário que os museus detêm, ao afirmar que estes “(...) têm o importante dever de desenvolver o seu papel educativo e de chamar a si um público cada vez mais numeroso, de todos os sectores da comunidade, localidade ou grupo em que está inserido”⁴³.

Voltando, de novo, ao caso de Serpa, verificamos, atualmente, que, embora o Museu Etnográfico, o Musibéria e o Museu do Relógio não possuam este serviço, realizam atividades, esporadicamente, antecedidas ou não de visitas. Ora, havendo apenas uma instituição cultural privada (Museu do Relógio) e sendo todas as restantes de origem camarária (Museu Etnográfico de Serpa, Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, Museu de Vila Nova de São Bento, Museu de Vila Verde de Ficalho, Musibéria e Casa do Cante), parece-nos relativamente fácil promover parcerias que permitam oferecer muito mais a instituições e públicos do concelho. Daí que a solução mais sustentável esteja, não no desenvolvimento de um serviço educativo exclusivo para cada organismo, mas num serviço educativo que possa atuar em rede nos diversos espaços patrimoniais do concelho.

⁴² Adotado por unanimidade pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, reunida em Buenos Aires (Argentina), a 4 de Novembro de 1986. Foi revisto pela 20ª Assembleia Geral reunida em Barcelona (Espanha), a 6 de Julho de 2001, e pela 21ª Assembleia Geral de Seoul (República da Coreia), a 8 de Outubro de 2004.

⁴³ *Código Deontológico do ICOM para os Museus*, Artigo nº. 2.7.

Assim, procedendo-se à realização de um plano anual de visitas temáticas para cada um dos equipamentos citados, que enquadrem todos os conteúdos de natureza histórica, cultural e patrimonial, expostos nos currículos escolares, é possível levar crianças, jovens e idosos a verem nos museus e pólos museológicos do seu concelho um instrumento dinâmico de desenvolvimento da sua identidade regional.

As visitas deverão ser realizadas por marcação, como acontece na maioria dos museus nacionais e europeus, ficando a sua monitorização a cargo do Sector Educativo Municipal – que tem vindo a desenvolver, com grande sucesso, na Biblioteca Abade Correia da Serra, diversas atividades lúdico-pedagógicas – até que seja possível constituir uma equipa especializada no desempenho destas funções.

De acordo com o regulamento da estrutura orgânica dos serviços municipais da Câmara de Serpa⁴⁴, o Sector de Educação, tutelado pela Divisão de Educação, Desporto e Ação Social da autarquia de Serpa visa, entre outras funções, promover e concretizar medidas de desenvolvimento da educação no concelho, através do planeamento e execução de programas de educação e ensino da competência do município; organizar e gerir a rede de transportes escolares; colaborar com outros serviços, no que se refere ao apetrechamento e manutenção dos edifícios do ensino público de acordo com as competências da autarquia; proporcionar apoio financeiro e técnico às bibliotecas escolares em articulação com o serviço de Biblioteca; apoiar campanhas de sensibilização de educação cívica e de promoção de estilos de vida saudáveis; equipar Jardins-de-infância e Escolas legalmente abrangidos por gestão municipal com meios humanos e materiais bastantes para o bom desempenho dos docentes e discentes daqueles graus de ensino; dinamizar a Academia Sénior.

Embora o Sector Educativo ocupe um lugar de destaque nesta proposta, a exequibilidade da mesma vai depender da concertação entre este organismo e o Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico, responsável pelos museus de cariz arqueológico e pelo património edificado; a Divisão de Cultura e Dinamização Turística, que gere o Museu Etnográfico, a Casa do Cante e o Musibéria; o Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem, a quem cabe a divulgação do plano de visitas temáticas; e, ainda, as Juntas de Freguesia de Vila Nova de São Bento e Vila Verde de

⁴⁴ Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro. Anexo I.

Ficalho, responsáveis pelos museus das suas localidades, e o Museu do Relógio de cariz privado.

2. Exemplos a nível nacional e europeu

A partir de meados do século XX e, principalmente, desde a década de 60, diversas tendências têm vindo a verificar-se no que aos museus diz respeito, assistindo-se a uma enorme diversificação das suas tipologias, a uma valorização mais afincada dos espaços edificados onde se inserem as coleções (valorização do continente e do conteúdo), ao desenvolvimento dos métodos e técnicas de conservação e à efetivação do museu enquanto corpo educativo.

Segundo J. Amado Mendes⁴⁵, foram vários os motivos que contribuíram para o reabilitar do museu enquanto espaço ou recurso educativo. São eles os de *ordem científica* (progresso de ciências como a psicologia, a história e a etnologia), os de *ordem pedagógica* (educação permanente e para todos, não apenas para um determinado grupo etário), os de *ordem didática* (reconhecimento da importância dos objetos e sua tridimensionalidade no processo de ensino-aprendizagem e da diversificação dos métodos, processos e estratégias educativas consoante as circunstâncias e os indivíduos) e os de *ordem tecnológica e civilizacional* (o extraordinário desenvolvimento das novas tecnologias da informação permitiram valorizar os acervos patrimoniais dos museus, tornando-os centros de educação e lazer).

A instituição desta funcionalidade em museus por todo o mundo levou à criação de equipas altamente especializadas e organizadas – os serviços educativos – capazes de atuar em mais do que um equipamento cultural em simultâneo, mediante um plano de atividades anual, vocacionado para todas as instituições que promovem a educação. Este tipo de serviço mais abrangente observa-se, maioritariamente, nos museus de cidade ou municipais que procuram rentabilizar os seus recursos, sempre com a preocupação de oferecer aos seus habitantes visitas de qualidade.

⁴⁵ J. Amado Mendes, *Estudos de património. Museus e educação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Observemos, então, os casos do Museu da Cidade de Lisboa⁴⁶ e do Museu de Londres⁴⁷, escolhidos como modelos a seguir para a criação de um Serviço Educativo Municipal em Serpa.

A política museológica levada a cabo no Museu da Cidade, em Lisboa, merece destaque, na medida em que, sendo um museu camarário, gerido por uma empresa municipal (EGEAC), possui serviços de tal maneira coesos e organizados, que lhe permite atuar, simultaneamente, em quatro espaços museológicos (Museu da Cidade, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Museu do Teatro Romano e Museu Antoniano), com características muito diferenciadas: um dedica-se à história e vivências da cidade desde a pré-história até ao início do século XX; outro a uma personalidade artística do século XX e a toda a sua obra; outro, ainda, ao povo romano e seus métodos de construção; e, por fim, às manifestações artísticas provenientes do culto ao padroeiro da cidade. De entre os serviços prestados destaca-se o Serviço de Animação e Pedagogia, cuja procura por parte das instituições escolares, de acompanhamento de pessoas com necessidades especiais e pelo público em geral, definiu a missão do Museu da Cidade, e de todos os outros a ele associados, como essencialmente educativa. Além disso, todas as visitas lúdico-pedagógicas realizadas por este Serviço são gratuitas e realizáveis segundo marcação prévia, para que a equipa se possa organizar e dar resposta às diferentes solicitações diárias.

É justamente esta dinâmica que o Serviço de Animação e Pedagogia proporciona ao conjunto de museus municipais citados que se pretende aplicar aos museus e pólos expositivos do concelho de Serpa. Pese, embora, a capital do país presente, em termos populacionais, melhores condições de sucesso, no que à atração de públicos diz respeito, Serpa, pelas similares características que manifesta ao nível dos seus equipamentos patrimoniais (como serem tutelados pelo Poder Local, à exceção do Museu do Relógio, e apresentarem uma estrutura territorial descentralizada) deve recorrer também à instauração de um Serviço Educativo comum para conseguir, em primeira instância, definir estes espaços como educativos e atrair todas as instituições escolares do concelho, como complemento ao ensino formal, e, paralelamente, as instituições de ocupação de tempos livres, para que gradualmente crianças, jovens e idosos possam compreender a importância e o valor do seu património material e

⁴⁶ Anexo IV.

⁴⁷ Anexo V.

imaterial, permitindo que este seja preservado e transmitido às gerações vindouras, sempre com os menores custos possíveis para a tutela.

Também o Museu de Londres constitui um exemplo de política museal a seguir pelo município de Serpa, uma vez que a sua organização é muito semelhante à dos referidos museus de Lisboa anteriormente referidos: é gerido por órgãos públicos, municipais e regionais; possui uma equipa multifacetada que atua igualmente nos *Museum of London Dockland* e *Museum of London Archaeology*; o Serviço Educativo é comum a todos os espaços, sendo a participação em atividades por ele dinamizadas gratuitas para instituições de ensino. Contudo, é na forma de proveniência de verbas para o funcionamento dos seus variados serviços, entre os quais o Serviço Educativo, que esta instituição difere do exemplo nacional. Se para os Museus da Cidade, do Tetro Romano, Rafael Bordalo Pinheiro e Antoniano é destinada uma verba anual proveniente do orçamento camarário, para o Museu de Londres, as visitas gratuitas, que envolvem atividades com materiais físicos ou digitais, bem como a caracterização de animadores, encontram no mecenato cultural e num programa subsidiado de desenvolvimento de museus não-nacionais a sua fonte de subsistência. É justamente este o princípio que, em tempos de crise, se procura aplicar ao município de Serpa, para que a instauração do Serviço Educativo Municipal não constitua um pesado encargo, que a autarquia, por si só, não possa suportar.

3. Aproveitamento dos espaços e dos recursos em Serpa

Tendo em vista a salvaguarda, valorização e dinamização dos equipamentos culturais do concelho de Serpa, serão, de seguida, apresentadas algumas sugestões que visam melhorar, nestes espaços, domínios como a área expositiva, a identificação do espólio, a inventariação, a tecnologia audiovisual, a acessibilidade e mobilidade, o voluntariado, atividades dinamizadoras e tecnologias da informação e comunicação, sempre com a preocupação de dar resposta às expectativas da comunidade, que se quer envolvida, com os menores custos possíveis para as respetivas tutelas.

3.1. Museu Etnográfico de Serpa

Analisando a atual situação do Museu Etnográfico de Serpa, verificamos que a sua exposição, por ser permanente e pouco diversificada, não traz vitalidade ao espaço. Também a incorporação de novas peças nunca é publicitada, e, logo, não atrai visitantes. É, portanto, estritamente necessário repensar esta que é a principal função do museu. Dado a que este recebe anualmente muitos objetos por doação⁴⁸ é relativamente fácil instituir uma zona de exposição temporária onde o visitante pode contactar com peças específicas de um determinado trabalho que remonte a um período anterior em que já se praticasse essa profissão ou mesmo com objetos menos comuns que os próprios contemporâneos não tenham observado com tanta frequência. Estas exposições teriam, claro está, de ser acompanhadas por suportes documentais (pequenos catálogos ou panfletos) e publicitários (informação disponibilizada *on-line* e na “Agenda Cultural” do município, distribuída gratuitamente aos residentes do concelho) para chegar ao conhecimento dos vários públicos.

Averiguámos, ainda, no que à exposição permanente concerne, nomeadamente no espaço dedicado à roupa, a existência de uma película autocolante fixada na parede lateral esquerda com a explicitação da atividade a que se refere a exposição, ilustrada com algumas fotografias a preto e branco. Esta informação encontra-se também em inglês, de modo a garantir que o público estrangeiro perceba para que serve o conjunto de objetos que observa. A iniciativa mostra-se, assim, muito positiva e necessária, razão pela qual a Câmara Municipal poderia dar prioridade à instalação dos restantes painéis.

A alteração da identificação do espólio, feita, atualmente, por via de etiquetas adesivas, também se afigura como uma necessidade, não apenas em termos estéticos, como também em termos de conservação, visto que a prática em voga no museu deteriora as características naturais dos objetos, com consequências irreversíveis. O ideal seria remover estas etiquetas e colocar tabelas identificativas das peças em questão.

Outro domínio que pode ser melhorado para um conhecimento mais alargado do espólio do museu é uma inventariação mais completa que, na medida do possível,

⁴⁸Informação fornecida pela Divisão da Cultura e Dinamização Turística da Câmara Municipal de Serpa.

procure incluir, para além do número de inventário, do nome da instituição, da denominação e da descrição, a autoria, a datação de criação do objeto, o material de que é feito, meio e suporte, as dimensões, a proveniência, o historial e a modalidade de incorporação.

Relativamente à conservação, o Museu Etnográfico cumpre as regras estipuladas para a proteção do seu espólio e como tal a temperatura ronda os 20°C. Também a exposição regular ou prolongada à luz, natural ou artificial, pode causar danos graves e irreparáveis nos objetos. A iluminação artificial é, por isso, fraca, apenas havendo um foco muito ténue de luz zenital a incidir sobre as peças. Quanto à iluminação natural também se verifica, havendo, contudo, uma preocupação com exposição dos objetos à mesma, tendo-se para o efeito fechado algumas das aberturas para o exterior. Já os restauros simples, de que cada objeto doado necessita, estão a cargo dos estaleiros da Câmara Municipal de Serpa.

Qualquer instituição museológica em atividade na contemporaneidade tem a seu dispor vários meios criados pela tecnologia, que visam completar as exposições. Além de um discurso museológico mais aprazível, estes meios atuam para que nenhum público seja excluído por possuir determinada característica impeditiva de uma leitura visual. Entre as inovações direcionadas para os museus destacam-se os equipamentos audiovisuais como quiosques multimédia⁴⁹, películas interativas e a retroprojeções. Qualquer um destes equipamentos possibilita a apresentação de coleções e informações históricas, experiências interativas com fotografias, diretórios interativos (como mapas dos espaços do museu) e, no caso dos quiosques multimédia, a realização de jogos interativos para os grupos que visitam o museu, através dos quais podem ser transmitidos conhecimentos sobre a exposição, de uma forma divertida.

A mobilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldades locomotoras é uma das grandes preocupações que qualquer serviço público deve ter. Como tal, é necessário encontrar uma solução viável para o problema da acessibilidade ao piso superior apenas pelas escadas. Neste caso, a colocação de um elevador não será necessária, visto ser um equipamento caro, injustificado para percorrer apenas um piso,

⁴⁹ A título de exemplo, podemos sugerir empresas atuantes nesta área como a Partteam, a Kiosystem, Evkiosk.net e a PapelDigital.eu

sendo que colocar uma aplicação nas próprias escadas, a chamada *cadeira elevador*, cujo preço ronda os 1500 euros, será a solução mais acertada.

Para uma eficiente prestação de serviços, o Museu Etnográfico de Serpa deve colmatar outras falhas funcionais que tem vindo a manter desde a sua criação. Trata-se da instalação de sanitários, uma necessidade que se impõe como urgente, uma vez que, o Museu Etnográfico não dispõe de equipamentos deste tipo, seja destinados ao público em geral, seja aos próprios técnicos que operam no local. Um estudo arquitetónico mais aprofundado, poderá ditar o melhor espaço do museu para a constituição destas instalações.

No que respeita aos recursos humanos, o Museu dispõe, atualmente, de duas Assistentes Operacionais. Embora não possuam formação a nível superior em áreas de museologia ou património histórico e cultural, uma vez que apenas detêm a escolaridade obrigatória, estas técnicas têm vindo a acumular, ao longo dos anos, conhecimentos na área da etnografia e experiência em lidar com os variados tipos de público, de todas as faixas etárias. Deste modo, estes recursos humanos tornam-se imprescindíveis na monotorização de visitas guiadas.

Porém, como evidenciam as entrevistas realizadas, descritas no Capítulo II, a falta de recursos humanos tem-se tornado muito evidente. Para colmatar essa falha recorreremos à proposta de criação de um regime de voluntariado, sem qualquer custo para a instituição tutelar, que seria altamente benéfico tanto para a dinamização do museu, como para a própria comunidade, visto existirem, atualmente, jovens que procuram obter experiência profissional e que não conseguem emprego, e desempregados ou reformados que gostariam de ocupar os seus tempos livres e que conhecem como ninguém os ofícios retratados pelo museu.

Como o museu não possui qualquer área que possa ser adaptada ou reconvertida em *atelier* para a realização de atividades práticas, sugere-se, que as mesmas tenham lugar em salas polivalentes à disposição na cidade, como são os casos do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, da Casa do Cante, da Biblioteca e do Cineteatro Municipal, dada a sua concentração no Centro Histórico e proximidade.

Por fim, pelo facto de vivermos na era da informação e a Internet ser vista como o meio mais rápido, fácil, económico e, sobretudo, que causa mais impacto na difusão

das coleções e iniciativas de um espaço com características museológicas, seria bastante vantajoso para o Museu Etnográfico de Serpa a criação de um *Website*⁵⁰, que reunisse todos os conteúdos relativos a este equipamento, e que se tornasse o rosto desta instituição.

3.1.1. Coleção de Trajes Históricos e Tradicionais

Identificada como espólio do Museu Etnográfico de Serpa, a coleção de trajes tradicionais alentejanos, patente numa sala do cineteatro da cidade, reúne todas as condições para que se torne uma montra de outros hábitos e costumes do povo de Serpa.

Este acervo encontra-se bem conservado por uma equipa de costureiras, sendo as peças que o constituem utilizadas regularmente, por figurantes, em iniciativas como a Feira Histórica e Tradicional de Serpa, a Feira do Queijo de Serpa e o Cortejo Histórico e Tradicional de Serpa, motivo pelo qual a coleção já se encontra inventariada. Quando existe a necessidade de proceder a restauros do espólio, estes são realizados em espaço próprio (situado no mesmo edifício), que dispõe de maquinaria adequada à tarefa de costura.

A coleção é, portanto, suscetível de ser adaptada a um ambiente expositivo, constituindo, desta forma, um outro pólo do Museu Etnográfico de Serpa, referente ao vestuário. A colocação do espólio numa sala expositiva a instalar num dos muitos espaços disponíveis do cineteatro mostra-se a opção mais acertada, uma vez que são espaços bem acondicionados, sem a excessiva penetração de luz natural ou artificial, apresentando-se como um espaço bastante favorável à permanência de uma coleção de tecidos que, com o passar dos anos, tende a deteriorar-se.

O principal problema apontado a esta pequena coleção é o facto de não haver um estudo histórico aprofundado sobre ela, nem existir qualquer informação escrita que conte a sua história. Com a efetivação de uma exposição visitável deste acervo, será fundamental implantar esta informação *in locuo* e no museu tutelar, sob a forma de panfletos e/ou catálogos a serem distribuídos ou adquiridos pelos visitantes, bem como de uma projeção de um pequeno documentário, em mais do que um idioma (preferencialmente português, espanhol, inglês e francês).

⁵⁰ Atualmente existem no mercado a operar neste domínio empresas como a MentalFactory, a Webuild, a Seara.com, a Imaginevirtual e, ainda, a PapelDigital.eu.

Naturalmente, que a instalação de uma exposição aberta ao público implica algumas cautelas em termos de acessibilidade, para que ninguém seja excluído da sua visita. Por essa razão, a sala a escolher não deverá apresentar qualquer tipo de barreiras (como degraus) à passagem de pessoas com mobilidade reduzida. Para além disso, será necessário proceder a pequenas reformas nos lavabos, devido ao facto destes possuírem também algumas restrições de utilização a todos os tipos de público.

Estando a coleção de trajes tradicionais associada à temática etnográfica, esta poderia ser incorporada no sítio da Internet sugerido no ponto anterior para o Museu Etnográfico de Serpa, como uma coleção pertencente ao museu, e com a sua localização devidamente expressa e justificada pelo facto de não haver espaço disponível no museu tutelar, por neste só se encontrarem expostos objetos associados aos ofícios tradicionais e por se situar no mesmo local onde é feita a conservação das peças, facilitando o seu acesso.

3.1.2. Museu de Vila Nova de São Bento

Como vimos anteriormente, o Museu de Vila Nova de São Bento é um museu de reduzidas dimensões, de características etnográficas, que alberga uma coleção proveniente de doações feitas por populares e que não possui quaisquer recursos humanos afetos⁵¹. Por esse motivo (e acrescido o facto de não obedecer aos requisitos impostos pela Lei-quadro dos Museus Portugueses), a denominação de “museu” torna-se inapropriada, sendo que “coleção visitável” seria, à semelhança da coleção de trajes tradicionais, a terminologia mais correta a aplicar a esta exposição permanente. Juridicamente, este tipo de exposição também se encontra protegido, só se achando reconhecido como tal se os bens culturais que a constituem estiverem inventariados nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Atualmente, está instalado num anexo à Junta de Freguesia da localidade (que poderemos denominar como “centro cultural” da vila, com ligação ao Cineteatro e ao Espaço Internet), e possui dois pisos, ocupando a coleção apenas o térreo. Esta é bastante diversificada, com acervos que retratam o quotidiano rural e que vão desde

⁵¹ Existe, apenas, uma funcionária da Junta de Freguesia, sem qualificação adequada (possui a escolaridade obrigatória), situada junto à entrada da sala onde está instalada a coleção, que controla simultaneamente o Espaço Internet.

objetos representativos de trabalhos no campo à ornamentação das habitações características. Porém, verificamos que a disposição dos objetos é feita de forma pouco cuidada, isto é, não constrói um discurso linear, como uma exposição deve fazer. Por essa razão, e visto que já existe um museu etnográfico no concelho, exclusivamente dedicado aos ofícios tradicionais, o Museu de Vila Nova de São Bento poderia continuar a ser um pólo expositivo, mas desta feita, recreando o quotidiano doméstico da tradicional “Casa Alentejana”, em voga até ao terceiro quartel do século XX.

Na prática, o que se propõe para o Museu de Vila Nova de São Bento é a alteração da sua terminologia para “Coleção Visitável” e a efetivação de procedimentos normativos segundo tal, e a posterior integração desta exposição num conjunto mais abrangente que é o Museu Etnográfico de Serpa. Assim, a Coleção Visitável de Etnografia de Vila Nova de São Bento adquiriria uma nova especificidade (habitação rural alentejana), dentro da etnografia do concelho, o que permitiria uma melhor concertação entre espaços e gestão desta área como um todo pela autarquia de Serpa.

O primeiro passo para trabalhar a coleção é proceder à sua inventariação, uma vez que não existe qualquer registo escrito, seja manual ou digital, que a descreva de forma completa. Realizada esta ação, deve ser colocada uma informação escrita, em cada uma das diferentes áreas expositivas, suficientemente legível à distância⁵², bem como tabelas de identificação dos objetos expostos junto aos mesmos. Seguir-se-ia a criação de um catálogo, visto que o visitante não dispõe de qualquer informação relativa ao que está a visualizar. Todavia, a impressão de vários catálogos a cores e com imagens de todas as peças seria demasiado dispendioso para a autarquia, pelo que os catálogos seriam feitos em número reduzido e facultados, sem qualquer custo, aos visitantes, durante a visita, sendo devolvidos no final da mesma. Como complemento, deveria proceder-se à realização de panfletos (materiais e digitais) que descrevessem a génese do museu e sua história e que expusessem o espólio considerado mais representativo. Este, sim, seria um método menos dispendioso, podendo a informação ser disponibilizada a todos os visitantes, sem restrições.

No que respeita à conservação, o espaço expositivo encontra-se bastante protegido da incidência solar, sem que haja necessidade de recorrer a luz artificial, e não

⁵² Esta informação pode, eventualmente, ser didática, recorrendo a um dos equipamentos multimédia que foram anteriormente sugeridos para o Museu Etnográfico de Serpa (pág. 71).

se registam excessivos graus de humidade que ponham em risco a integridade das coleções. No entanto, verifica-se que alguns dos objetos expostos, sobretudo as cerâmicas simples, necessitam de restauros, que poderiam ser feitos pelos artesãos da vila, que ainda se encontram ativos, em regime de voluntariado. Isto porque, existem em Vila Nova de São Bento vários esforços individuais para a recuperação das tradições e saberes locais⁵³, cujo aproveitamento beneficiaria, em muito, as coleções do pólo expositivo, podendo atenuar, ou mesmo suprimir, a falta de recursos humanos especializados na área da etnografia.

A mobilidade também é um domínio privilegiado do espaço destinado a esta exposição, pois não existem quaisquer entraves à entrada e circulação de todos os públicos no espaço, exceção feita ao segundo andar, que embora não esteja a ser utilizado, constitui uma mais-valia, dada a sua amplitude, na realização de atividades lúdico-pedagógicas pelo Serviço Educativo. Assim, seguindo esta intenção, as escadas que dão acesso a este piso teriam de ser adaptadas, por exemplo, por via da instalação de uma cadeira elevatória, como, aliás, se havia proposto para o Museu Etnográfico.

Como exposição pertencente ao Museu Etnográfico de Serpa, a coleção de etnografia de Vila Nova de São Bento deveria ter um espaço dedicado a si no *website* do Museu de Serpa, isto porque seria mais fácil para o visitante encontrar a informação relativa a todas as exposições de etnografia que existem no concelho reunidas no mesmo local.

3.2. Museu Municipal de Arqueologia de Serpa

Como fora já referido em capítulos anteriores, o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa encontra-se encerrado ao público devido a obras de requalificação. Prevê-se que o novo espaço seja dotado de todos os equipamentos e recursos necessários a um eficiente funcionamento. Daí que questões como a conservação, a segurança, a incorporação, a interpretação, a exposição, a organização de reservas e a educação já estejam assegurados pela contratação de três técnicos superiores formados em museologia, arqueologia e conservação e dois assistentes técnicos (um(a) rececionista e um guarda noturno); a acessibilidade e a mobilidade no

⁵³ Veja-se o exemplo da Ex-Professora Primária Maria Palma, relativamente à recuperação da *Renda de Tresmalho*, citada anteriormente, para cobrir os altares das Santas Cruzes.

espaço encontram-se garantidas pela inexistência de barreiras físicas e pela instalação de um elevador; e o espaço de cafetaria com esplanada será atribuído por via de concessão.

No entanto, podemos deixar algumas sugestões para que o museu se torne um exemplo no mapa regional e nacional. A primeira prende-se com a inventariação, que é feita atualmente de forma sumária, e não segundo um modelo completo, específico para objetos arqueológicos. Segundo a Lei-quadro dos Museus Portugueses, o inventário museológico pode ser digital ou manual e deve integrar indispensavelmente o número de inventário, o nome da instituição, a denominação ou título, a autoria (quando aplicável), a datação, o material, meio e suporte (quando aplicável), as dimensões, a descrição, a localização, o historial, a modalidade de incorporação e a data de incorporação.

Em segundo lugar, há que ter em atenção o facto de a população local apresentar uma clara tendência para o envelhecimento. Daí que seja necessário distribuir assentos por todos os andares expositivos, onde os visitantes possam descansar ou mesmo contemplar o espólio exposto, sem que isso constitua um motivo de desconforto físico.

A instalação de quiosques multimédia em, pelo menos, duas salas do Museu também se mostra necessária em termos de inovação e de proteção do ambiente, visto que fornece ao visitante todas as informações relativas ao espólio em exposição, acompanhado de fotografias, mapas, entre outros, de forma dinâmica e não recorrendo à utilização de papel.

Outro domínio que pode ser potenciado é a relação com o castelo, que constitui a envolvência do museu. Este é um exemplo vivo da construção de fortificações medievais, podendo, por isso, complementar a informação em exposição no museu. Além disso, foi palco de combates importantes e da passagem de inúmeros reis portugueses pela cidade, temática que pode também ser abordada através de visitas guiadas.

Por fim, sugerimos que o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa possua um *website* próprio, que deve incluir um historial do museu, informações sobre a coleção permanente, outro sobre as coleções temporárias, uma visita virtual ao museu,

informações referentes ao serviço educativo e atividades que podem ser realizadas por cada público e, por fim, uma ligação dedicada à localização e contactos do museu.

3.2.1. Museu de Vila Verde de Ficalho

Dada a diversidade de coleções expostas no Museu de Vila Verde de Ficalho, existem muitos caminhos a tomar relativamente à funcionalidade a dar a este espaço. Aqui avançam-se duas sugestões: alteração de conceitos para “coleção visitável” – no caso, de arqueologia, por ser a mais significativa – e incorporação numa unidade mais representativa deste tipo de património, como é o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, a fim de proporcionar o auxílio e a complementaridade entre estes dois pólos, com a natural seleção de acervo; ou, por outro lado, visto que o local escolhido para albergar as coleções foi uma capela, incluir apenas o espólio relativo à arte sacra, em detrimento de todas as outras doações ou achados, concedendo ao Museu de Vila Verde de Ficalho um cariz altamente inovador no concelho, por aqui não existir nenhum museu vocacionado para ícones de fé. As restantes coleções poderiam ser colocadas em reservas e serem usadas para pequenas exposições temporárias temáticas a realizar no museu e na biblioteca da vila.

Em qualquer uma das hipóteses, é estritamente necessário proceder a alterações no campo da conservação. O principal problema apontado a este museu é a elevada humidade que o atinge, falha que poderá ser colmatada com a introdução de equipamentos desumidificadores. O espaço é também pouco iluminado, o que dificulta a visualização das peças expostas, pelo que a introdução de luz artificial mostra-se imprescindível. Outro aspeto que poderia ser considerado no âmbito do restauro é a recuperação dos frescos que compõem o altar da igreja.

Mais uma vez, a necessidade de inventariação dos bens, que neste local se encontram, torna-se evidente, dado a que não existem quaisquer registos escritos sobre ela, nem um estudo mais aprofundado que possa dar aso à criação de um pequeno catálogo. A identificação das peças através de tabelas também se torna particularmente importante, visto que o visitante não possui informação alguma sobre o que vê, exceção feita à escavação realizada ao cemitério paleocristão.

A acessibilidade ao espaço expositivo, bem como a mobilidade dentro deste encontram-se condicionadas. A solução passaria pela implantação de rampas removíveis

sobre os degraus que dão acesso ao sítio arqueológico e à capela. Os degraus que dão acesso ao pequeno altar deveriam permanecer inalterados, considerando que a visualização das coleções não está comprometida. Neste caso, as vitrinas a introduzir no local podem ter menor altura e as tabelas informativas que acompanhariam o espólio maior dimensão, não existindo, assim, para qualquer que seja o público, a necessidade de subir o altar para visualizá-lo.

Outro domínio a estipular será o regime de acesso ao museu. Como vimos no Capítulo I, o Museu de Vila Verde de Ficalho apenas se encontra aberto ao público por duas alturas festivas, o que se deve à inexistência de recursos humanos afetos ao local. A política a instituir, neste caso, seria a abertura do equipamento cultural por um funcionário da Junta de Freguesia para visitas guiadas gratuitas a grupos (agendadas previamente), monitorizada por uma pessoa destacada para a função e proveniente dos serviços camarários, sendo que as atividades práticas teriam lugar na Biblioteca instalada na Junta de Freguesia, que se situa nas proximidades do museu e que apresenta todos os recursos necessários à sua realização.

A publicitação do espaço musealizado de Vila Verde de Ficalho deve surgir no *website* a ser criado para o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, para que os diferentes públicos tomem conhecimento das atividades que ambos desenvolvem, no âmbito da arqueologia.

3.3. Musibéria

O Musibéria apresenta-se como um espaço bastante multifuncional, conjugando diferentes tipos de arte e património. Se a mensagem de difusão e salvaguarda da música, feita através do ensino, da dança e da produção musical, chega cada vez mais longe, o mesmo não se pode afirmar da estrutura musealizada. A maquinaria pertencente à antiga fábrica de moagem onde foi instalada a instituição encontra-se em exposição em sala adequada para que não só os visitantes possam enquadrar o espaço que visitam, como a própria comunidade possa reconhecer o Musibéria enquanto espaço de memória. Porém, esta funcionalidade apresenta muitas controvérsias, que passamos a citar.

Em primeiro lugar, a instalação da maquinaria não é acompanhada de elementos informativos, ou qualquer recurso humano⁵⁴, que a possam enquadrar histórico-espacialmente, não conseguindo, por isso, estabelecer com o visitante uma relação comunicativa. Para colmatar essa falha, visto que a visita não é guiada, sugere-se que sejam colocadas fotografias da antiga fábrica em funcionamento junto às máquinas recuperadas e um quiosque multimédia que possa exibir pequenos textos com sistemas de áudio incorporados sobre a fábrica no seu todo ou um vídeo onde se fale sobre a mesma e, ainda, uma reconstituição digital do antigo edifício, evidenciando as transformações que ocorreram.

Em segundo lugar, também no caso do Musibéria, o núcleo não poderá ser denominado “museu”, visto que se trata apenas de um conjunto de bens culturais preservados e em exposição, não reunindo os meios e recursos necessários, estabelecidos para estas instituições. Um desses meios é a acessibilidade, que se mostra reduzida, pelo facto do espaço se desdobrar em dois pisos ligados por um vão de escadas.

Em termos programáticos, o Musibéria deve apostar no seu espaço expositivo, valorizando-o enquanto único espaço dedicado ao património industrial recuperado da cidade e integrando-o, claro está, na grande vertente musical que o caracteriza. Efetivamente, o Musibéria tem vindo a procurar esta concertação, usando o seu “museu” como espaço expositivo de fotografias e trabalhos manuais relacionados com a música e dança ibérica, contudo observamos que descora, quase por completo, o potencial patrimonial da maquinaria em exposição no espaço, não existindo quaisquer ações que visem a sua promoção. Sugere-se, portanto, o desenvolvimento, no local, de mais exposições temporárias, de atividades com vários públicos, conferências, palestras, debates, entre outros, exclusivamente dedicados a este tipo de património.

Deste modo, será possível encarar o Centro Internacional de Músicas e Danças de Raiz Ibérica como um outro pólo expositivo que, à semelhança do Museu de Arqueologia (e Museu de Vila Nova de Ficalho, se incluído neste), do Museu Etnográfico (e respetivas coleções de trajes e de artefactos caracterizadores da casa

⁵⁴ À exceção dos professores de música e dança, o Musibéria conta apenas com um Diretor Geral e dois Assistentes Operacionais.

tradicional alentejana) e da Casa do Cante, documenta a história de Serpa e das suas gentes, num determinado período cronológico.

3.4. Casa do Cante

A Casa do Cante é o equipamento cultural mais recente do município e, como tal, encontra-se altamente preparado e adaptado às maiores exigências do ponto de vista do estudo, investigação e interpretação, através de um centro de documentação que recorre a diferentes suportes, sobre a polifonia tradicional em Portugal, no Mediterrâneo e no mundo; da exposição, apresentando para o efeito uma galeria de exposições temporárias que acolhe ciclos anuais dedicados à temática do cante; da educação, promovendo o “Cante nas Escolas”⁵⁵ e reservando lugar para os serviços pedagógicos junto à galeria de exposições, numa sala polivalente, para atividades relacionadas com as exposições; da acessibilidade, pela colocação paralela de escadas, elevador e rampas; dos recursos humanos, com dois técnicos superiores, provenientes das áreas da educação e da antropologia; e, do acesso público, que é livre e totalmente gratuito.

Não sendo um museu dedicado ao cante, a Casa do Cante de Serpa conota-se, em termos funcionais, segundo a nossa opinião, com um centro interpretativo deste património imaterial. Isto porque, os centros interpretativos definem-se como instituições que procuram divulgar conhecimentos relativos ao património cultural ou natural, recorrendo a uma estratégia de comunicação que envolve a interatividade e que passa, muitas vezes, pela realização de exposições ou programação multimédia, para auxiliar e estimular o processo de descoberta e de conexão intelectual e emocional do visitante com o património. Estas exposições são normalmente temporárias e relacionadas com um aspeto específico do bem patrimonial em causa. Um centro de interpretação pode, também, ser uma solução viável para a valorização do património dos municípios, sobretudo, das áreas rurais, onde não existem recursos para o estabelecimento de um museu de grande escala, não deixando, no entanto, de ser um património importantíssimo para a fruição da cultura e do turismo da região.

Deste modo, colocando a Casa do Cante como outro pólo cultural ao serviço do concelho, completa-se um ciclo de salvaguarda, valorização e dinamização de

⁵⁵ Introdução do Cante Tradicional Alentejano nos currículos escolares do 1.º Ciclo de Ensino Básico, na disciplina de Educação Musical.

praticamente todos os indicadores culturais que caracterizam as gentes de Serpa desde o início da ocupação deste território.

3.5. Museu do Relógio António Tavares d’Almeida

Tendo um cariz privado e não pertencendo à Rede Portuguesa de Museus, o Museu do Relógio de Serpa tem procurado, no entanto, adquirir as funcionalidades inerentes a um museu completo e atrativo. A exposição encontra-se disposta segundo um discurso museológico coerente. A conservação e restauro do acervo são garantidos por uma oficina instalada paralelamente ao museu. Todas as peças encontram-se devidamente inventariadas segundo critérios próprios definidos pela direção. Também o estudo e investigação são uma preocupação desta instituição, sendo fornecidos através de inúmeras obras da especialidade, integradas numa pequena biblioteca, onde o visitante pode aceder a toda a informação sobre relojoaria.

Todavia, o Museu do Relógio pode e deve melhorar os seus serviços, para que a sua qualidade seja reconhecida por todos os seus visitantes. Um desses domínios é a mobilidade dentro do espaço. Por estar instalado num edifício de cariz monumental, o Convento do Mosteirinho, o museu possui determinadas características construtivas da época em que foi edificado, como degraus em quase todas as divisões, que são, como se sabe, impeditivos da livre circulação de pessoas com necessidades especiais. Como eliminá-los seria alterar profundamente um bem patrimonial da época manuelina, a opção a tomar seria a colocação de rampas removíveis, que poderão ser ajustadas aos degraus de modo a que a inclinação não seja demasiado íngreme.

Outra modalidade a aperfeiçoar é o modo de exposição da informação relativa à coleção. Neste campo, é importante que seja criado um panfleto ou catálogo, que deverá ser distribuído aos visitantes, para lhes fornecer a contextualização do espólio exposto.

As iniciativas promovidas pelo museu fazem-se chegar ao seu público através da Internet, sendo o *website* um recurso privilegiado. Contudo, enquanto rosto do museu, este é estética e informativamente insuficiente, pelo que será necessário proceder a algumas reformulações. No que respeita à forma como surgem dispostos os diversos conteúdos, esta deveria ser mais uniforme, utilizando apenas duas cores-padrão, fotografias de igual dimensão, ordenadas segundo um formato específico, para que não

se tornem visualmente desmesuradas, e, ainda, um tipo de letra mais atrativo e espaçado, para um melhor entendimento por parte do utilizador. A nível de conteúdos, sugerimos uma outra organização, sendo que o primeiro *item* a surgir deveria ser o “museu”, incluindo este todo o historial do mesmo, bem como do edifício onde está instalado (sugere-se que o separador denominado “Museu Foto Tour” deixe de existir e passe a constar deste ponto); segue-se a ligação “coleção”, que deve abarcar toda a informação relativa ao espólio do museu; posteriormente poderá ser apresentada o “pólo de Évora”; a “oficina de restauro” do museu; e, por fim, os *itens* “loja do museu”, “amigos do museu”, “parceiros”, “localização e contactos”.

A falta de recursos humanos⁵⁶ especializados nas áreas da museologia e do património cultural, bem como de salas inutilizadas no Museu do Relógio de Serpa leva a que não haja uma programação anual pré-definida sobretudo a nível de serviços educativos. Daí que se proponha a esta instituição cultural que faça parte do conjunto de equipamentos dinamizados por um único Serviço Educativo a atuar em rede no município de Serpa, sendo que a realização de atividades práticas pode acontecer em salas polivalentes à disposição na cidade (Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, Casa do Cante, Biblioteca e Cineteatro Municipal), dada a sua proximidade, como foi anteriormente sugerido para o Museu Etnográfico de Serpa.

4. Que públicos?

A recente constatação de que o termo *público* poderia abranger indivíduos com necessidades e preferências de métodos de aprendizagem muito próprias, obrigou a uma segmentação bem estudada dos vários públicos de cultura que podem existir.

Assim, o leque de iniciativas é aberto às crianças, em fase escolar, logo a partir dos 3 anos, constituindo este tipo de instituições o chamado ensino *não formal*, tão necessário e complementar ao ensino formal, promovido pelas escolas. As vantagens da potenciação de atividades lúdicas e pedagógicas extra-escola são vistas, por muitos autores e professores, como um método criativo de ensino, que abre os horizontes dos alunos, colocando-os num nível de auto-motivação bastante elevado (Maria José e

⁵⁶ São compostos por um diretor (licenciatura em turismo) que gere o Museu e monitoriza visitas guiadas a públicos estrangeiros, uma rececionista (escolaridade obrigatória), uma monitora de visitas guiadas a públicos nacionais (escolaridade obrigatória) e uma voluntária (licenciatura em turismo).

Coelho Balancho & Filomena Manso: 1994). Daí que faça todo o sentido abranger também neste conceito de *educação em museus* todos aqueles que possuem necessidades educativas especiais (NEES), ou seja, cuja aprendizagem carece de estímulos diferenciados, relativamente ao público escolar comum.

Por outro lado, temos a chamada população ativa, constituída pelos adultos que fazem parte da força de trabalho da sua economia ou que se encontram aptos a fazer (desempregados). A visita deste público ou participação em programas museológicos depende, em exclusivo, da sua disponibilidade e interesse relativamente aos conteúdos expostos. Regra geral, esta assistência tem preferência por exposições temporárias, uma vez que a exposição permanente tem tendência a não ser alterada.

Um outro público a que se começa a dar atenção, por esta altura, é aquele que já foi afastado dos seus compromissos profissionais e que é normalmente apelidado de 3ª idade ou sénior. Como afirma J. Amado Mendes⁵⁷, a idade média de reforma tem vindo a baixar, enquanto a esperança média de vida tem aumentado, o que para muitos reformados poderá significar que terão cerca de 20 anos de vida (ou mais) pela frente. É, por isso, natural, que os museus queiram atrair este numeroso público e que para isso tenham, por um lado, de garantir a sua mobilidade dentro do recinto e, por outro, de desenvolver atividades que tenham em atenção as suas capacidades físicas e psíquicas.

No concelho de Serpa, existe um total de 25 escolas e jardins-de-infância, onde cerca de 3600 indivíduos adquirem conhecimentos formais, enquanto que aproximadamente 4000 são reformados, inserindo-se, na grande maioria, em instituições que ocupam o tempo livre que resulta da sua condição, como são os casos da Academia Sénior, dos Centros de Convívio e dos Lares de Terceira Idade. Perfazendo, em conjunto, metade da população do concelho, serão estes os públicos-alvo da proposta de dinamização dos equipamentos culturais municipais que apresentamos, com os quais se procura promover a educação patrimonial, identitária e civilizacional, bem como a transmissão de conhecimentos intergeracional, com ganhos mútuos para ambos os grupos. De fora, fica a população ativa, que poderá visitar os espaços culturais sempre que for da sua conveniência e interesse, ou participar nas atividades dirigidas aos públicos escolhidos pela via do voluntariado.

⁵⁷ J. Amado Mendes, *Estudos de património. Museus e educação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

5. Exemplos de visitas temáticas

Na contemporaneidade, os espaços de cariz cultural têm uma importante função didática que tem vindo a consolidar-se através da aposta em projetos e ações de educação patrimonial e museal, que os validam enquanto espaços educativos e de descoberta, onde crianças, jovens, adultos e séniores possam aprender, descobrir e experimentar.

Em todos os projetos educativos, em contexto patrimonial ou museal, o ponto de partida para o conhecimento ou para uma prática educativa eficaz é o próprio bem cultural, sendo objetivo último a compreensão do seu sentido profundo e da sua importância histórica, passada e futura, e a possibilidade de desenvolver atitudes de valorização e proteção, enquadradas em processos de construção de identidades e na interiorização de valores de cidadania.

Seguindo estas premissas, apresentamos, agora, um plano de visitas lúdico-pedagógicas, a ser dinamizado pelo Serviço Educativo Municipal, segundo a nova lógica de organização dos espaços apresentada anteriormente no ponto *Aproveitamento de espaços e recursos em Serpa*.

a) Museu Etnográfico de Serpa

“Pintar o museu”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral ao Museu Etnográfico de Serpa, seguida de oficina criativa, em que os intervenientes irão colorir um pequeno livro relativo à exposição visitada anteriormente.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização, criatividade e destreza motora.

Materiais: Pequeno livro impresso para colorir, com 20 páginas (5 folhas A4, na horizontal, dobradas a meio); lápis-de-cor.

“Uma profissão em cada canto”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, NEES, Sêniores.

Descrição: Apresentação do Museu Etnográfico de Serpa e das suas coleções através de animações teatrais (um ator por cada profissão) por parte de associações/grupos amadores do concelho.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral.

“Quando for grande serei...”

Destinatários: 1º., 2º., e 3º. Ciclos de Ensino Básico.

Descrição: Visita integral ao Museu Etnográfico de Serpa, seguida de atividade prática em que será escolhida uma das profissões por cada um dos alunos, a ser explorada no quiosque multimédia.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral e multimédia.

“À descoberta do ofício”

Destinatários: 1º., 2º., e 3º. Ciclos de Ensino Básico.

Descrição: Visita integral ao Museu Etnográfico de Serpa, seguida de divisão dos alunos em equipas, a fim de realizarem um concurso em que estes receberão pistas, através de um projetor, relativas ao espólio do museu para fazerem corresponder ao ofício correto.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização e valores como o espírito de equipa e o respeito mútuo.

Materiais: Projetor.

“Fazer a loiça toda”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º, 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Sêniores, Ensino Secundário, Ensino Profissional, NEES.

Descrição: Visita guiada às coleções de olaria e latoaria do Museu Etnográfico de Serpa, por serem as artes tradicionais que se dedicavam ao fabrico de utensílios de cozinha, seguindo-se uma oficina criativa de trabalhos em barro.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, criatividade e destreza motora.

Materiais: Barro.

“Artes e ofícios tradicionais”

Destinatário(s): 3º. Ciclo de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Sêniores.

Descrição: Visita integral ao Museu Etnográfico de Serpa, seguida de discussão sobre a importância das artes e ofícios tradicionais e como estes podem ser preservados.

Objetivos: Reconhecer o Museu Etnográfico de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral e a argumentação.

- b) Museu Etnográfico de Serpa – Coleção visitável “Trajes Históricos e Tradicionais”

“Adivinha quem sou eu!”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. e 2º. Ciclos de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral à exposição de trajes tradicionais do Museu Etnográfico de Serpa (Cineteatro Municipal), seguida caracterização dos intervenientes, para que os colegas adivinhem de quem se trata.

Objetivos: Reconhecer a coleção de trajes históricos e tradicionais como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico, nomeadamente o vestuário; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral.

Materiais: Trajes históricos e tradicionais.

“Um traje, um estatuto”

Destinatários: 1º., 2º., 3º. Ciclos de Ensino Básico, Séniores.

Descrição: Visita integral à exposição de trajes tradicionais do Museu Etnográfico de Serpa (Cineteatro Municipal), seguida de animação teatral entre dois representantes de estados sociais diferentes.

Objetivos: Reconhecer a coleção de trajes históricos e tradicionais como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico, nomeadamente o vestuário; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral.

Materiais: Trajes históricos e tradicionais.

“Vestes de outros tempos”

Destinatários: 3º. Ciclo de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores.

Descrição: Visita integral à exposição de trajes tradicionais do Museu Etnográfico de Serpa (Cineteatro Municipal), seguida de oficina de confeção de um fantoche.

Objetivos: Reconhecer a coleção de trajes históricos e tradicionais como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico, nomeadamente o vestuário; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a criatividade e a destreza motora.

Materiais: Tecido.

- c) Museu Etnográfico de Serpa – Pólo Expositivo de Vila Nova de São Bento –
Coleção “Casa Alentejana”

“Uma história do tempo da avó”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral à coleção intitulada “Casa Alentejana”, do Pólo Expositivo de Vila Nova de São Bento, seguida do conto de uma fábula (por uma personagem caracterizada de avó), que os alunos irão ilustrar, numa fase posterior, através de um desenho.

Objetivos: Reconhecer a coleção referente à recriação da casa alentejana como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a criatividade e a destreza motora.

Materiais: Folhas A4; lápis-de-cor.

“A casa do tio Joaquim”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Séniores.

Descrição: Apresentação da coleção “Casa Alentejana”, do Pólo Expositivo de Vila Nova de São Bento, pela personagem do tio Joaquim, que mostra a sua casa às “visitas”, desafiando-as para realizarem uma semelhante, mas em escala reduzida (maqueta).

Objetivos: Reconhecer a coleção referente à recriação da casa alentejana como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a criatividade e a destreza motora.

Materiais: *K-line*; desenhos de mobiliário; colas; lápis-de-cor.

“Alentejo entre quatro paredes”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Séniores.

Descrição: Visita integral à coleção intitulada “Casa Alentejana”, do Pólo Expositivo de Vila Nova de São Bento, seguida de improvisação por parte dos intervenientes em cada

uma das partes da casa. A atividade será gravada e posteriormente facultada ao responsável pelo grupo.

Objetivos: Reconhecer a coleção referente à recriação da casa alentejana como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a criatividade e a improvisação.

Materiais: Xailes; lenços; coletes; chapéus.

“É uma casa alentejana, com certeza”

Destinatários: 3º. Ciclo de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional.

Descrição: Visita integral à coleção intitulada “Casa Alentejana”, do Pólo Expositivo de Vila Nova de São Bento, seguida de divisão dos alunos em pequenos grupos, que irão recolher informações relativas aos métodos e materiais de construção, bem como o mobiliário típico deste género de habitação.

Objetivos: Reconhecer a coleção referente à recriação da casa alentejana como uma exposição lúdica e atrativa; conhecer e valorizar o património etnográfico; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral e escrita.

Materiais: Fichas formativas com várias opções de resposta.

d) Museu Municipal de Arqueologia de Serpa

“Príncipes e princesas”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral ao Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e ao Castelo, seguida da produção de adereços como espadas e coroas e de juramento solene de respeito, proteção e amizade que príncipes e princesas devem realizar para se tornarem reis e rainhas.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e Castelo como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico e

arquitetónico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral, a memorização e a criatividade.

Materiais: K-line; lápis-de-cera; cartolinas brancas; tule.

“Serpínia: a lenda da fundação”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral ao Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e Castelo, seguida do conto da lenda de Serpa e da ilustração da mesma, por meio de um desenho.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e Castelo como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico e arquitetónico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral, a memorização e a criatividade.

Materiais: Folhas A4; lápis-de-cor.

“Os primeiros povos e o Guadiana”

Destinatários: 1º., 2º., 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores, NEES.

Descrição: Visita guiada à coleção de artefactos pré-históricos do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, com restituição histórica da fixação dos primeiros povos junto ao Guadiana. Segue-se uma atividade prática que poderá ser a realização de um desenho arqueológico de uma das peças em exposição ou a realização de palavras cruzadas sobre as características destes povos.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral e escrita, a memorização e a criatividade.

Materiais: Folhas A4; lápis de carvão; fichas A4 de palavras cruzadas.

“Em Roma sê romano”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, Séniores, NEES.

Descrição: Visita guiada à coleção de artefactos romanos do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, a fim de compreender as características e modos de vida deste povo, seguindo-se uma oficina criativa de trabalhos em barro.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral e a criatividade.

Materiais: Barro; tintas acrílicas para pintar barro; pincéis.

“Itinerários romanos”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário/, Ensino Profissional.

Descrição: Visita guiada à coleção de artefactos romanos do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, contextualizando o território enquanto itinerário romano. Segue-se a realização de uma atividade em que os intervenientes irão marcar num mapa os principais aglomerados populacionais romanos no Alentejo, bem como os itinerários desenhados por este povo.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral.

Materiais: Fichas formativas A4 sobre os principais itinerários e aglomerados urbanos romanos do Alentejo; lápis-de-cor.

“Os muçulmanos e a primeira muralha de Serpa”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores, NEES.

Descrição: Visita guiada aos vestígios arqueológicos muçulmanos do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, com restituição histórica da vida quotidiana deste povo.

Segue-se uma atividade prática que consiste na realização de uma maquete com o que seria o território de Serpa por esta altura.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral e escrita, a memorização e a criatividade.

Materiais: *K-line*; desenhos de casas, mercadorias, homens, mulheres e animais típicos; colas; lápis-de-cor.

“Reis de Serpa”

Destinatários: 1º, 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores, NEES.

Descrição: Visita guiada à sala de Serpa Medieval do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, com visualização multimédia dos principais senhores de Serpa e seus feitos na vila. Posteriormente, os participantes desta visita poderão realizar um jogo com o mesmo propósito nos quiosques multimédia.

Objetivos: Reconhecer o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral e a memorização.

e) Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho

“Viagem aos tempos paleocristãos”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional.

Descrição: Visita guiada aos vestígios arqueológicos paleocristãos do Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho, com restituição histórica deste período, com destaque para os hábitos, cultos e cerimoniais associados a estes povos. Segue-se uma atividade prática em que os alunos irão experienciar as fases de uma escavação arqueológica.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

Materiais: Caixa envidraçada com diferentes camadas de terra; réplicas de fósseis; material de escavação arqueológica; folhas A4; lápis de carvão; borrachas; réguas.

“Descobrir o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES, Séniores.

Descrição: Visita integral ao Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho, seguida de oficina criativa em que os participantes irão desenhar o que mais chamou a sua atenção.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património arqueológico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

Materiais: Caixa envidraçada com diferentes camadas de terra; réplicas de fósseis; material de escavação arqueológica; folhas A4; lápis de carvão; borrachas; réguas.

“Memórias de África”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores.

Descrição: Visita guiada à coleção de arte africana do Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho, com contextualização histórica deste período. Segue-se uma atividade prática em que os intervenientes irão construir um mapa, identificando os países de origem das peças.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

Materiais: Fichas formativas A4 (contendo um mapa mundi); lápis de cor.

“Bonequinhos africanos”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclos de Ensino Básico, NEES, Séniores.

Descrição: Visita guiada à coleção de arte africana do Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho. Segue-se uma oficina de expressão plástica em que os participantes da atividade realizam réplicas das peças observadas, em barro.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a memorização e a criatividade.

Materiais: Barro.

“Santos da nossa terra”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores.

Descrição: Visita guiada à coleção de arte sacra do Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho, com enquadramento cronológico da mesma e descrição da proveniência das peças, ao qual se segue uma atividade prática de identificação das imagens representadas, acompanhadas da sua importância bíblica.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico e religioso; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a memorização e a criatividade.

Materiais: Fichas formativas A4 sobre os santos representados.

“Santinho!”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, NEES.

Descrição: Visita guiada à coleção de arte sacra do Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho, com breve exposição da biografia dos santos representados. Segue-se uma oficina criativa, na qual os alunos irão realizar um santo em plasticina.

Objetivos: Reconhecer o Pólo Expositivo de Vila Verde de Ficalho como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico e religioso; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a memorização e a criatividade.

Materiais: Plasticina multicolor.

f) Musibéria

“Dançar o Musibéria”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º, 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, NEES, Sêniore.

Descrição: Exemplificação de uma dança da Península Ibérica, seguida de prática da mesma pelos participantes.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a memorização e a destreza motora.

“Tatear o Musibéria”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º, 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, NEES, Sêniore.

Descrição: Os intervenientes irão contactar com instrumentos típicos da Península Ibérica e tocá-los para perceberem as suas diferentes características e sonoridades.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a compreensão oral, a memorização e a destreza motora.

“Os nossos instrumentos”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES, Sêniore.

Descrição: Os participantes irão contactar com instrumentos típicos da Península Ibérica e, de seguida, realizar uma oficina criativa de decoração e montagem, em cartolina, de um dos instrumentos observados.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral, a criatividade e a destreza motora.

Materiais: Cartolinas; colas; lápis de cor; papel de lustro.

“Diz-me o que ouves, que eu dir-te-ei quem és!”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional.

Descrição: Sessão de identificação de ritmos da Península Ibérica e suas características.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património artístico; desenvolver capacidades como a atenção e a compreensão oral.

“Vestígios de outros tempos”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores.

Descrição: Visita guiada à exposição de maquinaria da antiga fábrica de moagem onde foi instalado o Musibéria, com reconstituição histórica do período em que esteve em funcionamento, seguindo-se uma atividade de exploração de fotografias do edifício, desde esses tempos até à atualidade, no quiosque multimédia.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria e o seu Pólo Expositivo como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património industrial; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

“Século XX, a era da industrialização em Portugal”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional.

Descrição: Visita guiada à exposição de maquinaria da antiga fábrica de moagem onde foi instalado o Musibéria, com exploração da temática da industrialização do país, através de uma apresentação PowerPoint.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria e o seu Pólo Expositivo como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património industrial; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

“Máquina do tempo”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, NEES.

Descrição: Visita guiada à exposição de maquinaria da antiga fábrica de moagem onde foi instalado o Musibéria, onde os alunos irão realizar uma viagem ao quotidiano de uma fábrica, através das personagens Clarinha e Francisco, que contam a sua história enquanto operários da Fábrica dos Marianos.

Objetivos: Reconhecer o Musibéria e o seu Pólo Expositivo como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património industrial; desenvolver capacidades como a observação, a compreensão oral e a memorização.

g) Casa do Cante

“Cantar a modinha”

Destinatários: 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Sêniores.

Descrição: Sessão de exploração do cante alentejano, através de um rancho do concelho, seguindo-se uma atividade prática de reprodução de uma moda alentejana pelos participantes, acompanhada pelo mesmo grupo.

Objetivos: Reconhecer a Casa do Cante como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnomusicográfico; desenvolver capacidades como a atenção e a compreensão oral e escrita.

Materiais: Folha A4 com letra da moda escolhida.

“Cante para os meus ouvidos”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES, Séniores.

Descrição: Sessão de exploração das história e características do cante alentejano e dos seus interpretes, através de um teatro de fantoches.

Objetivos: Reconhecer a Casa do Cante como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnomusicográfico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação e a compreensão oral.

Materiais: Fantoches de camponeses.

“Ouvir, cantar, sonhar”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Sessão de exploração do cante alentejano em que os alunos irão ouvir este género musical e reproduzi-lo. Segue-se uma oficina criativa onde os participantes irão desenhar e pintar o “cante”.

Objetivos: Reconhecer a Casa do Cante como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnomusicográfico; desenvolver capacidades como a atenção, a compreensão oral e a criatividade.

Materiais: Folhas brancas A4; lápis de cor.

“Cante hoje, ontem e amanhã”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Séniores.

Descrição: Sessão de exploração do cante alentejano enquanto bem patrimonial imaterial constituinte da identidade de um povo, através de um filme promocional que evidencie a necessidade de preservar e salvaguardar este bem.

Objetivos: Reconhecer a Casa do Cante como um espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar o património etnomusicográfico; desenvolver capacidades como a atenção, a observação, a compreensão oral e o espírito crítico.

h) Museu do Relógio António Tavares d'Almeida

“Que horas são?”

Destinatários: 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral ao Museu do Relógio de Serpa, seguida de oficina criativa onde os alunos irão colorir um pequeno livrinho que ensine a ver as horas.

Objetivos: Reconhecer o Museu do Relógio de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar a coleção de relojoaria; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização e a criatividade.

Materiais: Pequeno livro impresso para colorir, com 8 páginas (2 folhas A4, na horizontal, dobradas a meio); lápis-de-cor.

“O meu relógio”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º. Ciclo de Ensino Básico, NEES.

Descrição: Visita integral ao Museu do Relógio de Serpa, seguida de oficina criativa onde os alunos irão colorir um relógio em cartolina.

Objetivos: Reconhecer o Museu do Relógio de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar a coleção de relojoaria; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização e a criatividade.

Materiais: Cartolinas; lápis-de-cor; papel de lustro; colas.

“Mecânica de um relógio”

Destinatários: 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, Sêniore.

Descrição: Visita integral ao Museu do Relógio de Serpa, seguida de exemplificação do concerto de um relógio e oportunidade de experimentação pelos participantes na atividade.

Objetivos: Reconhecer o Museu do Relógio de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar a coleção de relojoaria; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização e a destreza motora.

“Um tic-tac no Convento do Mosteirinho”

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, NEES, Sêniore.

Descrição: Apresentação do Museu do Relógio de Serpa e do Convento do Mosteirinho onde este está instalado, pela personagem da irmã Maria, uma freira que esconde no seu convento uma belíssima coleção de relógios.

Objetivos: Reconhecer o Museu do Relógio de Serpa e o Convento do Mosteirinho como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar a coleção de relojoaria; desenvolver capacidades como a observação e a compreensão oral.

“Relógios do tempo...”⁵⁸

Destinatários: Ensino Pré-escolar, 1º., 2º. e 3º. Ciclos de Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Profissional, NEES, Sêniore.

Descrição: Visita guiada exclusivamente aos relógios da época previamente estabelecida, em exposição do Museu do Relógio de Serpa, seguida de desenho ou realização, em cartolina, de um dos exemplares, pelo participante.

⁵⁸ O nome da visita deverá ter continuidade de acordo com o período a que se dedica o espólio do Museu, isto é, terminando em, por exemplo, “dos reis”, “da industrialização”, “da 1ª República”, “da 1ª Guerra Mundial”, “da 2ª Guerra Mundial”, “do Estado Novo”, etc.

Objetivos: Reconhecer o Museu do Relógio de Serpa como espaço lúdico e atrativo; conhecer e valorizar a coleção de relojoaria; desenvolver capacidades como a observação, compreensão oral, memorização e a criatividade.

Materiais: Cartolinas; folhas brancas A4; lápis-de-cor; tesouras; colas.

6. Comunicação

Para chegar ao público-alvo eficazmente e sem necessidade de gastos excessivos sugere-se que o Plano de Atividades do Serviço Educativo Municipal, que apresentámos anteriormente, seja, numa primeira fase, colocado no *website* da Câmara Municipal, no *facebook* “Serpa Terra Forte” e na “Agenda Cultural” do município e, ainda, enviado por *e-mail*, por serem consideradas os meios de divulgação mais apreciadas pelos munícipes pela sua rapidez, simplicidade e gratuidade.

Numa fase posterior, logo que sejam criados ou reformulados os sítios na *Internet* específicos para cada um dos equipamentos culturais, os planos anuais deverão ser incluídos nestes novos meios de comunicação, para que os vários interessados, ao visitá-los, possam ter uma visão alargada de tudo o que podem encontrar.

7. Orçamento

A fim de apurar os custos que a instauração de um Serviço Educativo no município de Serpa acarreta, foi solicitado, pelo Gabinete do Património Arquitetónico e Arqueológico da Câmara Municipal de Serpa, um orçamento elucidativo dos mesmos. Esse orçamento incluirá somente os valores referentes a materiais e equipamentos multimédia necessários à realização do Plano de Atividades apresentado anteriormente e não às sugestões de melhoria dos espaços avançadas no ponto *Aproveitamento dos espaços e dos recursos em Serpa*, cuja execução não põe em causa a realização de visitas lúdico-pedagógicas nos equipamentos de carácter patrimonial do município.

Não sendo possível realizar um orçamento real dos custos de cada um dos materiais envolvidos, será apresentada, de seguida, uma estimativa destes valores, baseada nos preços em vigor no mercado à data da realização da proposta.

No que se refere a materiais físicos, partindo do pressuposto que todos os 7600 indivíduos a quem se dirige a proposta participam em todas as atividades, foi feita uma média de 2 folhas brancas A4, 1 cartolina, 1 folha *K-line* e uma embalagem de plasticina colorida, por participante; 1 bloco de folhas de lustro (com 10 folhas) por cada 5 pessoas; 1kg de barro será dividida em 4 partes, o equivalente ao mesmo número de participantes; relativamente ao tecido, será usado uma média de meio metro, por pessoa; já o tule será dividido em faixas de 25cm de comprimento por 5cm de largura, pelo que 1 metro dará para 400 faixas, sendo necessário, no total, apenas 5 metros deste tecido; todos os restantes materiais (lápiz-de-cor, lápis-de-cera, lápis de carvão, borrachas, réguas, pincéis, tintas de acrílico), por serem reutilizáveis em mais do que uma vez, serão precisos apenas 30 por equipamento cultural, conjecturando-se, deste modo, que os grupos não tenham mais que este número de participantes. O valor total referente a estes materiais é de 40.032,76 euros.

A aquisição de três quiosques multimédia com o objetivo de serem utilizados em visitas pedagógicas no Museu Etnográfico de Serpa, no Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e no Pólo Expositivo do Musibéria, estima-se em 4424,31 Euros⁵⁹.

Assim estimado, o projeto de instauração de um Serviço Educativo Municipal, a atuar em oito espaços culturais e patrimoniais do concelho, dirigido a cerca de 7600 pessoas, rondará os 44500 Euros, aproximadamente, não envolvendo custos de deslocação do público-alvo aos diversos equipamentos culturais, que tem um valor médio de 9 euros/hora à autarquia, uma vez que muitas das instituições escolares ou de acompanhamento de tempos livres possuem transporte próprio ou têm à sua disposição veículos coletivos das respetivas Juntas de Freguesia a que pertencem.

8. Sustentabilidade da proposta

Sustentabilidade é um conceito que pressupõe um desenvolvimento conjunto de três grandes dimensões, a económica, a social e a ambiental, sendo fatores como a riqueza, a equitatividade e os recursos existentes vetores fundamentais. Em termos práticos, recorreremos ao termo sustentabilidade quando procuramos a rentabilidade

⁵⁹ Modelo AK 4000 *Quiosque Multimédia*, desenhado para uso em interiores, com o valor unitário de 1.474,77 Euros (IVA à taxa de 23% incluído).

económica, reduzindo o impacto ambiental e maximizando o impacto social positivo. O *Relatório de Brundtland*⁶⁰ contém a mais famosa definição de desenvolvimento sustentável: “(...) é aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas.”

Posto isto, e como revela o estudo efetuado junto das pessoas envolvidas, a criação de um Serviço Educativo Municipal, a atuar em rede em todos os espaços culturais do concelho de Serpa, poderá encontrar, em parcerias público-privadas, candidaturas a programas subsidiados que envolvam a educação patrimonial, no mecenato cultural⁶¹ e no aproveitamento de todos os recursos (sejam humanos ou materiais) disponíveis a sua sustentabilidade económica.

A sustentabilidade social e cultural provirá, não só do desenvolvimento de programas culturais organizados para públicos como crianças, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais, como também da instauração de um regime de voluntariado, onde jovens recém-formados obterão experiência profissional ou desempregados e reformados poderão ocupar os seus tempos livres, desempenhando funções em prol da sua comunidade. Além disso, pressupõe-se um contacto e colaboração permanentes com associações e coletividades do concelho, a fim de promover a sua proatividade, permitindo, deste modo, tornarem-se atores ativos nas dinâmicas culturais que a Câmara Municipal promove nos seus vários equipamentos de índole patrimonial.

Finalmente, observamos que há também grandes preocupações com a proteção do ambiente na proposta apresentada, esboçadas, sobretudo, em sugestões de instauração de equipamentos audiovisuais, como quiosques multimédia, películas interativas e a retroprojeções, nos vários espaços culturais do município, para que haja uma progressiva substituição de materiais físicos, provenientes da natureza e altamente poluentes, por outros de carácter informático, que necessitem apenas de energia elétrica para funcionarem, sendo que esta deve, preferencialmente, provir de energias renováveis que se têm vindo a explorar no concelho.

⁶⁰ Wced. *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa, Meribérica/Liber Ed., 1987.

⁶¹ Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março.

Conclusão

A possibilidade de realização de um estágio curricular na Câmara Municipal de Serpa figurou-se como uma excelente oportunidade de conhecer pormenorizadamente a atuação de uma autarquia no âmbito patrimonial. Em contrapartida, também revelou as carências dos espaços culturais sob a alçada desta instituição, a nível de infraestruturadas, equipamentos, recursos humanos e, principalmente, de públicos.

Por outro lado, verificou-se que a realização de atividades lúdicas temáticas, promovidas pelo Sector Educativo Municipal, na Biblioteca Abade Correia da Serra, para todas as idades, parecia interessar e atrair a comunidade. Daí que surgisse a ideia de alargar o campo de atuação deste órgão aos outros equipamentos municipais, prestando, assim, um serviço alargado de promoção da cultura e do património serpense.

Seguindo este caminho, a proposta apresentada procurou servir de base à implementação de um Serviço Educativo Municipal, a atuar em rede, e não isoladamente em cada um dos referidos equipamentos, tendo como exemplos o Museu da Cidade de Lisboa e o Museu de Londres, cujos serviços de animação e pedagogia praticavam, há muito, este método de múltipla valência em vários museus em simultâneo.

Cingindo-se, portanto, à captação dos chamados *públicos organizados*, isto é, instituições de ensino e ocupação de tempos livres para crianças, idosos e pessoas com necessidades educativas especiais, a proposta desenvolve um plano anual de visitas temáticas, individual para cada museu ou pólo museológico identificado. À população ativa e associações artísticas e recreativas reservamos a oportunidade de intervir neste programa como voluntárias, promovendo, deste modo, a proatividade e coesão comunitárias no concelho de Serpa.

Em termos económicos, os gastos mais elevados prendem-se com a aquisição de materiais, que poderão ser gradualmente reduzidos pela implementação de recursos digitais e atenuados pela candidatura a programas subsidiados na área da Educação Patrimonial. A própria comunicação das atividades propostas limita-se à *Internet* (meio

gratuito) e Agenda Cultural Municipal, um recurso já existente e distribuído gratuitamente aos municípios.

Concluída esta primeira fase, pretende-se que haja ou uma passagem gradual das funções do Serviço Educativo provido pelo Sector Educativo Municipal para os técnicos responsáveis por cada equipamento cultural, que deverão adquirir conhecimentos relativos aos processos de concretização de atividades lúdico-pedagógicas, durante o período considerável de contacto com as mesmas; ou, a instituição de uma equipa específica, constituída por técnicos municipais, estagiários e voluntários, devidamente formados para o efeito.

Também numa segunda fase, as visitas temáticas levadas a cabo pelo Serviço Educativo Municipal da autarquia de Serpa poderão ser abertas aos públicos da Rede de Museus do Distrito de Beja, cimentando, assim, a posição do município neste organismo e proporcionando uma maior atividade entre os vários membros da Rede.

Em aberto ficam a criação de visitas organizadas a outros espaços de interesse patrimonial e turístico, como são exemplos os Moinhos de Vento, o Pulo do Lobo (Parque Natural do Vale do Guadiana) e um vastíssimo número de Igrejas, Capelas e Ermidas espalhadas por todo o concelho, bem como o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado sobre as necessidades sentidas pela chamada *população ativa* relativamente aos seus equipamentos culturais, para que também esta possa fazer parte dos planos anuais de visitas temáticas do Serviço Educativo Municipal.

Bibliografia

AFFREIXO, José Maria da Graça. *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*. Serpa, Biblioteca Abade Correia da Serra, 1996.

Artes e Ofícios Tradicionais. Museu Etnográfico de Serpa. Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 2011.

BALANCHO, Maria José e Coelho, Filomena Manso. *Motivar os alunos. Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. Lisboa, Texto Editores, 1994.

BREYNER, Francisco Manuel de Mello (Conde de Ficalho). *Notas Históricas Acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*. Lisboa, 1979.

BRIGOLA, João. «Museus das regiões de fronteira – Alentejo entre a renovação e a obra nova, a mudança de ciclo dos museus alentejanos», *Museal*, Revista do Museu Municipal de Faro, nº 3, 2008, pp. 118-124.

BRIGOLA, João, «Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal», *Olhar em aberto*, Revista da APOM, 2003.

CABRAL, João. *Serpa do Passado: esforços mono-biográficos*. Braga, Franciscana, 1968.

CABRAL, João. *Arquivos de Serpa*. Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 1971.

CASTRO, João Baptista de. *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.

CONDE, Antónia Fialho. «Intervenção Educativa: Género, História e Património. Sugestões Práticas». *Guião de Educação – Género e Cidadania – 2º Ciclo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

CORTEZ, Maria Rita; Ortigão Pinto. *Cancioneiro de Serpa*. Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 1994.

COSTA, Maria Madalena Gagean Cardoso da. *Museus e Educação – Contributo para a História e para a Reflexão sobre a Função Educativa dos Museus em Portugal*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Coimbra, 1996.

DUARTE, Ana. *Educação Patrimonial – Guia para professores, Educadores e Monitores de museus e tempos livres*. Coleção Educação Hoje. Porto, Texto Editora, 1994.

GOMES, Maria de Lurdes Roque Carvela. *A relação escola-museu na cidade de Lisboa*. Tese de Mestrado da Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2012.

MARTINS, M. H. Pires e Silva, C. de Moraes. «Characteristics of Senior Audiences and Experience of the Contemporary Art Museum of São Paulo», *Families, Schoolchildren and Seniors at the Museum: Research and Trends*. Paris, ICOM CECA, 2002.

MENDES, J. Amado, *Estudos de património. Museus e educação*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Oxford Advanced Learner's Dictionary, Oxford, Oxford University Press, 2005.

PIÇARRA, Ladislau; Nunes, M. Dias. *A tradição, revista mensal d'ethnographia portuguesa, ilustrada*. Vol. 1. Serpa, Câmara Municipal, 1982.

Plano de Desenvolvimento Turístico. Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 2008.

PORTUGAL, Ana Mafalda de Castro. *O valor educativo da arte: estudo de dois casos: serviço educativo do Museu do Chiado serviço educativo do Museu Gulbenkian*. Tese de Mestrado da Universidade Católica Portuguesa, 1998.

RAMALHO, Margarida Magalhães. *História e Histórias de Serpa*. Beja, Região de Turismo Planície Dourada, 2007.

Revisão do Plano Estratégico de Serpa. Serpa, Câmara Municipal de Serpa – Oficina de Arquitetura, 2010.

Serpa Comunidade Sustentável – Relatório Final. Serpa, Câmara Municipal de Serpa, 2009.

SILVA, Susana Gomes da e Barriga, Sara. «Serviços Educativos na Cultura», *Colecção Públicos Nº2*; Ed. Setepés, 2007.

SZODO, Andrés Senille e Francescon, Nilda Gutiérrez. *Calidad en los servicios educativos*. Madrid, Editorial Díaz de Santos, S.A., 2005.

TELMO, Isabel Cottinelli. *O património e a escola. Do passado ao futuro*. Coleção Educação Hoje. Lisboa, Texto Editora, 1989.

VÁRIOS, *Museologia e autarquias – Experiências e perspectivas. Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e autarquias*. Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1998.

VENTOSA, Vítor J. e Marset, Rafael. *Integração de pessoas com perturbações psíquicas em actividades de tempos livres. Manual do Monitor Especializado*. Lisboa, Dinalivro e Editorial CCS, 2003.

VERNEX, Jorge. *A Serra-de-Serpa: Ensaio de monografia social*, Porto: Livraria Latina Editora, 1944.

WCED. *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa, Meribérica/Liber Ed., 1987.

WOLF, Richard. «Museum education and the school curriculum», JEM, n.º 19, 1998.

Normativa Legal

Código Deontológico do ICOM para os Museus, ICOM-Portugal, 2008.

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, Paris, 1972.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO, Paris, 2003.

Estatuto do Mecenato Cultural Português. Diário da República, 1.ª Série – A, N.º 63, de 16 de Março de 1999.

Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Serpa. Diário da República, 2.ª série, N.º 9, de 13 de Janeiro de 2011.

Lei de Bases do Património Cultural Português. Diário da República, 1.º. Série – A, N.º 209, de 8 de Setembro de 2001.

Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República, 1.ª Série – A, N.º 195, de 19 de Agosto de 2004.

Património Cultural Imaterial. Diário da República, 1.ª Série, N.º 113, de 15 de Junho de 2009.

Webgrafia

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=755>, consultado em 19 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=756>, consultado em 19 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1000>, consultado em 22 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1001>, consultado em 22 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1002>, consultado em 24 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1003>, consultado em 24 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1004>, consultado em 24 de Novembro de 2012.

<http://www.igespar.pt/pt/>, consultado em 24 de Novembro de 2012.

<http://www.musiberia.com.pt/>, consultado em 26 de Novembro de 2012.

<http://portalmunicipe.cm-serpa.pt/145/inaugurada-casa-do-cante.aspx>, consultado em 27 de Novembro de 2012.

<http://portalmunicipe.cm-serpa.pt/menu/29/obras-concluidas.aspx?keyword=casa%20do%20cante&f=0&a=0#empreitada-de-execucao-da-casa-do-cante>, consultado em 27 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=1568>, consultado em 28 de Novembro de 2012.

<http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=999>, consultado em 2 de Dezembro de 2012.

http://www.imc-ip.pt/pt-PT/patrimonio_imaterial/ContentDetail.aspx, consultado em 3 de Dezembro de 2012.

<http://www.museudacidade.pt/Paginas/Default.aspx>, consultado em 25 de Fevereiro de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Paginas/default.aspx>, consultado em 25 de Fevereiro de 2013.

<http://www.museubordalopinheiro.pt/0201.htm>, consultado em 26 de Fevereiro de 2013.

<http://www.museuteatroromano.pt/omuseu/Paginas/default.aspx>, consultado em 26 de Fevereiro de 2013.

<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/common/municipais/info/museu-antoniano>, consultado em 27 de Fevereiro de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20ensino%20pré-escolar.pdf>, consultado em 27 de Fevereiro de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%201°CEB.pdf> visualizado em 27 de Fevereiro de 2013., consultado em 5 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20ensino%20secundário.pdf> consultado em 1 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%202°-3°CEB.pdf> consultado em 1 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20ensino%20universitário.pdf>, consultado em 1 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Pessoas%20com%20necessidades%20especiais.pdf>, consultado em 2 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Público%20Sénior.pdf>, consultado em 2 de Março de 2013.

<http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Público%20em%20Geral.pdf>, consultado em 2 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/london-wall/>, consultado em 5 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/About-the-collections/>, consultado em 5 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/About-the-collections/History-of-the-Collections.htm>, consultado em 6 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/Services/>, consultado em 6 de Março de 2013.

<http://dictionary.reference.com/browse/key+stage?s=t>, consultado em 10 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD-0EE4-4AC2-BA5459D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>, consultado em 10 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD-0EE4-4AC2-BA5459D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>, consultado em 11 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD0EE44AC2BA5459D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>, consultado em 11 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>, consultado em 12 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>, consultado em 13 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>, consultado em 13 de Março de 2013.

<http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/DB7A372D-FD09-4469-A8DBCFF20E8952E/0/SENbrochure1213.pdf>, consultado em 14 de Março de 2013.

<http://www.partteam.com/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.kiosystem.pt/website/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.evkiiosk.net/website/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.papeldigital.eu/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.mentalfactory.com/home.html>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.webuild.pt/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.seara.com/>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://www.imaginevirtual.com/pt/home.html>, consultado em 20 de Março de 2013.

<http://ticusbeja.blogs.sapo.pt/1688.html>, consultado em 13 de Maio de 2013.

ANEXOS

Anexo I

Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Serpa

MUNICÍPIO DE SÁTÃO

Aviso n.º 1400/2011

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que esta Câmara Municipal, precedendo concurso, publicado pelo anúncio n.º 15322 do *Diário da República* 2.ª série n.º 148, de 2 de Agosto de 2010, celebrou a 01 de Outubro do corrente, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Francisco José Dos Santos Soares Gomes, anteriormente pertencente ao mapa de pessoal do Município de Moimenta da Beira.

Por consequência, cessou o regime de mobilidade interna na categoria em que o mesmo se encontrava neste Município.

Mais se faz público que o trabalhador fica posicionado na 2.ª posição remuneratória da categoria da Assistente Operacional, e no nível 2 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde um vencimento líquido de 532,08 euros.

Paços do Município de Sátão, 8 de Outubro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

304173796

Aviso n.º 1401/2011

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que esta Câmara Municipal, precedendo concurso, publicado pelo anúncio n.º 11193 do *Diário da República* 2.ª série n.º 108, de 4 de Junho de 2010, celebrou a 02 de Novembro do corrente, com efeitos a 01 de Novembro, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira Técnica Superior, com Lúcia Maria de Pessoa Figueiredo, pertencente ao mapa de pessoal deste Município na carreira de Assistente Técnica.

Por consequência, cessou o regime de mobilidade interna na carreira em que a mesma se encontrava neste Município.

Mais se faz público que a trabalhadora fica posicionada na 2.ª posição remuneratória da carreira Técnica Superior, e no nível 15 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde um vencimento líquido de 1.201,48 euros.

Paços do Município de Sátão, 8 de Novembro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

304173836

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE

Aviso n.º 1402/2011

Nos termos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo se torna público que o Executivo Municipal na reunião ordinária realizada no dia 14 de Dezembro de 2010, deliberou aprovar um aditamento ao Regulamento da Tabela de Taxas e Preços Municipais, publicada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 89, de 7 de Maio de 2010, do seguinte teor:

«CAPÍTULO VIII

Publicidade

Observações

— Estão isentos das taxas previstas no capítulo VIII — Publicidade, artigo 1.º, os anúncios luminosos.

— Estão isentos do pagamento das taxas previstas no capítulo VIII — Publicidade, artigo 3.º, n.º 3.3, e n.º 3.4 — desde que incluam o brasão do Município.

IV — Fundamentação das isenções

5 — A isenção do capítulo VIII — Publicidade, artigo 1.º — Anúncios luminosos, visa fomentar a utilização deste tipo de publicidade que permite a iluminação pública onde se encontram instalados.

Esta isenção encontra-se definida nas observações ao Capítulo VIII, constantes da tabela de taxas e preços municipais.

6 — A isenção do capítulo VIII — Publicidade, artigo 3.º — Exposição no exterior dos estabelecimentos ou dos prédios onde eles se encontram, n.º 3.3 — Exibição transitória de publicidade em carro, avião, balão ou qualquer outro meio — por cada anúncio e n.º 3.4 — Exibição de publicidade fixa em veículos automóveis, reboques e semi-reboques, abrangem as viaturas que incluem o brasão do Município e justifica-se pela promoção ao concelho de Sernancelhe. Esta isenção encontra-se definida nas observações ao capítulo VIII, constantes na tabela de taxas e preços municipais.

Para efeitos do sobredito artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo submete-se a apreciação pública para recolha de sugestões o aditamento ao Regulamento da Tabela de Taxas e Preços Municipais. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal dentro do prazo de 30 dias contados da data de publicação deste aviso.

Sernancelhe, 05 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Mário de Almeida Cardoso*.

204175253

MUNICÍPIO DE SERPA

Despacho n.º 1236/2011

Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, torna-se público que a Câmara Municipal de Serpa em reunião extraordinária de 23 de Dezembro de 2010, no seguimento da aprovação pela Assembleia Municipal em reunião ordinária de 22 de Dezembro, aprovou a estrutura hierarquizada com unidades flexíveis dos serviços da Câmara Municipal, composta por treze (13) unidades orgânicas flexíveis e nove (9) subunidades orgânicas, conforme o regulamento que a seguir se publica. Ainda nos termos dos números 3 e 5 mesmo artigo 10.º, publicam-se os despachos do presidente da Câmara, respeitantes à chefia e coordenação das unidades orgânicas as quais serão asseguradas, no caso das divisões e dos gabinetes municipais equiparados a uma divisão, por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2.º grau) e no caso das subunidades orgânicas, por um coordenador técnico.

Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, veio estabelecer um novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais. Aquele diploma estabelece, no seu artigo 19.º que as Câmaras Municipais devem promover a revisão dos seus serviços até 31 de Dezembro de 2010.

O presente Regulamento de Organização dos Serviços Municipais resulta, também, da necessidade em adequar a estrutura orgânica da Câmara Municipal às crescentes e cada vez mais complexas solicitações do poder local democrático, bem como às opções políticas e estratégias municipais, consignadas num quadro de valores éticos e políticos em que se consubstancia a verdadeira dimensão do Serviço Público.

O presente regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

CAPÍTULO I

Objecto, estrutura do Regulamento e princípios gerais de organização

Artigo 1.º

Objecto

O Regulamento de Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Serpa é um dos instrumentos de suporte à sua organização e à gestão da actividade autárquica. Nele se definem as unidades organizacionais e as respectivas funções assim como as principais relações de interdependência funcional e hierárquica. O modelo adoptado é uma estrutura hierarquizada com unidades flexíveis, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro.

O Regulamento de Estrutura Orgânica do Município de Serpa apresenta três capítulos principais:

- a) Capítulo I, "Objecto, estrutura do regulamento e princípios gerais da organização";
- b) Capítulo II, "Estrutura orgânica", que explicita a tipologia das áreas organizacionais e apresenta a representação da organização;
- c) Capítulo III "Disposições Finais".

Artigo 2.º

Atribuições Gerais

No desempenho das suas atribuições, os serviços do Município de Serpa, abreviadamente designada por Município, prosseguem, nos termos da lei, fins de interesse público municipal, designadamente:

- a) Dinamizar o desenvolvimento socioeconómico do Município, através da realização das acções e tarefas necessárias ao cumprimento dos objectivos constantes das Grandes Opções do Plano aprovadas pelos órgãos autárquicos;
- b) Attingir elevados padrões de qualidade e capacidade de resposta nos serviços prestados à população;
- c) Gerir com eficiência os recursos disponíveis, tendo em vista uma gestão racionalizada e moderna;
- d) Promover a participação dos cidadãos e dos agentes socioeconómicos do Município nos processos de tomada de decisão;
- e) Promover a dignificação e valorização profissional e cívica dos trabalhadores municipais.

Artigo 3.º

Princípios Gerais de Organização da Administração Municipal

Os serviços do Município seguem, na sua organização interna e na relação com os munícipes, os seguintes princípios gerais:

- a) Princípio do serviço às populações — assente numa clara noção de serviço público, no respeito pelas decisões dos órgãos autárquicos e na intransigente defesa dos legítimos interesses dos munícipes e utentes;
- b) Princípio da administração aberta — assente numa permanente disponibilização para prestar aos munícipes e utentes toda a informação sobre os processos que lhes digam respeito, de acordo com as formas previstas na lei;
- c) Princípio do diálogo — pressupondo que todas as decisões serão tomadas na base da participação de todas as partes interessadas e do permanente esclarecimento das linhas de orientação da municipalidade, de forma que se consiga atingir uma efectiva interacção entre o Município e as populações;
- d) Princípio da eficácia — no sentido de que a administração municipal organizar-se-á de forma que, com o menor custo possível, possa prestar às populações serviços que primem pela rapidez e qualidade da resposta;
- e) Princípio da qualidade e inovação — correspondendo a uma permanente disponibilidade para a adopção de novos métodos e técnicas que, de forma eficiente, possam aumentar a qualidade dos serviços prestados às populações;
- f) Princípio da participação — implicando uma política de descentralização de gestão, delegação de competências para outras entidades e no envolvimento dos munícipes;
- g) Princípio do respeito pela cadeia hierárquica — impondo que, nos processos administrativos de preparação das decisões, participem os titulares dos cargos de direcção e chefia, sem prejuízo da necessária celeridade, eficiência e eficácia;
- h) Princípio da verticalidade — responsabilizando cada dirigente, sem prejuízo do dever de cooperação entre os diversos serviços, pela globalidade das decisões da sua unidade orgânica, como forma de diminuir as dependências, aumentando a celeridade das tomadas de decisão e o nível de responsabilidade.

Artigo 4.º

Superintendência, coordenação e desconcentração

1 — A superintendência e coordenação geral dos serviços competem ao Presidente da Câmara, nos termos da legislação em vigor.

2 — Sem prejuízo do número anterior, deve ser privilegiada a delegação de competências nos vereadores, nos dirigentes e chefias dos serviços, ou nas juntas de freguesia, como forma adequada de desconcentração de poderes, devendo os instrumentos de delegação ser elaborados nos termos admitidos pela lei e nas formas nela previstas.

3 — Nos casos de delegação ou subdelegação, que devem ser expressos por escrito e publicitados, deve ser sempre indicado, nominalmente, o delegante ou subdelegante, o delegado ou o subdelegado e as competências objecto de delegação ou de subdelegação.

4 — Os actos de delegação ou subdelegação de competências devem ser autorizados pela Câmara ou pelo Presidente da Câmara, consoante os casos, podendo ser revistos a qualquer momento.

5 — A delegação e subdelegação de competências, de assinatura da correspondência e de documentos de mero expediente, serão utilizadas como instrumento de desburocratização e de racionalização administrativa, com vista a criar uma maior eficácia, rapidez e objectividade nas decisões.

Artigo 5.º

Substituição

1 — Sem prejuízo da legislação aplicável sobre a matéria, os cargos dirigentes e de chefia são assegurados, nas situações de falta, ausência ou impedimento dos respectivos titulares, pelos funcionários adstritos à unidade orgânica, que para o efeito forem designados pelo Presidente da Câmara ou pelo vereador com responsabilidade política na área e com competência delegada.

2 — Nas subunidades orgânicas sem cargo dirigente ou de chefia, a respectiva coordenação caberá ao funcionário designado por despacho do presidente da Câmara, sob proposta do seu imediato superior hierárquico.

Artigo 6.º

Princípios de Gestão de Pessoal

1 — A actividade dos trabalhadores do município está sujeita aos seguintes princípios ou regras de conduta:

- a) Dignificação e melhoria das suas condições de trabalho e produtividade;
- b) Justa apreciação e igualdade de condições para todos os trabalhadores, através de uma avaliação regular e periódica do mérito profissional;
- c) Valorização profissional, atenta à motivação profissional de cada funcionário;
- d) Melhoria da sua formação profissional;
- e) Justa e digna apreciação para a progressão na carreira;
- f) Mobilidade interna, embora no respeito pelas áreas funcionais que correspondem às respectivas qualificações e categorias profissionais;
- g) Responsabilização disciplinar nos termos do estatuto respectivo, sem prejuízo de qualquer outra no foro civil ou criminal.

2 — Constitui dever geral dos funcionários o constante empenhamento na colaboração profissional a prestar aos órgãos e serviços da Câmara, na modernização e melhoria do funcionamento dos serviços e da imagem destes perante o público em geral.

CAPÍTULO II

Estrutura orgânica

SECÇÃO I

Estrutura Geral

Artigo 7.º

Unidades Orgânicas

1 — Para prossecução das suas atribuições legais, os serviços municipais organizam-se, através das seguintes unidades orgânicas:

a) 13 Unidades Orgânicas Flexíveis;

i) 5 Gabinetes equiparados ao nível equivalente ao de divisão constituem-se como unidades orgânicas de natureza técnica ou administrativa, de assessoria e apoio à Câmara, à presidência da Câmara e aos órgãos municipais.

ii) 8 Divisões Municipais — constituem-se, essencialmente, como unidades técnicas e executivas, com atribuições na gestão de áreas específicas de actuação da Câmara, criadas em razão da relação de proximidade ou complementaridade de funções e tarefas e da importância para a actividade municipal. As Divisões Municipais estruturam-se internamente segundo áreas de actividade e tarefas específicas, designadamente através de unidades e sub-unidades organizacionais;

b) 9 Subunidades Orgânicas — constituem-se como unidades de carácter administrativo que agregam actividades instrumentais nas áreas técnicas do sistema de gestão municipal e requerem um responsável formal.

2 — A direcção, chefia ou coordenação das unidades orgânicas, referidas no número anterior, serão asseguradas da seguinte forma:

- a) No caso dos gabinetes municipais equiparados a uma divisão, por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2.º grau);
- b) No caso das divisões, por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2.º grau);
- c) No caso das subunidades orgânicas, por um coordenador técnico.

Artigo 8.º

Responsáveis de Unidades Flexíveis

1 — Os dirigentes, as chefias e os coordenadores de todas as unidades orgânicas são recrutados nos termos da lei e nomeados por despacho pelo Presidente da Câmara.

2 — Na ausência temporária de funcionário que reúna condições para o preenchimento dos lugares supra referidos, poderão os mesmos, nos termos da lei, ser exercidos em regime de substituição.

Artigo 9.º

Atribuições Comuns das Unidades Flexíveis

Constituem atribuições comuns às diversas unidades orgânicas municipais:

- a) Elaborar e submeter, à aprovação da Câmara, os regulamentos, normas e instruções que forem julgados necessários ao correcto exercício da respectiva actividade;
- b) Colaborar na elaboração e no controlo de execução dos planos anuais e plurianuais e dos Orçamentos Municipais e assegurar os procedimentos necessários ao bom funcionamento do sistema de gestão municipal;
- c) Colaborar na elaboração da proposta de Opções do Plano e Relatório de Actividades;
- d) Assegurar a execução das Opções do Plano e do Orçamento no que respecta à Divisão;
- e) Colaborar no processo de aprovisionamento municipal, ao nível do planeamento, da apreciação de propostas de financiamento e da definição de critérios e parâmetros de gestão;
- f) Preparar as minutas das propostas a submeter à deliberação da Câmara e assegurar a sua execução, bem como dos despachos do Presidente ou Vereadores com competências delegadas;
- g) Programar a actuação do serviço em consonância com os planos de investimento e elaborar periodicamente os correspondentes relatórios;
- h) Dirigir a actividade das subunidades orgânicas dependentes e assegurar a correcta execução das respectivas tarefas, dentro dos prazos determinados;
- i) Gerir os recursos humanos, técnicos e patrimoniais que lhes estejam afectos, garantindo a sua racional utilização;
- j) Promover a valorização dos respectivos recursos humanos, com base na formação profissional contínua, na participação, na disciplina laboral e na elevação do espírito de serviço público;
- k) Realizar acompanhamento das acções delegadas nas juntas de freguesia, pelos serviços da Câmara aos quais estiverem cometidas as funções correspondentes;
- l) Colaborar activamente no processo de escolha, tratamento, produção e difusão de elementos informativos para a população, relativos à actividade do serviço;
- m) Propor a adopção de medidas de natureza técnica e administrativa, tendentes a simplificar e racionalizar métodos e processos de trabalho;
- n) Propor a adopção de medidas de natureza técnico-administrativas tendentes a simplificar e a racionalizar métodos e processos de trabalho;
- o) Desempenhar outras funções que se enquadrem no seu âmbito de competência que sejam determinadas superiormente ou por lei.

Artigo 10.º

Funções do Apoio Administrativo

São funções do apoio administrativo, independentemente da unidade orgânica em que se insere:

- a) Assegurar o apoio executivo e administrativo ao responsável hierárquico, bem como aos serviços da unidade orgânica em que se insere;
- b) Receber, preparar e encaminhar o expediente interno e externo e organizar o arquivo da área em que se insere;
- c) Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente;
- d) Receber as comunicações que se destinem aos serviços da área em que se insere;

e) Zelar pelas instalações e equipamentos afectos à sua actividade e reportar ao responsável do serviço as não conformidades e situações que careçam de intervenção superior;

f) Garantir a tramitação interna dos processos de forma controlada, minimizando a burocracia e contribuindo para a melhoria contínua dessa tramitação;

g) Cumprir os procedimentos internos, contribuindo para a sua melhoria contínua, suportada por uma avaliação crítica sistemática e pela formulação de propostas de alteração;

h) Apoiar a direcção da área no controlo do cumprimento das disposições estabelecidas em matéria de pessoal garantindo a interlocução com a Divisão de Recursos Humanos;

i) Assegurar o registo permanente dos actos praticados pelo dirigente do serviço ao abrigo de competências delegadas;

j) Organizar e manter o economato do respectivo serviço.

SECÇÃO II

Gabinetes Municipais

Artigo 11.º

Gabinetes

1 — A estrutura orgânica de suporte do Município de Serpa inclui os seguintes Gabinetes:

- Gabinete de Apoio ao Presidente e Órgãos Municipais;
- Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social;
- Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Gabinete de Assessoria Jurídica;
- Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional;
- Gabinete de Protecção Civil e Segurança.

2 — São equiparados a Divisões o Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem, Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social, o Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico, o Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional e o Gabinete de Protecção Civil e Segurança.

Artigo 12.º

Gabinete de Apoio ao Presidente e Órgãos Municipais

1 — Missão: Efectuar o apoio directo ao presidente da Câmara no desempenho das suas funções e secretariar e apoiar os órgãos do município.

2 — Funções:

No âmbito do apoio ao Presidente de Câmara:

- a) Assegurar o apoio logístico e de secretariado, necessário ao adequado funcionamento da Presidência e ao desempenho da actividade dos vereadores;
- b) Preparar a agenda e assessorar o Presidente da Câmara, na sua actuação política e administrativa, colhendo e tratando os elementos para elaboração de propostas por si subscritas;
- c) Receber os pedidos de audiência e fazer a sua marcação, bem como preparar a realização de entrevistas, reuniões ou outros eventos em que o Presidente da Câmara ou os vereadores devam participar;
- d) Prestar assessoria relativa à definição e prossecução das políticas municipais;
- e) Assegurar o desenvolvimento prático das relações institucionais do Município com os órgãos e estruturas dos poderes central e regional, com institutos públicos e instituições privadas com actividade relevante no Município, assim como com outros municípios e associações de municípios;
- f) Assegurar o desenvolvimento prático das relações institucionais do município com os órgãos e estruturas do poder central, com instituições públicas e privadas com actividades relevantes para o Município, assim como com os outros municípios e associações de municípios;
- g) Promover os contactos com a Assembleia Municipal, com os serviços do Município e com os órgãos e serviços das freguesias;
- h) Organizar processos de protocolos da Câmara com entidades diversas, mantendo actualizadas as informações e relatórios dos serviços da Câmara e ou das instituições, no sentido de se efectuar uma avaliação contínua do cumprimento dos documentos;
- i) Cooperar com os departamentos, as divisões e demais unidades orgânicas da Câmara;
- j) Exercer as competências que lhe sejam cometidas pelo Presidente da Câmara.

No âmbito dos órgãos Municipais e Eleições:

Câmara Municipal:

- k) Assegurar os procedimentos relativos a convocatórias, organização das agendas e preparação dos processos para apreciação nas reuniões;
- l) Secretariar as reuniões e elaborar e subscrever as respectivas actas, nos termos da lei;
- m) Garantir o encaminhamento das deliberações para o Gabinete de Apoio à Presidência, para distribuição pelos serviços responsáveis pelo seu acatamento e cumprimento;
- n) Proceder ao registo das deliberações e arquivo das actas, nos termos da lei, bem como promover o seu tratamento e arquivo informático;
- o) Organizar o ficheiro de deliberações;
- p) Elaborar e promover a divulgação das deliberações e actos destinados a ter eficácia externa;
- q) Proceder, nos termos e prazos legais, à passagem de certidões das deliberações e actas que forem requeridas;
- r) Elaborar o relatório de avaliação respeitante às matérias do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos da lei e promover a sua publicação.

Assembleia Municipal:

- s) Processar todo o expediente da Assembleia;
- t) Assegurar os procedimentos relativos a convocatórias, organização das agendas e preparação dos processos para apreciação nas sessões;
- u) Secretariar as sessões e elaborar e subscrever as respectivas actas, nos termos da lei;
- v) Apoiar o funcionamento das Comissões e Grupos de Trabalho;
- w) Divulgar as actas e elaborar e promover a divulgação das deliberações e actos destinados a ter eficácia externa;
- x) Proceder ao registo das deliberações e arquivo das actas, nos termos da lei, bem como promover o seu tratamento e arquivo informático;
- y) Organizar o ficheiro de deliberações;
- z) Assegurar a resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia;
- aa) Proceder, nos termos e prazos legais à passagem de certidões das deliberações e actas que forem requeridas.

Recenseamento e Processo Eleitoral:

- bb) Coordenar e apoiar as operações de recenseamento eleitoral na área do município;
- cc) Executar o expediente e coordenar a logística inerente aos processos eleitorais.

3 — O Gabinete de Apoio ao Presidente compreende o necessário apoio técnico e administrativo, obedecendo igualmente ao disposto no artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 13.º

Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem

1 — Missão: Promover a estratégia de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal, efectuando a articulação com os órgãos de comunicação social e as iniciativas e eventos realizados no município, privilegiando a relação com os municípios.

2 — Funções:

- a) Definir, concretizar e controlar um plano global de comunicação para o Município de Serpa, dinamizando acções de informação, imagem, marketing, publicidade e protocolo;
- b) Dinamizar o relacionamento com os meios de comunicação social, e em especial com os regional e local, recolhendo e divulgando notícias sobre o concelho e sobre a actividade camarária;
- c) Promover campanhas de comunicação e imagem, de suporte às diversas iniciativas asseguradas pela Câmara Municipal de Serpa;
- d) Assegurar a gestão e divulgação de conteúdos, em articulação com as diversas unidades organizacionais, através da difusão regular de publicações de carácter informativo;
- e) Disponibilizar publicidade municipal nos diversos meios;
- f) Preparar e organizar actividades de representação do município;
- g) Assegurar o apoio a exposições;
- h) Promover registos de imagens dos diversos eventos dinamizados no concelho;
- i) Manter organizados e actualizados os arquivos da documentação editada ou recolhida.

Artigo 14.º

Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social

1 — Missão: Apoiar o Executivo na formulação de objectivos e estratégias de desenvolvimento para o concelho, nas áreas do Planeamento

Estratégico, Desenvolvimento Municipal Social e Económico e Financiamento Comunitário e Nacional.

2 — Funções:

- a) Apoiar a definição de objectivos e dinamizar a concepção da estratégia de desenvolvimento estratégico para o concelho e elaborar propostas;
- b) Promover o alinhamento com os processos de planeamento externo, nomeadamente: planos nacionais de desenvolvimento estratégico, planos regionais e especiais de ordenamento do território e outros planos temáticos (exemplo PENT) planos supra municipais, projectos e investimentos de infra-estruturas supra municipais, garantindo a articulação com as diferentes tutelas envolvidas;
- c) Assegurar a investigação de documentação geral e específica sobre as matérias de desenvolvimento (europeias, nacionais, regional e locais);
- d) Assegurar a divulgação de documentos de desenvolvimento estratégico;
- e) Promover o acompanhamento dos processos de planeamento interno nomeadamente o
- f) Plano Estratégico, a Agenda 21, outros planos temáticos e sectoriais na área do desenvolvimento estratégico;
- g) Acompanhamento e gestão dos procedimentos relativos à Rede Social;
- h) Acompanhamento e gestão dos procedimentos relativos ao Programa Municipal de Apoio Habitacional;
- i) Proceder ao atendimento, informação e acompanhamento de famílias ou pessoas em situações de carência e encaminhamento dos casos para os organismos adequados;
- j) Cooperar com as entidades que intervêm junto dos grupos sociais mais vulneráveis e programar e desenvolver projectos municipais para grupos específicos da população com vista a estimular a adopção de estilos de vida condignos e saudáveis;
- k) Promover a articulação da câmara municipal com as diferentes instituições da administração central e local;
- l) Programar e desenvolver em conjunto com as instituições sociais locais programas e projectos que desenvolvam mecanismos integradores de inclusão social dos diferentes grupos sociais;
- m) Acompanhar os projectos e investimentos de impacto estratégico para o desenvolvimento e crescimento socioeconómico do concelho e o orçamento participativo;
- n) Inventariar e proceder à prospeção sistemática de oportunidades de financiamento e de investimentos com impacto estratégico em articulação com os demais serviços municipais;
- o) Gerir o processo de candidaturas a apoios financeiros externos: coordenar os processos de candidatura a fundos comunitários ou outros e participar na elaboração dos planos plurianuais de investimentos e orçamento do Município e respectivas revisões;
- p) Propor, coordenar e acompanhar actividades ligadas à dinâmica socioeconómica, nomeadamente a realização de feiras e exposições temáticas;
- q) Acompanhar as acções no âmbito das geminações, rede de parceiros públicos e privados, confrarias, conselho cinegético, entre outras.

Artigo 15.º

Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico

1 — Missão: Promover a salvaguarda, valorização e divulgação do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho de Serpa.

2 — Funções:

- a) Planear, dinamizar e coordenar, em articulação com outras unidades orgânicas, as actividades de gestão, inventariação, preservação, classificação e divulgação do património arquitectónico e arqueológico do município, que sejam elementos de identidade e de memória colectiva local;
- b) Elaboração/colaboração de estudos e projectos que visem a preservação e reabilitação do património, nomeadamente:
- i) Elaborar projectos (arquitectura e especialidades);
- ii) Coordenar e acompanhar a elaboração do projecto;
- iii) Planear e coordenar a execução de projectos de obras públicas;
- iv) Elaborar programas de concurso e cadernos de encargos para adjudicação de estudos técnicos, projectos de execução e empreitadas;
- v) Colaborar com outros serviços, através da emissão de pareceres técnicos e elaboração de projectos de arquitectura, e de engenharia das especialidades;
- w) Gerir e executar acções de arqueologia preventiva, de emergência e sujeitas a objectivos de valorização e de investigação.

c) Licenciamento de Obras Particulares e Fiscalização na área de intervenção do Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade de Serpa.

Artigo 16.º

Gabinete de Assessoria Jurídica

1 — Missão: Promover e verificar a legalidade da actuação do Município e contribuir através de intervenção jurídica para a protecção do interesse municipal.

2 — Funções:

a) Assegurar a assessoria jurídica ao executivo e aos serviços municipais, nomeadamente através da elaboração de pareceres jurídicos a submeter sempre que adequado à homologação dos titulares da competência;

b) Assegurar as participações crime pela prática de factos contra o município;

c) Assegurar a instrução de processos extra judiciais de responsabilidade civil extracontratual;

d) Apoiar a análise e interpretação da legislação que diga respeito à actividade autárquica e às relações desta com terceiros, bem como das normas, posturas e regulamentos em vigor;

e) Apoiar na elaboração de programas de concurso e cadernos de encargos, nomeadamente no que concerne aos aspectos jurídicos que aqueles devem contemplar;

f) Acompanhar e ou promover a instrução dos processos de mera averiguação, de inquérito, sindicância ou disciplinares a que houver lugar por determinação superior;

g) Apoiar no estudo e na interpretação do conteúdo dos contratos ou na sua elaboração quando o município for um dos contraentes;

h) Elaborar pareceres jurídicos respeitantes à análise e interpretação da legislação que diga respeito à actividade autárquica e às relações desta com terceiros;

i) Elaborar estudos e pareceres jurídicos que sejam solicitados pelos diferentes órgãos e serviços municipais;

j) Dar parecer sobre as reclamações ou outros meios gratuitos de garantia que sejam dirigidos aos órgãos da autarquia, bem como sobre petições, representação ou exposições sobre actos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços;

k) Elaborar, sob proposta dos serviços respectivos, projectos de posturas e regulamentos municipais e providenciar pela actualidade e exequibilidade das disposições regulamentares em vigor que caibam nas competências dos órgãos do Município;

l) Apoiar a actuação da Câmara na participação a que esta for chamada, em processos legislativos ou regulamentares;

m) Assegurar, em articulação com advogados, o patrocínio judiciário nas acções propostas pela Câmara ou contra ela, bem como nos recursos interpostos contra os actos dos órgãos do Município, garantindo o apoio necessário quando o patrocínio for assegurado por mandatário alheio ao Gabinete;

n) Assegurar, em articulação com advogados, a defesa dos titulares dos órgãos ou funcionários quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções, salvo quando o Município surja como contraparte deite;

o) Instruir os requerimentos para obtenção das declarações de utilidade pública de bens e direitos a expropriar, acompanhar os consequentes processos de expropriação;

p) Proceder, em colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao registo dos cidadãos provenientes da União Europeia, nos termos da legislação aplicável, e assessorar o Gabinete de Apoio ao Emigrante;

q) Elaborar os actos e contratos em que nos termos da lei deva intervir o oficial público, se para tal for designado;

No âmbito do Notariado Privativo:

r) Assegurar a organização e tramitação processual inerente à aquisição, permuta e hipoteca de imóveis rústicos, urbanos e mistos;

s) Assegurar a elaboração das escrituras públicas;

t) Instruir todos os processos relacionados com a aquisição, alienação, permuta ou oneração de direitos sobre imóveis;

u) Proceder ao registo de direitos sobre património imóvel nas competentes conservatórias bem como participar ao serviço concelho de finanças e remeter respectivos processos para a Divisão de Gestão Financeira e Património;

No âmbito das Execuções Fiscais:

v) Assegurar a instauração e tramitação dos processos de execução fiscal;

w) Analisar a conformidade legal das respectivas certidões de dívida, nomeadamente os elementos relativos ao valor do débito, contagem de juros de mora e prescrição;

x) Manter actualizada a informação dos débitos ao município;

y) Assegurar a gestão dos processos de execução fiscal, procedendo à inerente actuação dos processos, apensação e registo dos encargos administrativos;

z) Emitir mandados de citação e de penhora;

aa) Proceder à penhora e venda dos bens penhorados;

bb) Proferir decisão com vista à extinção dos processos nas suas diversas modalidades: pagamento, prescrição, caducidade, declaração em falhas, anulação do débito e outros;

cc) Decidir sobre os pedidos de anulação de dívidas;

dd) Cumprir as decisões ordenadas pelo tribunal tributário;

ee) Cumprir deprecadas;

ff) Certificar matéria decorrente dos processos executivos pendentes e findos;

gg) Elaborar mapas mensais de controle dos débitos em cobrança coerciva;

hh) Elaborar periodicamente relatório das actividades concretizadas e ou a concretizar no domínio das execuções fiscais;

ii) Proceder à emissão e registo das guias de receita;

jj) Assegurar o funcionamento administrativo e o arquivamento dos processos.

No âmbito das contra-ordenações:

kk) Recepcionar os autos e participações susceptíveis de configurar matéria contra-ordenacional;

ll) Instruir os processos de contra-ordenação, praticando todos os actos e cumprindo todas as formalidades legais necessárias, e elaborando proposta de decisão;

mm) Efectuar a notificação das decisões e promover a cobrança de coimas e custas;

nn) Remeter os processos para o Ministério Público, em sede de recurso e execução judicial de coimas e custas;

oo) Manter um registo actualizado de processos de contra-ordenação instruídos pelo Município;

pp) Dar conhecimento do arquivamento dos processos quando estes tenham sido instaurados a partir de auto elaborado por entidade diversa do município;

qq) Promover a audição dos arguidos em processos de contra-ordenação a tramitar por outras autarquias, sempre que estas nos termos legais o solicitem;

rr) Certificar matéria decorrente dos processos de contra-ordenações pendentes e findos;

ss) Assegurar o funcionamento e o arquivamento dos processos.

Artigo 17.º

Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional

1 — Missão: Apoiar o executivo na dinamização das políticas, objectivos e estratégias que visem a inovação, a modernização organizacional e garantir o suporte necessário através das soluções e meios tecnológicos de informação e comunicação que gere na Câmara Municipal.

2 — Funções:

a) Assessorar tecnicamente o executivo na elaboração das políticas e linhas de orientação estratégicas para o município, nomeadamente as Grandes Opções do Plano;

b) Dinamizar projectos, métodos e instrumentos que promovam a inovação, a eficiência e a modernização dos serviços;

c) Apoiar na definição dos objectivos da qualidade;

d) Gerir e promover acções no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;

e) Implementar o modelo de monitorização da qualidade do serviço prestado;

f) Avaliar sistematicamente a satisfação dos utilizadores dos serviços prestados;

g) Dinamizar acções com vista à melhoria sustentada dos serviços;

h) Definir o Plano Estratégico de Sistemas e Tecnologias de Informação, articulado com o plano estratégico global da Câmara Municipal;

i) Dar apoio técnico aos serviços e ao Executivo;

j) Assegurar o bom funcionamento da rede e dos equipamentos informáticos — *hardware* e *software*;

k) Garantir o bom funcionamento das aplicações informáticas: implementação, manutenção e introdução de novas funcionalidades;

l) Actualizar os servidores;

m) Implementar medidas que garantam a segurança de informação.

3 — Este Gabinete tem nível de Divisão e será coordenado por um dirigente nomeado pelo presidente da Câmara Municipal nos termos da legislação em vigor em comitê de serviço.

Artigo 18.º

Gabinete de Protecção Civil e Segurança

1 — Missão: Assegurar a coordenação das atribuições das autarquias na área da protecção civil e segurança

2 — Funções:

- a) Elaborar os Planos de prevenção e de emergência de âmbito municipal, gerais ou especiais;
- b) Promover campanhas de educação e sensibilização da população sobre riscos e ameaças à segurança de pessoas e bens e medidas a adoptar em caso de emergência;
- c) Proceder à divulgação de leis, normas, regulamentos, directivas e outra informação que tenha como objectivo a segurança das populações;
- d) Assegurar a coordenação das atribuições das autarquias em matéria de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente colaborar na elaboração do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e respectiva actualização anual;
- e) Colaborar com o Serviço Nacional de Protecção Civil e outros organismos no estudo e preparação de medidas de prevenção e planos de defesa da população em situações de emergência;
- f) Colaborar com os demais serviços municipais em acções de avaliação de risco, nomeadamente a peritagem a edifícios e instalações cujas condições sejam susceptíveis de constituir uma ameaça à segurança de pessoas e bens;
- g) Promover a mobilização de meios afectos aos serviços municipais e coordenar a sua actuação em articulação com os demais agentes de protecção civil em caso de acidente grave ou catástrofe e sempre que os mesmos sejam requisitados pelas autoridades competentes;
- h) Assegurar em articulação com as autoridades e agentes de protecção civil a execução das competências e missões que lhe forem atribuídas no âmbito do sistema integrado de operações de socorro;
- i) Participar e garantir o funcionamento da Comissão Municipal de Protecção Civil;
- j) Assegurar a coordenação das atribuições das autarquias e matéria de segurança, nomeadamente garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.

SECÇÃO III

Áreas de suporte

Artigo 19.º

Áreas de Suporte

A estrutura orgânica de suporte do Município de Serpa inclui as seguintes Divisões:

- Divisão de Atendimento e Suporte Administrativo;
- Divisão de Gestão Financeira e Património;
- Divisão de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Artigo 20.º

Divisão Atendimento e Suporte Administrativo

1 — Missão: Assegurar o atendimento integrado dos serviços prestados pelo Município de Serpa, bem como o apoio administrativo transversal às diversas áreas.

2 — Constituição:

- a) Sector de Atendimento
- b) Subunidade de Apoio Administrativo e Expediente Geral

3 — Funções:

- a) Coordenar a actividade dos vários canais de atendimento (presencial e não presencial);
- b) Uniformizar procedimentos de atendimento dos vários canais, incluindo a definição dos mecanismos de articulação e relacionamento com os serviços de retaguarda, a definição de tempos de resposta, etc.;
- c) Dinamizar a realização de acções que promovam a utilização de novos canais de relacionamento entre a câmara municipal e os munícipes;
- d) Acompanhar o tratamento das reclamações que possam ser solucionadas no atendimento, bem como o encaminhamento para o Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional as reclamações que careçam de tratamento de retaguarda;
- e) Coordenar o apoio administrativo transversal aos diversos serviços da autarquia, designadamente expediente, reprografia, limpeza, estafetas, vigilância e limpeza, entre outros;
- f) Certificar os factos e actos que constem dos arquivos municipais e autenticar os documentos e actos oficiais da Câmara;
- g) Colaborar na actualização do Regulamento de Taxas e Licenças.

Artigo 21.º

Sector de Atendimento

1 — Missão: Assegurar o atendimento geral de forma integrada e eficiente, promovendo a satisfação dos munícipes e a melhoria contínua do serviço prestado.

2 — Funções:

No âmbito do Atendimento Geral:

- a) Assegurar o atendimento aos munícipes, incluindo o esclarecimento sobre os serviços prestados pela autarquia, a forma de instrução de processos e a tramitação dos mesmos, os tempos de resposta, a recepção de requerimentos e outros documentos entregues pelos munícipes no âmbito dos processos já instruídos;
- b) Receber, tratar e responder a pedidos de informação genéricos dos munícipes;
- c) Assegurar a recepção, verificação e registo geral dos requerimentos entrados (contra entrega de comprovativo), bem como encaminhá-los para os serviços competentes;
- d) Assegurar a recepção, verificar a sua correcta instrução e registar todos os processos de natureza administrativa entregues pessoalmente (contra entrega de comprovativo) e encaminhá-los para os serviços competentes;
- e) Assegurar o relacionamento entre o serviço de atendimento e os outros serviços da câmara municipal, para tratamento dos respectivos processos;
- f) Assegurar o atendimento e registo relativos à marcação de entrevistas no âmbito do atendimento efectuado pelo executivo e técnicos da autarquia;
- g) Estabelecer normas, minutas e informações tendentes ao esclarecimento eficaz dos munícipes no seu relacionamento com a autarquia;
- h) Esclarecer os munícipes sobre taxas e licenças;
- i) Proceder à emissão de licenças e cobrança de taxas várias, no âmbito das competências do departamento e de todos os serviços que não as emitam directamente;
- j) Estabelecer as relações funcionais com outros serviços necessários ao desenvolvimento das suas funções, em especial com a contabilidade;
- k) Proceder à organização dos processos ligados às taxas municipais;
- l) Manter actualizados os diversos ficheiros de informação relacionados com as diferentes taxas e licenças;
- m) Assegurar o registo central de alvarás expedidos;
- n) Assegurar o tratamento das reclamações que possam ser solucionadas no atendimento, bem como encaminhá-las para o Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional as reclamações que careçam de tratamento de retaguarda;
- o) Promover o apoio aos munícipes sempre que possível, nomeadamente no que respeita à defesa dos seus legítimos interesses e direitos;
- p) Elaborar e submeter a aprovação superior propostas que visem melhorar e facilitar o relacionamento entre os serviços da autarquia e os munícipes;
- q) Assegurar o registo central de editais e assegurar a sua afixação;
- r) Organizar processos de licenciamentos não afectos a outras divisões ou serviços.

No âmbito de Águas e Saneamento:

- s) Elaborar os contratos de consumidores e organizar os respectivos processos;
- t) Recepcionar os pedidos de execução dos ramais de águas e esgotos e recolher a informação sobre a respectiva execução para efeito de cobrança das taxas ou tarifas e organização de ficheiros informáticos;
- u) Atender os pedidos de ligação e corte de água e encaminhá-los para o serviço operacional competente;
- v) Tratar toda a informação e registos necessários, respeitantes ao processamento das leituras e emissão dos respectivos recibos de água;
- w) Coordenar a execução de tarefas inerentes à leitura, facturação e cobrança dos consumos de água, bem como de fiscalização e cortes por ausência de pagamento;
- x) Fazer a recepção dos recibos de água não cobrados e elaborar a respectiva relação de débito à tesouraria;
- y) Reportar anomalias técnicas detectadas;
- z) Tratar dados estatísticos sobre qualidade e quantidade de água que permitam prestar informação às entidades oficiais que o solicitem, designadamente ao INE, bem como tomar quaisquer medidas correctivas que se julguem convenientes;
- aa) Manter actualizado o ficheiro de consumidores;
- bb) Receber e registar todas as reclamações apresentadas pelos munícipes que digam respeito ao serviço desenvolvido nesta área;
- cc) Proceder à anulação de recibos processados indevidamente.

Artigo 22.º

Subunidade de Apoio Administrativo e Expediente Geral

1 — Missão: Coordenar as actividades de carácter administrativo transversal ao Município de Serpa.

2 — Funções:

- a) Assegurar a recepção, classificação, registo e distribuição da correspondência e demais documentação recebida na autarquia;
- b) Registrar e expedir a correspondência dirigida a terceiras entidades;
- c) Manter actualizados os ficheiros de suporte e controlo da correspondência recebida e enviada;
- d) Assegurar o correcto registo da criação e actualização das entidades;
- e) Colaborar na actualização sistemática do plano de classificação de arquivo;
- f) Assegurar o acesso pelos serviços e por terceiros aos documentos do arquivo segundo regras a aprovar;
- g) Promover a existência de condições de segurança das instalações dos arquivos;
- h) Promover a conservação dos documentos em arquivo;
- i) Garantir os serviços de reprografia;
- j) Assegurar a limpeza de instalações;
- k) Assegurar o serviço de comunicação com o exterior;
- l) Assegurar as tarefas inerentes aos contínuos e aos estafetas;
- m) Assegurar a vigilância e segurança dos edifícios e património municipais;
- n) Assegurar a manutenção das instalações e equipamentos dos paços do concelho;
- o) Assegurar os serviços de logística, organização de espaços para reuniões e segurança nas instalações;
- p) Assegurar a organização de todos os processos e assuntos de carácter administrativo, quando não existam subunidades orgânicas com essa vocação.

Artigo 23.º

Divisão de Gestão Financeira e Património

1 — Missão: Regular e controlar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais do Município de Serpa, numa base de eficiência e racionalidade.

2 — Constituição:

- a) Subunidade de Gestão Financeira;
- b) Subunidade de Aprovisionamento;
- c) Sector de Tesouraria.

3 — Funções:

- a) Assegurar a preparação do projecto do plano plurianual de investimento e do orçamento do município, a submeter à apreciação da Câmara, procedendo à necessária coordenação e análise dos elementos de informação e de previsão e classificação de receitas e despesas;
- b) Assegurar a execução do orçamento, procedendo às respectivas revisões e alterações, bem como das contas de gerência;
- c) Garantir os registos contabilísticos referentes aos actos que provoquem modificação quantitativa ou qualitativa do património;
- d) Apresentar estudos e propor formas e fontes de financiamento do município;
- e) Elaborar o planeamento financeiro e manter os responsáveis informados sobre a situação sócio-económica do município;
- f) Assegurar a gestão económica do património do município;
- g) Garantir um serviço eficaz de execuções fiscais administrativas, bem como a eficácia dos restantes processos de cobrança de dívidas acumuladas ao município;
- h) Garantir a gestão eficiente da carteira de seguros da autarquia;
- i) Propor a realização de consultas e a abertura de concursos para a aquisição de bens e serviços;
- j) Coordenar a actualização do Regulamento de Taxas e Licenças;
- k) Zelar pela arrecadação das receitas e planejar as acções inerentes aos pagamentos;
- l) Gerir o aprovisionamento dos serviços e controlar a sua utilização e inventariação;
- m) Assegurar a elaboração dos regulamentos e cadernos de encargos para consultas e concursos de aquisição de bens e serviços.

Artigo 24.º

Subunidade de Gestão Financeira

1 — Missão: Assegurar a gestão contabilística, patrimonial e de risco do Município de Serpa.

2 — Funções:

- a) Garantir que os registos contabilísticos se façam atempadamente;
- b) Promover os registos inerentes à execução orçamental e do plano de investimentos;

- c) Promover o acompanhamento e controlo do orçamento e do plano plurianual de investimentos, proceder às suas modificações e emitir periodicamente os documentos obrigatórios inerentes à sua execução nos termos definidos no POCAI, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis;
- d) Proceder à classificação de documentos e ao registo, mantendo em dia o sistema contabilístico do município;
- e) Processar autorizações de pagamento e outros documentos que sirvam de suporte aos registos contabilísticos;
- f) Elaborar as reconciliações bancárias mensais;
- g) Controlar os fundos de mancio;
- h) Elaborar estatísticas de apoio à gestão económica e financeira;
- i) Elaborar os documentos de prestação de contas e preparar os elementos indispensáveis à elaboração do respectivo relatório;
- j) Preparar, rever ou alterar o orçamento da Câmara Municipal, conforme as deliberações do executivo e as instruções de chefia;
- k) Promover a verificação permanente do movimento de fundos da tesouraria e de documentos de receita e despesa;
- l) Apresentar relatórios de ocorrência, sempre que tal se verifique, por incumprimento de normas legais ou regulamentares;
- m) Arrecadar as receitas municipais e proceder ao pagamento das despesas, nos termos definidos nas normas legais e regulamentares, aplicáveis e assegurar o seu registo contabilístico;
- n) Preparar os documentos financeiros, cuja remessa a entidades oficiais seja legalmente determinada;
- o) Proceder à conferência das facturas com guia de remessa e a requisição externa;
- p) Elaborar e organizar os documentos da prestação de contas, bem como preparar os elementos indispensáveis à elaboração do respectivo relatório;
- q) Promover a abertura, o acompanhamento sistemático e o encerramento das ordens de serviço exigidas pelo eficaz funcionamento do sistema de análise de custos implementado pelo município;
- r) Promover a recolha atempada de todos os elementos necessários ao sistema de análise de custos em vigor no município, nomeadamente mão-de-obra afectá, existências consumidas, máquinas e viaturas utilizadas e aquisição exterior de bens e serviços;
- s) Calcular os custos mensais e acumulados, por unidades orgânicas e funcionais, por projectos, iniciativas e acções incorridos pelo município, informação que servirá de suporte à facturação de serviços prestados e ao controlo da gestão municipal;
- t) Proceder ao cabimento e compromisso das verbas referentes aos processos de aquisições de bens, serviços e empreitadas;
- u) Executar todos os contactos por escrito para a realização de novos seguros, alterações, informações e envio de participação de sinistros;
- v) Executar todas as participações de sinistro, com excepção dos acidentes de trabalho;
- w) Controlar a entrada de recibos de prémios de todas as apólices no que se refere ao seu número e género;
- x) Efectuar a organização do arquivo de toda a documentação relacionada com os seguros;
- y) Promover e coordenar o levantamento e a sistematização da informação que assegure o conhecimento de todos os bens do município e respectiva localização;
- z) Assegurar o controlo do património imobilizado, incluindo a coordenação do processamento das folhas de carga e a implementação de verificações sistemáticas entre as folhas de carga, as fichas e os mapas de inventário;
- aa) Desenvolver e ou acompanhar todos os processos de inventariação, aquisição, transferência, abate, permuta e venda de móveis e imóveis de interesse municipal, atentas as regras contabilísticas oficiais e demais legislação aplicável;
- bb) Coordenar e controlar a atribuição dos números de inventário;
- cc) Providenciar para que se mantenham actualizados os registos e inscrições matriciais dos prédios urbanos e rústicos, bem como de todos os demais bens que, por lei, estão sujeitos a registo;
- dd) Providenciar a realização do inventário anual do património imobilizado;
- ee) Acompanhar as verificações físicas periódicas e parciais previstas no plano anual de acompanhamento e controlo do património imobilizado que, sob proposta do serviço, for aprovado pela Câmara Municipal;
- ff) Promover as diligências necessárias à reparação ou à conservação dos bens de utilização comum;
- gg) Coordenar o processo de alienação dos bens classificados de dispensáveis;
- hh) Propor e dar parecer a proposta de abates por incapacidade dos bens;
- ii) Lavar autos de cessão de bens a outras entidades;
- jj) Controlar os autos de transferência lavrados pelos serviços cedentes;
- kk) Acompanhar a execução dos programas respeitantes às instalações municipais constantes do plano e orçamento.

Artigo 25.º

Subunidade de Aprovisionamento

1 — Missão: Gerir a actividade de Aprovisionamento e de Aquisição de Bens e Serviços do Município de Serpa, garantindo a eficiência e transparência dos processos e contribuindo para a redução dos custos.

2 — Funções:

No âmbito da contratação:

- a) Garantir um processo de contratação (empreitadas, bens e serviços) que assegure a defesa dos legítimos interesses do município e respeite os preceitos legais aplicáveis;
- b) Promover e acompanhar todos os procedimentos referentes à aquisição de bens e serviços, de acordo com a legislação aplicável;
- c) Seleccionar os fornecedores, avaliando o seu desempenho, e controlar o fornecimento de materiais e a recepção dos mesmos;
- d) Efectuar consultas prévias ao mercado, mantendo as informações atualizadas sobre as cotações dos materiais mais significativos;
- e) Efectuar contactos com os fornecedores;
- f) Elaborar o programa anual de aprovisionamento em estreita ligação com as demais áreas da autarquia;
- g) Procurar assegurar que o aprovisionamento se efectue ao menor custo, dentro dos requisitos de quantidades e qualidades e nos prazos previstos;
- h) Manter actualizada a informação sobre o mercado fornecedor, nomeadamente através da criação e actualização de um ficheiro de fornecedores;
- i) Registar e actualizar a informação dos ficheiros de fornecedores e de materiais;
- j) Emitir as requisições (ao mercado);
- k) Analisar e informar as propostas de fornecimentos;
- l) Controlar os prazos de entrega das encomendas;
- m) Proceder ao cabimento e compromisso das verbas referentes aos processos de aquisições de bens e serviços;
- n) Colaborar na elaboração dos Cadernos de Encargos para concursos de Empreitadas de acordo com os respectivos projectos técnicos;
- o) Analisar, e eventualmente corrigir especificações técnicas dos concursos a lançar;
- p) Organizar e acompanhar as fases do concurso e ajuste directo de obras municipais por empreitadas;
- q) Propor a composição dos júris de apreciação das propostas;
- r) Controlar o cumprimento dos contratos, regulamentos e outras normas aplicáveis.

No âmbito da gestão dos armazéns:

- a) Registar e manter actualizado o ficheiro de materiais do armazém (ficheiro de quantidade), controlando os consumos das diversas áreas;
- b) Assegurar stocks mínimos de segurança definidos para as categorias de materiais relevantes;
- c) Recepcionar os materiais enviados pelos fornecedores, conferindo as quantidades e a qualidade dos materiais recebidos;
- d) Emitir as guias de entrada referentes à recepção dos vários materiais;
- e) Registar as quantidades entradas e saídas de armazém de cada um dos materiais nas respectivas fichas;
- f) Proceder-se à entrega dos bens mediante apresentação de requisições internas devidamente autorizadas;
- g) Garantir uma eficiente gestão económica de stock;
- h) Velar pela arrumação física, o acondicionamento e a segurança dos armazéns.

Artigo 26.º

Sector de Tesouraria

1 — Missão: Assegurar e controlar gestão de tesouraria do Município de Serpa, nomeadamente controlando prazos de recebimento e plano de pagamentos e a necessária liquidez.

2 — Funções:

- a) Proceder à arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, designadamente envio de ofício e emissão de cheques;
- b) Liquidar juros moratórios, referentes à arrecadação de receitas;
- c) Proceder à guarda de valores monetários;
- d) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, de valores monetários ocidentais em cofre, nos termos definidos na norma de controlo interno;
- e) Movimentar, em conjunto com o Presidente da Câmara, ou vereador com competência delegada para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;
- f) Elaborar balancetes diários de tesouraria;

g) Proceder à escrituração necessária para registo de todos os movimentos efectuados e envio da documentação necessária a contabilidade;

h) Garantir que todos os registos contabilísticos necessários se façam atempadamente.

Artigo 27.º

Divisão de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos

1 — Missão: Definir e gerir a estratégia de gestão dos recursos humanos do Município de Serpa, coordenando as actividades de recrutamento, formação, avaliação do desempenho, remuneração e saúde, higiene e segurança no trabalho.

2 — Constituição:

- a) Subunidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos;
- b) Sector de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

3 — Funções:

- a) Promover os estudos necessários à gestão previsional de efectivos e executar medidas com vista à permanente formação e valorização profissionais, bem como a melhoria das condições de trabalho;
- b) Elaborar as propostas de alteração do Mapa de pessoal e acompanhar a sua implementação quando aprovadas;
- c) Proceder à administração dos recursos humanos distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas da Câmara;
- d) Coordenar os processos de recrutamento, selecção e acolhimento;
- e) Proceder à análise, estudo e proposta de normas e regulamentos e políticas de pessoal;
- f) Coordenar os processos de evolução na carreira;
- g) Colaborar, organizar e supervisionar a execução do processo anual de Avaliação de desempenho (SIADAP);
- h) Proceder à estimativa anual das verbas a orçamentar para despesas de pessoal e coordenar a respectiva execução, nomeadamente através dos procedimentos de vencimentos, abonos, participações e descontos;
- i) Proceder ao registo e controle da assiduidade do pessoal;
- j) Elaborar o plano de formação anual e efectuar o respectivo acompanhamento e avaliação;
- k) Estudar e promover acções de mobilidade do pessoal;
- l) Recolher e tratar dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, participações na doença, acidentes de trabalho, procedimentos concursais e composição dos efectivos;
- m) Acompanhar as acções nos domínios da segurança, prevenção, higiene e saúde no trabalho;
- n) Colaborar em propostas de políticas de apoio social aos trabalhadores municipais;
- o) Assegurar a preparação e elaboração do balanço social.

Artigo 28.º

Subunidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos

1 — Missão: Gerir e acompanhar os procedimentos administrativos de Recursos Humanos, em especial os de remunerações e vencimentos e as questões relacionadas com cumprimento das exigências de Higiene, Saúde e Segurança no trabalho.

2 — Funções:

- a) Colaborar na elaboração das propostas de orçamento de pessoal a integrar o orçamento municipal e subsequentes alterações e revisões;
- b) Assegurar o processamento de vencimentos, abonos, participações e descontos;
- c) Organizar os processos relativos a ajudas de custo e horas extraordinárias;
- d) Elaborar o Balanço Social e outros instrumentos de apoio à gestão, em articulação com as restantes unidades e subunidades orgânicas;
- e) Controlar e executar os procedimentos relativos à modificação e cessação da relação jurídica de emprego;
- f) Dar cumprimento às decisões relativas a processos de inquérito e disciplinares;
- g) Organizar os processos respeitantes a abono de família, subsídios, abonos complementares e ADSE;
- h) Elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da despesa com pessoal;
- i) Colaborar no fornecimento de dados para a Conta de Gerência;
- j) Elaborar estatísticas relativas ao pessoal, nomeadamente as que decorrerem de imperativo legal ou que forem superiormente determinadas;

k) Acompanhar o desenvolvimento de acções sobre higiene, saúde e segurança no trabalho, assegurando o cumprimento das normas estabelecidas, no âmbito da melhoria das condições de trabalho e da prevenção de riscos profissionais;

l) Promover a execução de medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde e de apoio social aos trabalhadores;

m) Colaborar, com os serviços de saúde competentes, no diagnóstico da situação sanitária dos trabalhadores, bem como, nas respectivas campanhas de profilaxia e prevenção;

n) Promover actividades que tenham por objectivo o bem-estar físico e psicológico de todos os trabalhadores, bem como das necessidades de meios de protecção colectiva e individual e garantir o respectivo suprimento;

o) Colaborar em acções de informação e sensibilização a desenvolver junto dos trabalhadores, tendo em vista a prevenção e promoção da saúde;

p) Promover a elaboração do Relatório anual da actividade no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho;

q) Organizar e manter actualizados os ficheiros individuais e as fichas de aptidão de cada funcionário;

r) Colaborar com os serviços sociais de que os funcionários sejam beneficiários, prestando-lhes as informações e o apoio solicitado;

s) Articular a sua acção com as associações de funcionários existentes que visem fomentar a assistência social e recreativa e melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da autarquia;

t) Desempenhar quaisquer outras tarefas no âmbito das suas atribuições, que sejam superiormente ordenadas.

Artigo 29.º

Sector de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

1 — Missão: Gerir e acompanhar o desenvolvimento dos Recursos Humanos do Município de Serpa, propondo e desenvolvendo planos de carreira e alinhando a estratégia da câmara com a necessária captação dos recursos, e dirigindo os processos de formação e avaliação do desempenho, recrutamento e mobilidade na autarquia.

2 — Funções:

a) Colaborar na elaboração dos mapas de pessoal do Município e respectivas alterações, a propor de acordo com a gestão provisional

b) Executar todas as tarefas e procedimentos administrativos relativos à admissão, preparando e instruindo os processos de selecção e recrutamento bem como a contratação, progressão e mobilidade de pessoal;

c) Providenciar o apoio técnico, administrativo e logístico aos júris de selecção e contratação de pessoal, nomeados para os respectivos concursos;

d) Colaborar na análise de eventuais reclamações e recursos gratuitos no âmbito dos concursos;

e) Instruir os processos relativos à mobilidade interna e externa;

f) Organizar e manter actualizados os processos individuais e o cadastro de pessoal;

g) Assegurar o acolhimento e a integração dos novos trabalhadores, garantindo os esclarecimentos e apoio que se mostrem necessários;

h) Recolher e tratar da informação necessária ao controle da assiduidade e pontualidade dos funcionários e respectivo gozo de licenças e dispensas;

i) Elaborar o plano anual de formação da Câmara tendo em conta os seus objectivos e prioridades estratégicas, o diagnóstico de necessidades resultantes da aplicação do SIADAP e as necessidades de recrutamento;

j) Assegurar as inscrições e pagamento das acções de formação, providenciando pela avaliação dos seus resultados;

k) Gerir e colaborar em todo o processo relacionado com o SIADAP, garantindo a devida utilização dos respectivos instrumentos de suporte;

l) Coordenar os processos legalmente acordados com o Centro de Emprego, escolas profissionais e demais entidades;

m) Assegurar a divulgação e garantir o cumprimento das normas, que imponham deveres ou confirmem direitos aos funcionários.

SECÇÃO IV

Serviços Operacionais

Artigo 30.º

Estrutura de Suporte Operacional

1 — A estrutura orgânica operacional do Município de Serpa inclui as seguintes Divisões:

Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional;

Divisão de Ambiente, Mobilidade e Serviços Urbanos;

Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território;

Divisão de Cultura e Dinamização Turística;

Divisão de Educação, Desporto e Acção Social.

Artigo 31.º

Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional

1 — Missão: Gerir os processos de obras municipais, constantes do plano de actividades e assegurar a construção e conservação de infra-estruturas e equipamentos municipais assim como a gestão da frota municipal.

2 — Constituição:

a) Subunidade Administrativa de Apoio Geral;

b) Sector de Obras por Administração Directa;

c) Sector de Construção Civil;

d) Sector de Rede Viária;

e) Sector de Águas e Saneamento;

f) Sector de Empreitadas;

g) Sector de Gestão do Parque Municipal e Apoio Logístico.

3 — Funções:

a) Dar parecer e submeter à apreciação superior projectos de obras municipais;

b) Assegurar, por administração directa ou por empreitada, a construção e manutenção das infra-estruturas e equipamentos municipais;

c) Coordenar a elaboração dos cadernos e programas de concursos, para a execução de obras ou prestação de serviços na área das suas atribuições;

d) Coordenar e dirigir as tarefas necessárias à execução dos projectos de construção, conservação ou ampliação de obras municipais que se realizem por administração directa da Câmara;

e) Assegurar o desenvolvimento e a conservação da rede viária urbana e rural, bem como promover e velar pela respectiva sinalização do trânsito;

f) Zelar pela qualidade da iluminação pública;

g) Acompanhar os Serviços de Gestão Urbanística, na fiscalização e recepção das obras de infra-estruturas efectuadas por promotores privados no âmbito dos processos de loteamento;

h) Elaborar, e submeter à apreciação superior, as instruções, circulares, regulamentos e normas que forem julgados necessárias ao correcto exercício da actividade da Divisão;

i) Assegurar a fiscalização das obras municipais cuja realização tenha sido adjudicada em regime de empreitada.

Artigo 32.º

Subunidade Administrativa de Apoio Geral

1 — Missão: Prestar apoio administrativo aos sectores afectos à Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional.

2 — Funções:

a) Proceder ao registo, classificação e distribuição dos documentos entrados na Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional, controlando o seu movimento e prazos legais;

b) Garantir o apoio aos municípios no âmbito da actividade da Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional;

c) Organizar e arquivar os processos, assegurando a sua integridade e disponibilizando-os de acordo com as orientações superiores e os parâmetros legais;

d) De um modo geral, assegurar o expediente administrativo de todas as áreas da Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional.

Artigo 33.º

Sector de Obras por Administração Directa

1 — Missão: Assegurar a realização das obras municipais por administração directa as vertentes de construção civil, rede viária e águas e saneamento.

2 — Funções:

No âmbito da construção civil

a) Planear e coordenar a promoção de obras municipais realizadas por administração directa;

b) Programar e coordenar o controlo de execução de obras públicas municipais realizadas por administração directa;

c) Enquadrar e acompanhar todas as questões relacionadas com os aspectos de segurança, saúde e higiene no trabalho no âmbito das obras promovidas ou acompanhadas pelos serviços da divisão;

No âmbito da rede viária:

b) Emitir parecer sobre os projectos relativos à rede viária, previamente à abertura de concurso para a sua execução;

- i) Construir estradas e caminhos municipais, arruamentos dos aglomerados populacionais do concelho;
- j) Colocar sinalização de trânsito e marcações de vias;
- k) Efectuar a beneficiação de estradas, caminhos municipais e arruamentos de todos os aglomerados populacionais do concelho;
- l) Calcear arruamentos e espaços exteriores do concelho;
- m) Assegurar a limpeza e desobstrução de valetas e valas.

No âmbito de Águas e Saneamento:

- n) Gerir o funcionamento da sector de abastecimento municipal de água, programar e acompanhar a execução da construção de ramais, bem como da respectiva manutenção, limpeza, desobstrução de fontes, reservatórios e condutas;
- o) Colaborar no desenvolvimento de projectos de construção, ampliação e conservação de redes de distribuição pública de águas, saneamento e águas pluviais, promovendo a realização das obras por administração directa ou procedendo às diligências adequadas para a sua adjudicação em regime de empreitada e acompanhando a sua execução;
- p) Garantir a qualidade e tratamento de água, bem como das respectivas estações de tratamento e redes de distribuição;
- q) Operar o sistema de saneamento, promovendo a desobstrução e desinfectação das tubagens e assegurando a sua gestão e o funcionamento da sector de saneamento;
- r) Verificação ou mudança de contadores;
- s) Reparação de torneiras de segurança;
- t) Assegurar o funcionamento dos piquetas de águas;
- u) Promover a elaboração e actualização do cadastro da rede de água e saneamento do Município;
- v) Limpeza de fossas;
- w) Garantir a componente administrativa dos registos
- x) Acompanhar e fiscalizar, com os demais serviços intervenientes, a construção de infra-estruturas de água e saneamento por parte dos promotores privados, em processos de loteamento.

Artigo 34.º

Sector de Empreitadas

1 — Missão: Assegurar a elaboração, promoção e fiscalização de projectos de execução de obras públicas e fiscalizar e recepcionar obras de empreitada com controlo e acompanhamento das mesmas.

2 — Funções:

- a) Planear e coordenar o controlo de execução de projectos de obras públicas;
- b) Colaborar com a Subunidade de Aprovisionamento na elaboração de programas de concurso e cadernos de encargos para adjudicação de estudos técnicos, projectos de execução e empreitadas;
- c) Efectuar estimativas orçamentais de execução e empreitadas;
- d) Colaborar com outros serviços, através da emissão de pareceres técnicos e elaboração de projectos de arquitectura, de estabilidade e de especialidade e da elaboração de peças desenhadas;
- e) Avaliar, e eventualmente corrigir, especificações técnicas dos concursos a lançar;
- f) Acompanhar as fases dos concursos de obras municipais por empreitadas;
- g) Acompanhar a realização das obras municipais por empreitada ou concessão;
- h) Recepcionar, provisória e definitivamente, as obras executadas por empreitada;
- i) Elaborar autos de entrega das obras por empreitada aos serviços municipais responsáveis pela sua gestão.

Artigo 35.º

Sector de Gestão do Parque Municipal e Apoio Logístico

1 — Missão: Gerir a frota de viaturas e máquinas da autarquia, assegurando a respectiva manutenção, conservação e alocação às diversas áreas, bem como manter os edifícios e equipamentos e assegurar o apoio logístico às restantes áreas da autarquia.

2 — Funções:

No âmbito da Gestão do Parque Municipal:

- a) Programar actividades de manutenção e conservação nos edifícios e equipamentos do parque municipal;
- b) Programar pequenas beneficiações e ou remodelações nas instalações e equipamentos do parque municipal;
- c) Proceder à execução de trabalhos oficiais de cada especialidade;
- d) Participar em trabalhos no exterior integrando equipas de construção ou conservação;
- e) Assegurar a conservação e manutenção da iluminação pública privativa da câmara, bem como dos postos de transformação;

f) Fornecer elementos destinados ao preenchimento dos suportes administrativos necessários ao controlo de custos de obras e trabalhos oficiais;

g) Planear e implementar o funcionamento da ferramentaria e gerir a actividade da mesma, nomeadamente na gestão das ferramentas, fardamentos e epi's e epe's.

No âmbito da Gestão de Frotas:

- h) Prestar informação necessária à elaboração de cadernos de encargos destinados à aquisição de viaturas;
- i) Planear e gerir as actividades de afectação e controlo de utilização das máquinas e viaturas da Câmara;
- j) Assegurar o serviço de transportes escolares em articulação com a Sector de Educação;
- k) Implementar e gerir circuitos e serviços especiais assegurados por viaturas municipais;
- l) Assegurar a recolha diária de máquinas e viaturas e proceder ao seu correcto estacionamento;
- m) Levantar autos de acidentes em que intervenham viaturas municipais;
- n) Planear e gerir a actividade da oficina mecânica;

No âmbito do Apoio Logístico:

- o) Apoiar a organização das actividades e eventos organizados e apoiados pelo Município de Serpa;
- p) Executar pequenas obras e intervenções no âmbito das iniciativas do Município de Serpa.

Artigo 36.º

Divisão de Ambiente, Mobilidade e Serviços Urbanos

1 — Missão: Garantir uma boa qualidade de vida no concelho em termos ambientais e da gestão integrada do espaço público orientando a sua actuação pelos parâmetros do desenvolvimento sustentável.

2 — Constituição:

- a) Sector de Ambiente, Saúde Pública e Limpeza;
- b) Sector de Jardins e Zonas Verdes;
- c) Sector de Transportes Públicos Urbanos, Trânsito e Mobilidade;
- d) Sector de Cemitério;
- e) Sector de Feiras e Mercados.

Artigo 37.º

Sector de Ambiente, Saúde Pública e Limpeza

1 — Missão: Gerir o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, a limpeza de espaços públicos externos, assim como o controlo da higiene pública veterinária, sanidade animal, através da inspecção, controlo e fiscalização higieno-sanitária e de uma profilaxia e vigilância epidemiológica.

No âmbito dos resíduos sólidos e higiene:

- a) Assegurar a recolha de resíduos sólidos urbanos, a limpeza e a salubridade dos espaços e aglomerados urbanos do Município;
- b) Proceder à remoção de monstros domésticos e lixo espontâneos;
- c) Efectuar o registo estatístico do movimento de máquinas e viaturas de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, bem como dos quantitativos recolhidos e depositados em aterro;
- d) Promover a aquisição, instalação e conservação dos equipamentos de deposição de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, contentores e papelciras;
- e) Colaborar na execução de medidas que visem a defesa e protecção do meio ambiente;
- f) Fiscalizar e fazer a manutenção dos recipientes destinados ao depósito do lixo, verificando, designadamente, se estes correspondem aos padrões definidos pela administração municipal;
- g) Promover e colaborar nas desinfectações periódicas dos esgotos e demais locais, onde as mesmas se revelarem necessárias;
- h) Dar apoio a outros serviços que, directa ou indirectamente, contribuem para a limpeza e higiene públicas;
- i) Eliminar focos de insalubridade, promovendo acções periódicas de desratização e desinfectação;
- j) Assegurar o acompanhamento e a resolução do destino final dos resíduos sólidos urbanos;
- k) Colaborar com as outras unidades na limpeza de linhas de água, rios e ribeiras;
- l) Assegurar a gestão de instalações sanitárias públicas;
- m) Propor medidas de incentivo à reciclagem e reutilização de resíduos e proceder à sua recolha selectiva, armazenamento e venda;
- n) Assegurar as acções de controlo sanitário previstas na lei.

No âmbito da saúde pública:

- a) Identificar situações problemáticas no domínio da saúde pública, propondo acções tendo em vista a sua eliminação ou minimização;
- b) Promover acções de sensibilização relacionadas com a saúde pública;
- c) Cooperar com entidades externas no âmbito da segurança e saúde pública veterinária;
- d) Apoiar tecnicamente e prestar informações técnicas sobre processos de instalação de actividades económicas, quanto às questões de higiene e salubridade e segurança alimentar;
- e) Efectuar vistorias a veículos de transporte de produtos alimentares, unidades móveis de venda;
- f) Assegurar a inspecção e fiscalização higieno-sanitária dos mercados municipais, venda ambulante e postos de venda retalhista do Concelho;
- g) Acompanhar o processo de criação e funcionamento do canil municipal, e supervisionar as suas actividades;
- h) Coordenar as acções de captura e encaminhamento de animais que constituam risco para a saúde ou segurança públicas;
- i) Gerir o funcionamento do canil/gatil municipal.

Artigo 38.º

Sector de Jardins e Zonas Verdes

- 1 — Missão: Coordenar todas as actividades relacionadas com a manutenção de jardins e espaços verdes no concelho.
- 2 — Funções:
 - a) Assegurar a gestão de viveiros, espaços verdes, parques e jardins municipais;
 - b) Assegurar, por administração directa ou empreitada, todos os trabalhos de plantação, sementeiras e redes de rega dos jardins e espaços públicos da responsabilidade da Câmara;
 - c) Programar, construir e instalar os parques infantis e assegurar a gestão do mobiliário respectivo;
 - d) Promover a arborização das ruas, praças, jardins e demais logradouros públicos, providenciando o plantio e selecção das espécies que melhor se adaptem às condições locais;
 - e) Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes sob a sua administração;
 - f) Dar parecer sobre os projectos de loteamento dentro das matérias da sua intervenção.

Artigo 39.º

Sector de Transportes Públicos Urbanos, Trânsito e Mobilidade

- 1 — Missão: Elaborar e executar projectos de intervenção nas áreas de trânsito, transportes, estacionamento e zonas pedonais para otimizar a circulação e segurança no Município.
- 2 — Funções:
 - a) Promover estudos de tráfego, transportes e rede viária, com vista à sua optimização;
 - b) Colaborar com outros serviços internos e externos — outras entidades, públicas ou privadas — na elaboração de planos de construção de redes e infra-estruturas de transportes, estacionamento e pedonais, assegurando a integração dos respectivos processos;
 - c) Gerir o serviço urbano de transporte público na cidade de Serpa;
 - d) Dinamizar acções relacionadas com a melhoria dos transportes públicos do Concelho;
 - e) Elaborar, actualizar e melhorar o cadastro de sinalização viária, semaforização e informação direccional do Concelho;
 - f) Dar parecer técnico sobre designações toponímicas;
 - g) Elaborar estudos de sinalização para arnuamentos dos aglomerados populacionais do Concelho;
 - h) Elaborar diagnósticos de situação sobre trânsito e sinalização, iluminação pública, transportes, rede viária e comunicações.

Artigo 40.º

Sector de Cemitério

- 1 — Missão: Assegurar a gestão do cemitério municipal.
- 2 — Funções:
 - a) Elaborar estudos permanentes sobre as disponibilidades do actual cemitério, bem como o dimensionamento das necessidades futuras;
 - b) Manter permanente controlo sobre a concessão de terrenos por tempo indeterminado ou sepulturas perpétuas;
 - c) Organizar os processos para a declaração da proscricção a favor do município dos jazigos, mausoléus ou outras obras instaladas no cemitério municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários, ou

relativamente aos quais se mostre de forma inequívoca desinteresse na sua conservação e manutenção;

- d) Elaborar estudos sobre a melhor utilização espacial dos talhões disponíveis do cemitério, bem como sobre a melhor utilização espacial a ser atribuída aos terrenos do cemitério;
- e) Assegurar a recepção dos registos exigidos por lei;
- f) Proceder à abertura e distribuição de sepulturas;
- g) Assegurar a realização de inumações, exumações e transladações;
- h) Zelar pela limpeza e conservação do cemitério;
- i) Acompanhar a execução de jazigos e outras obras de construção civil, no âmbito das suas competências;
- j) Dar parecer sobre obras de remodelação e construção de jazigos, mausoléus e campas térreas;
- k) Assegurar a gestão dos ossários.

Artigo 41.º

Sector de Feiras e Mercados

- 1 — Missão: Organizar e controlar o funcionamento de feiras de mercados sob jurisdição municipal.
- 2 — Funções:
 - a) Organizar o funcionamento dos mercados municipais, no que respeita à sua exploração, equipamento, higiene e sanidade das instalações;
 - b) Assegurar o estado de conservação e manutenção dos mercados;
 - c) Fiscalizar o cumprimento das normas de funcionamento dos mercados e feiras, no que se refere às taxas e licenças;
 - d) Promover a atribuição de espaços livres aos vendedores nas feiras e nos mercados;
 - e) Efectuar os estudos necessários à correcta gestão dos espaços;
 - f) Garantir os registos actualizados necessários ao controlo de custos e receitas das actividades desenvolvidas.

Artigo 42.º

Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território

- 1 — Missão: Concretizar a estratégia municipal de gestão do território e potenciar a qualidade de vida, nomeadamente pela valorização dos núcleos urbanos, espaço rural e ambiente, através de uma adequada formulação e gestão dos instrumentos de gestão territorial e demais instrumentos urbanísticos.
- 2 — Constituição:
 - a) Subunidade de Apoio Administrativo de Urbanismo;
 - b) Subunidade de Secretariado Técnico;
 - c) Sector de Administração Urbanística;
 - d) Sector de Obras Particulares;
 - e) Sector de Fiscalização;
 - f) Sector de Informação Geográfica.

3 — Funções:

- a) Fornecer elementos para a base cadastral de identificação dos espaços e equipamentos de utilização colectiva e das infra-estruturas públicas;
- b) Promover, ao nível do planeamento, propostas de intervenção no espaço público;
- c) Assegurar a execução, implementação e monitorização dos instrumentos de planeamento, planos de urbanização e de pormenor;
- d) Programar, coordenar e controlar a acção relativa à apreciação de projectos de loteamento e obras particulares, seu licenciamento, controlo de obras de urbanização e respectivas recepções, e nas matérias respeitantes à toponímia, gerindo os respectivos processos;
- e) Proceder ao cálculo das taxas resultantes dos processos de edificações em fase de licenciamento;
- f) Planear as acções de fiscalização a realizar, no domínio da sua intervenção;
- g) Executar as vistorias e inspecções técnicas e elaborar os respectivos autos (em articulação com os demais serviços da câmara municipal);
- h) Propor à câmara que ordene, procedendo a vistoria, a demolição, total ou parcial, ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- i) Colaborar e coordenar as actividades com os restantes serviços, nomeadamente a fiscalização municipal;
- j) Fiscalizar a implementação das medidas de higiene e segurança em obra;
- k) Apresentar periodicamente ao responsável pela divisão informações escritas sobre a actuação da fiscalização, bem como de situações anómalas.

Artigo 43.º

Subunidade de Apoio Administrativo de Urbanismo

1 — Missão: descrever Prestar apoio a todos os sectores do departamento, respondendo a todas as solicitações no que se refere à execução de elementos desenhados.

2 — Funções:

- a) Assegurar e manter actualizado o arquivo dos processos de processos;
- b) Proceder à marcação semanal de entrevistas de requerentes com os técnicos, com organização prévia dos processos para o efeito;
- c) Enviar mensal de listagem dos alvarás emitidos a entidades externas;
- d) Elaborar a estatística, no âmbito do INE.

Artigo 44.º

Subunidade de Secretariado Técnico

1 — Missão: Garantir a tramitação dos processos de acordo com o Código de Procedimento Administrativo e Regulamento Jurídico da Urbanização e da Edificação.

2 — Funções:

- a) Analisar os processos de licenciamento e comunicação prévia no âmbito do saneamento liminar;
- b) Emitir os alvarás de licença/comunicação prévia de obras;
- c) Analisar os pedidos de emissão de autorização de utilização no âmbito do saneamento liminar;
- d) Emitir os alvarás de licença/comunicação prévia de obras e de utilização;
- e) Emitir certidões várias solicitadas pelos requerentes;
- f) Proceder à localização de pretensões apresentadas por particulares ou entidades privadas ou públicas, e preparar as respectivas plantas de localização.

Artigo 45.º

Sector de Administração Urbanística

1 — Missão: Controlar, verificar e coordenar as intenções e projectos que impliquem a transformação do uso de solos ou construções, no respeito pelo Plano Director Municipal e demais planos em vigor.

2 — Funções:

- a) Emitir pareceres sobre a elaboração/revisão dos Instrumentos de Desenvolvimento Territorial: PNPOT, PROT e Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território;
- b) Emitir pareceres sobre a elaboração/revisão dos Instrumentos de Política Sectorial (Plano Sectorial Rede Natura, Plano Regional Ordenamento Florestal, etc.);
- c) Emitir pareceres sobre a elaboração/revisão dos Planos especiais de Ordenamento do Território (Plano de Ordenamento de Albufeiras, Plano de Ordenamento Parque Natural, etc.);
- d) Coordenar e ou promover a elaboração/revisão/alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- e) Monitorizar a implementação dos PMOT e elaborar, nos termos da lei, de dois em dois anos, relatório sobre o estado do ordenamento do território no município;
- f) Coordenar e ou promover a elaboração de diversos estudos/medidas/instrumentos urbanísticos (Loteamentos Municipais, Medidas Preventivas, etc.);
- g) Promover padrões de qualificação urbana/paisagística, orientando e regulando a actuação dos intervenientes no processo de transformação do espaço urbano e espaço rural;
- h) Apoiar as diversas unidades orgânicas no que respeita à implementação dos instrumentos de planeamento, promovendo a respectiva divulgação e assegurando o esclarecimento e a interpretação das cartas e normativas de planeamento;
- i) Apoiar a actuação dos serviços municipais no que respeita aos PMOT, estudos e análise de viabilidade;
- j) Desenvolver programas e acções nos domínios das políticas fundiárias e imobiliária do município e da execução programada de intervenções urbanísticas;
- k) Análise e emissão de parecer em projectos de loteamento;
- l) Análise e emissão de parecer de pedidos de informação prévia para projecto de loteamento;
- m) Análise e emissão de parecer de pedidos de informação;
- n) Emitir pareceres no âmbito de estudos de impacto ambiental;
- o) Apoiar a revisão do zonamento e tomada de decisão política no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- p) Criar e actualizar o regulamento de toponímia;
- q) Assegurar os processos de atribuição de designações toponímicas;

- r) Garantir informação actualizada sobre toponímia;
- s) Atribuir números de polícia, de acordo com as orientações previstas em Planos de Gestão Territorial de nível inferior, ou regulamento de Toponímia.

Artigo 46.º

Sector de Obras Particulares

1 — Missão: Assegurar o atendimento e o andamento devido aos processos do município.

2 — Funções:

- a) Assegurar a prática de todos os actos inerentes ao processo de licenciamento de operações de loteamento e obras de urbanização;
- b) Assegurar a realização da fiscalização técnica e recepção de obras de urbanização por parte dos futuros órgãos gestores;
- c) Preparar a emissão dos alvarás de loteamento, após aprovação das obras de urbanização;
- d) Emitir parecer sobre pedidos de destaque;
- e) Emitir parecer sobre pedidos de integração ou desafectação de espaços públicos;
- f) Promover a criação de mecanismos de controlo da iniciativa privada, no domínio da promoção de loteamentos, tendo sempre em atenção os direitos dos particulares e os direitos da comunidade;
- g) Controlar os prazos de execução das obras de urbanização e as condições técnicas, de segurança e de higiene em que as mesmas decorram;
- h) Proceder ao cálculo de taxas e compensações devidas por reforço de infra-estruturas urbanísticas bem como pela não realização, total ou parcial, das cedências obrigatórias;
- i) Apreçar e dar parecer sobre os pedidos de informação prévia relativos a construção de edificações, destinadas exclusiva ou predominantemente a habitação, auscultando previamente sempre que necessário, ou legalmente exigido, outros serviços da câmara e entidades externas;
- j) Analisar os pedidos de autorização e assegurar a prática de todos os actos inerentes ao processo de licenciamento, relativos à construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e de utilização de edifícios destinados exclusivamente ou predominantemente para habitação, auscultando previamente sempre que necessário, ou legalmente exigido, outros serviços da câmara e entidades externas;
- k) Enquadrar os pedidos de comunicação prévia respeitantes às obras isentas de licença de construção nos termos da lei;
- l) Promover a criação de mecanismos de controlo da iniciativa privada, no domínio da construção de edifícios para habitação, tendo sempre em atenção os direitos dos particulares e os direitos da comunidade;
- m) Apreçar e dar parecer sobre pedidos de informação prévia relativos a construção de edifícios de uso misto destinadas predominantemente a actividades económicas, sujeitas a licenciamento específico;
- n) Analisar os pedidos de autorização e assegurar a prática de todos os actos inerentes ao processo de licenciamento de edifícios de uso misto destinados predominantemente a actividades económicas;
- o) Promover a criação de mecanismos de controlo da iniciativa privada no domínio da construção de edifícios não habitacionais, tendo sempre em atenção os direitos do particular e os direitos da comunidade;
- p) Emitir pareceres respeitantes a projectos de edificações da responsabilidade da administração central ou de entidades concessionárias de serviço público isentas de licenciamento municipal.

Artigo 47.º

Sector de Fiscalização

1 — Missão: Fiscalizar a observância das posturas e regulamentos municipais, bem como da legislação vigente aplicável no âmbito de intervenção do município e planear e realizar vistorias e inspecções técnicas.

2 — Funções:

- a) Proceder ao controlo regular e preventivo nos diversos domínios de utilização, ocupação e uso do território municipal, de forma a detectar situações irregulares e evitar factos consumados, atuando todas as infracções;
- b) Detectar e atuar as obras e construções que estejam a ser efectuadas sem prévio integral cumprimento da legislação vigente sobre a matéria ou em desconformidade com os respectivos licenciamentos ou autorizações;
- c) Remeter aos serviços competentes os autos e relatórios respeitantes a infracções de normas legais, posturas e regulamentos;
- d) Materializar, na sequência de despacho proferido nesse sentido pela entidade municipal competente, o embargo das obras a que se refere a alínea anterior;
- e) Assegurar a efectivação dos actos de execução determinados superiormente, designadamente de demolição, providenciando a assistência

de forças de segurança sempre que aqueles impliquem risco de perturbação da ordem pública.

f) Recolher informações solicitadas por órgãos e serviços municipais sobre situações de facto;

g) Fiscalizar a implementação das medidas de higiene e segurança em obra;

h) Propor à câmara que ordene, precedendo a vistoria, a demolição, total ou parcial, ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas.

Artigo 48.º

Sector de Informação Geográfica

1 — Missão: Assegurar a Gestão da Informação Geográfica Municipal

2 — Funções:

a) Recolher, estruturar e disponibilizar, em tempo útil, informação gráfica e alfanumérica aos vários serviços da autarquia;

b) Organizar e actualizar a cartografia do concelho;

c) Registar e actualizar o cadastro rústico e urbano;

d) Ser uma base de conhecimento estruturada e actualizada do concelho;

e) Disponibilizar informação gráfica e alfanumérica às entidades externas que o solicitarem, promovendo assim um melhor conhecimento do território e aproximando os cidadãos das decisões.

Artigo 49.º

Divisão de Cultura e Dinamização Turística

1 — Missão: Planear, dinamizar e controlar as actividades nos domínios da Cultura e Turismo, reforçando a identidade do município e potenciando a actividade económica.

2 — Constituição:

a) Subunidade de Apoio da Cultura e Turismo;

b) Sector de Cultura;

c) Sector de Movimento Associativo;

d) Sector de Dinamização Turística.

3 — Funções:

a) Assegurar a gestão do pessoal integrado na Divisão;

b) Colaborar na elaboração da proposta de Opções do Plano e Relatório de Actividades;

c) Assegurar a execução das Opções do Plano e do Orçamento no que respeita à Divisão;

d) Desempenhar outras funções que se enquadrem no seu âmbito de competência que sejam determinadas superiormente ou por lei.

Artigo 50.º

Subunidade de Apoio Administrativo da Cultura e Turismo

1 — Missão: Assegurar o apoio administrativo à Divisão de Cultura e Dinamização Turística.

2 — Funções:

a) Assegurar o apoio administrativo aos pelouros, às chefias e às unidades e subunidades e sectores que integrem a divisão;

b) Assegurar o expediente e organização da documentação específica dos serviços;

c) Assegurar e encaminhar o atendimento destinado aos serviços;

d) Acompanhar os procedimentos relativos à divulgação cultural do município de Serpa.

e) Efectuar a interligação administrativa com os Movimentos Associativos do município;

f) Apoiar as acções de promoção turística com os diversos canais de comunicação, o Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem e Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social;

g) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 51.º

Sector de Cultura

1 — Missão: Promover o desenvolvimento das actividades culturais no Concelho, tirando partido da história e identidade cultural do município.

2 — Funções:

a) Planear, gerir e dinamizar programas culturais nos diferentes espaços culturais da Câmara;

b) Ceder à ocupação dos espaços culturais da Câmara;

c) Conceber, realizar e coordenar eventos culturais;

d) Participar na gestão e dinamização das feiras do Concelho;

e) Elaborar candidaturas, tendo em vista o financiamento da programação cultural, em articulação com o GADES;

f) Promover a divulgação dos eventos culturais através da agenda cultural e de outros meios de comunicação em articulação com o GERP;

g) Manter Arquivo Histórico da Câmara Municipal e disponibilizá-lo para consulta pública ou investigação;

h) Inventariar, catalogar, investigar, classificar e divulgar o acervo documental do município;

i) Manter em bom estado de conservação e devidamente organizados todos os documentos no arquivo e recuperar aqueles que se encontrem deteriorados;

j) Elaborar certidões do que possa constar na documentação existente e não se encontra classificada como confidencial ou reservada;

k) Divulgar e Promover Espaço Internet entre municípios como veículo de acesso à informação e à cultura;

l) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 52.º

Sector do Movimento Associativo

1 — Missão: Dinamizar e acompanhar a evolução das organizações e movimentos associativos assim como sua actividade.

2 — Funções:

a) Dinamizar o apoio a colectividades, associações e clubes do Concelho;

b) Organizar e Manter actualizado o ficheiro das associações, bem como as actividades por estas desenvolvidas;

c) Assegurar o estabelecimento de contactos regulares com as colectividades recreativas fomentando o seu desenvolvimento;

d) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 53.º

Sector de Dinamização Turística

1 — Missão: Assegurar a dinamização de actividades ligadas ao turismo e efectuar a gestão dos serviços municipais de atendimento turístico.

2 — Funções:

a) Promover a animação turística e o apoio a medidas e acções visando o desenvolvimento e qualidade da oferta turística do concelho;

b) Elaborar, promover e apoiar programas de acção turística;

c) Assegurar as relações com as entidades ligadas à actividade do sector do turismo;

d) Promover e apoiar, em articulação com o GERP, a publicação de edições de carácter promocional que informem e orientem os visitantes e que garantam uma boa imagem do concelho nas suas variadas potencialidades;

e) Promover e dinamizar actividades de promoção turística do município;

f) Participar na elaboração de estudos das potencialidades turísticas do Município;

g) Participar na planificação e organização de Feiras e Exposições e outras actividades de animação;

h) Garantir o bom funcionamento do parque de campismo, posto de turismo e museus;

i) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 54.º

Divisão de Educação, Desporto e Acção Social

1 — Missão: Planear e implementar, programas e medidas municipais referentes à área educativa e apoio social, que conduzam à resolução das situações problemáticas e carências da população.

2 — Constituição

a) Subunidade de Apoio Administrativo da Educação e Acção Social;

b) Sector de Educação;

c) Sector de Acção Social;

d) Sector de Desporto, Juventude e Tempos Livres.

3 — Funções:

a) Programar e coordenar as actividades no âmbito da acção social e educação.

b) Efectuar a articulação das actividades com as outras divisões e gabinetes, sempre que seja necessário;

- e) Manter contactos regulares com as diferentes entidades e instituições nesta área;
- f) Assegurar a gestão do pessoal integrado na divisão;
- g) Colaborar na elaboração da proposta de Opções do Plano e Relatório de Actividades;
- h) Assegurar a execução das Opções do Plano e do Orçamento no que respeita à Divisão;
- i) Desempenhar outras funções que se enquadrem no seu âmbito de competência que sejam determinadas superiormente ou por lei.

Artigo 55.º

Subunidade de Apoio Administrativo da Educação e Acção Social

1 — Missão: Assegurar o apoio administrativo à Divisão Educação, Acção Social e Desporto;

2 — Funções:

- a) Assegurar o apoio administrativo aos pelouros, às chefias e às unidades e subunidades e sectores que integram a divisão;
- b) Assegurar o expediente e organização da documentação específica dos serviços;
- c) Assegurar e encaminhar o atendimento destinado aos serviços;
- d) Acompanhar os procedimentos relativos aos transportes escolares e acção social Escolar;
- e) Efectuar a interligação administrativa com os estabelecimentos de ensino e outras instituições;
- f) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 56.º

Sector de Acção Social

1 — Missão: Acompanhar e coordenar as actividades na área da acção social de forma a resolver ou minimizar os problemas e carências detectadas no município.

2 — Funções:

- a) Planear e executar os programas e acções na área social, em articulação com o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social;
- b) Participar nas reuniões e actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e no Núcleo Local de Inserção, no âmbito do Programa do Rendimento Social de Inserção;
- c) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 57.º

Sector de Educação

1 — Missão: Promover e concretizar medidas de desenvolvimento da educação no Concelho

2 — Funções:

- a) Planear e executar programas de educação e ensino da competência do município;
- b) Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares, assegurando a respectiva gestão;
- c) Manter actualizada a Carta Educativa do Concelho;
- d) Assegurar, em colaboração com outros serviços, o apetrechamento e manutenção dos edifícios do ensino público de acordo com as competências da autarquia;
- e) Acompanhar e avaliar as obras de conservação/manutenção dos edifícios escolares, bem como propor novos arranjos ou edificações;
- f) Proceder ao levantamento das necessidades dos alunos mais carenciados e, em função delas, propor apoios financeiros no âmbito da acção social escolar para aquisição de manuais escolares, material escolar e didáctico e transporte;
- g) Elaboração do processo de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino secundário e superior públicos, de acordo com a política definida pela autarquia;
- h) Providenciar o fornecimento de refeições, de acordo com as competências delegadas a autarquia;
- i) Propor a atribuição de subsídio de refeição nos termos definidos na lei;
- j) Preparar as decisões de apoio financeiro e técnico às bibliotecas escolares em articulação com o serviço de Biblioteca;
- k) Apoiar campanhas de sensibilização de educação cívica e de promoção de estilos de vida saudáveis;
- l) Dotar os Jardins-de-infância e Escolas legalmente abrangidos por gestão municipal de meios humanos e materiais bastantes para o bom desempenho dos docentes e discentes daqueles graus de ensino;
- m) Dinamização da Academia Sénior — Universidade da 3.ª idade;
- n) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

Artigo 58.º

Sector de Desporto, Juventude e Tempos Livres

1 — Missão: Promover o desenvolvimento de actividades desportivas no Concelho e relacionadas com os jovens e as suas organizações representativas.

2 — Funções

- a) Preparar, executar e avaliar a Carta Municipal de Desporto/ Carta Desportiva;
- b) Assegurar formação desportiva aos munícipes nos equipamentos desportivos do Município;
- c) Programar a construção e ou reabilitação de equipamentos desportivos;
- d) Assegurar a gestão dos equipamentos desportivos: piscinas, complexo desportivo, pavilhões, campos de futebol e parques desportivos;
- e) Colaborar, apoiar e acompanhar as associações, colectividades e clubes desportivos do Concelho no desenvolvimento desportivo do município, segundo as orientações municipais e instrumentos reguladores existentes;
- f) Planear, preparar e acompanhar os meios, programas e medidas relativas ao desporto escolar, em colaboração com as entidades oficiais respectivas;
- g) Promover e apoiar acções de fomento da actividade lúdica e desportiva junto da população escolar, em articulação com as Escolas e entidades desportivas do Concelho;
- h) Desenvolver e promover iniciativas de apoio à juventude e ao intercâmbio juvenil;
- i) Apoiar actividades de formação cívica, cultural e desportiva dos jovens;
- j) Apoiar e incentivar a criação e desenvolvimento de associações de juventude;
- k) Desempenhar outras funções que sejam determinadas superiormente.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 59.º

Conselhos Consultivos

1 — O secretariado e apoio logístico aos vários Conselhos consultivos, que funcionam junto do Município, serão assegurados pelas unidades orgânicas das áreas correspondentes.

2 — Os conselhos consultivos não constituem serviços do Município nem se integram na orgânica respectiva.

Artigo 60.º

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação do presente regulamento orgânico serão resolvidas pela Câmara Municipal de Serpa.

Artigo 61.º

Entrada em vigor

1 — O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil após a sua publicação no *Diário da República*.

2 — A partir da data referida no número anterior, é revogado o Regulamento publicado pelo Aviso n.º 10808/2009, 2.ª série, DR n.º 112, 12 de Junho de 2009.

Artigo 62.º

Disposições Finais

Ficam criados todos os órgãos e serviços que integrem a presente estrutura organizacional, os quais serão instalados, progressivamente, de acordo com as necessidades e os objectivos definidos para melhor servir os munícipes de Serpa e no respeito integral pelos limites estabelecidos na lei quanto às despesas com o pessoal.

A Assembleia Municipal de Serpa aprovou, na sua Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2010, o modelo organizacional do Município de Serpa, nomeadamente:

Modelo de estrutura orgânica — Estrutura Hierarquizada;
N.º máximo de unidades orgânicas flexíveis — 13 (treze);

N.º máximo de subunidades orgânicas — 9 (nove).

Em face da deliberação da Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 23 de Dezembro de 2010, que aprovou a criação das unidades orgânicas flexíveis e atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-

Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto n.º 104/2006, de 30 de Agosto, que prevê que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa "por extinção ou reorganização da unidade orgânica" que lideram; e a possibilidade, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto n.º 104/2006, de 30 de Agosto, de se manter a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda desde que seja dada expressa concordância pela entidade competente. Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei

n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e lei n.º 3-A/2010 de 28 de Abril, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo decreto-lei e alínea a), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, determino que, na sequência da reorganização/extinção da respectiva unidade orgânica que lideram operada em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e aprovada em sessão de Assembleia Municipal, de 22 de Dezembro de 2010, se mantêm as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes (direcção intermédia de 2.º grau), a seguir enunciados, nos cargos do mesmo nível que lhes sucederam:

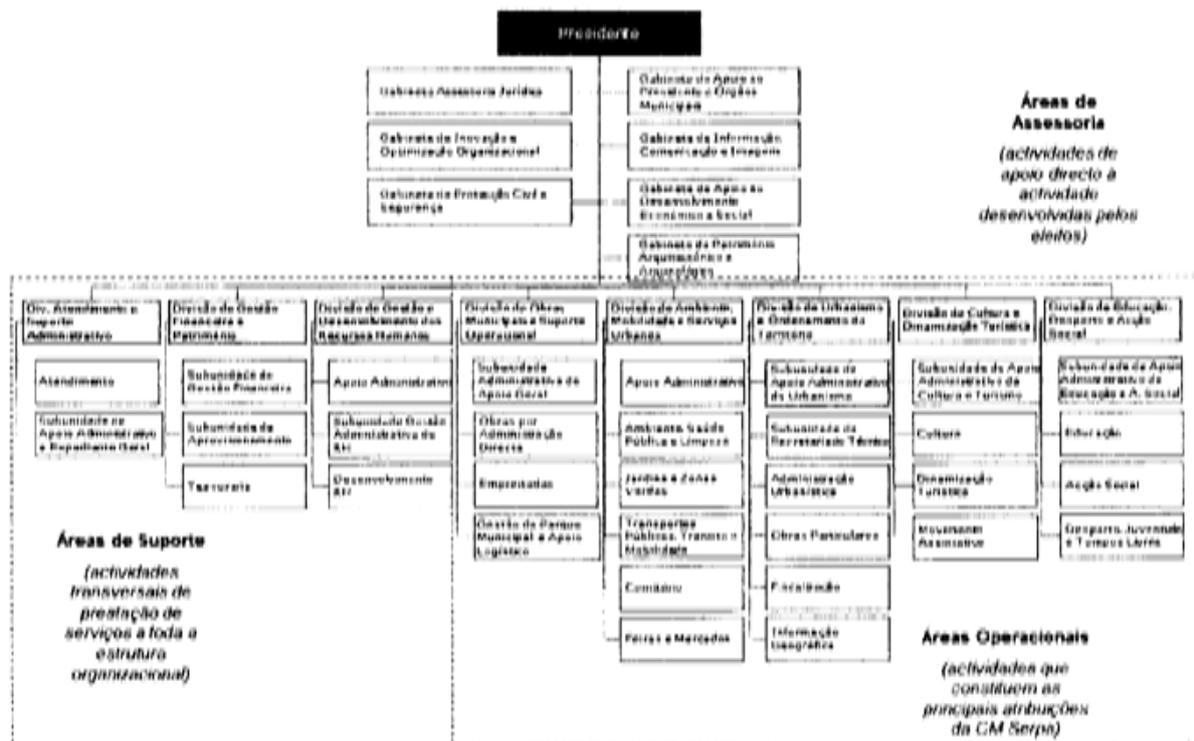
Nome do dirigente	Unidade orgânica reorganizada	Cargo dirigente do mesmo nível que lhe sucedeu
Ana Margarida Páscoa Raposo	Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional.	Gabinete de Inovação e Optimização Organizacional.
M.º Manuel dos Anjos Oliveira	Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico.	Gabinete do Património Arquitectónico e Arqueológico.
Alzira dos Santos Baixinho Pé-lvo Figueira	Divisão Administrativa Geral	Divisão do Atendimento e Suporte Administrativo
Norine da Cruz Brito	Divisão de Gestão de Recursos Humanos	Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos
Carlos Alberto Afonso Rocha	Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos	Divisão de Ambiente, Mobilidade e serviços Urbanos
Sara de Guadalupe Abraços Romão	Divisão da Cultura e Desporto	Divisão da Cultura e Dinamização Turística.
Maria José Rosa Moreira	Divisão de Administração Urbanística	Divisão do Urbanismo e Ordenamento do Território.

Mais determino, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a criação das seguintes subunidades orgânicas, lideradas por um Coordenador Técnico, dentro do limite máximo fixado pela Assembleia Municipal:

- 1 — Integradas na Divisão de Atendimento e Suporte Administrativo:
 - 1.1 — Subunidade de Apoio Administrativo e Expediente Geral;
 - 1 — Integradas na Divisão de Gestão Financeira e Património:
 - 1.1 — Subunidade de Gestão Financeira;
 - 1.2 — Subunidade de Aprovisionamento;
 - 2 — Integrada na Divisão de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:
 - 2.1 — Subunidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos;

- 3 — Integradas na Divisão de Obras Municipais e Suporte Operacional:
 - 3.1 — Subunidade Administrativa de Apoio Geral;
- 4 — Integrada na Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território:
 - 4.1 — Subunidade de Apoio Administrativo do Urbanismo
 - 4.2 — Subunidade de Secretariado Técnico
- 5 — Integradas na Divisão de Cultura e Dinamização Turística:
 - 5.1 — Subunidade de Apoio da Cultura e Turismo;
- 6 — Integrada na Divisão de Educação, Desporto e Acção Social:
 - 6.1 — Subunidade de Apoio Administrativo da Educação e Acção Social.

5 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal de Serpa,
 Eng.º João Manuel Rocha Silva.



Anexo II

Guiões-padrão utilizados na realização de entrevistas

Divisões e Gabinetes da Câmara

1. Divisão/gabinete?
2. Nome e função que desempenha?
3. Como classifica atualmente os espaços culturais/patrimoniais do município de Serpa (Museus Municipais, Museu do Relógio, Casa do Cante e Musibéria) enquanto organismos dinâmicos e centrados na comunidade serpense?
4. E a atual relação entre os referidos espaços e as instituições de ensino?
5. Como acha que esta relação pode ser melhorada?
6. Pensa que seria benéfico que esta ligação pudesse ser estabelecida através do serviço educativo municipal, ou seja, que este atuasse também nos referidos espaços, desenvolvendo visitas temáticas para cada faixa etária escolar?
7. Na sua opinião, que públicos poderiam ser contemplados?
8. Pensa que os espaços estão preparados para receber pessoas com necessidades educativas especiais?
9. Que atividades poderiam ser propostas?
10. Para que públicos?
11. Relativamente aos recursos humanos, pensa que estes se adequam, em termos de formação, às funções que desempenham?
12. Como acha que podem ser rentabilizados nesta nova lógica dinamizadora?
13. Não sendo especificamente um público-alvo deste serviço, como pensa que a comunidade pode envolver-se nesta dinâmica?
14. Quais seriam, na sua opinião, as melhores estratégias de divulgação deste tipo de visitas temáticas?
15. Como pensa que esta proposta pode tornar-se sustentável?

Responsáveis pelas instituições e ensino

1. Instituição de ensino/agrupamento de escolas?
2. Nome e função que desempenha?
3. Como classifica a atual relação entre esta instituição de ensino/agrupamento de escolas e os espaços culturais/patrimoniais do município de Serpa (Museus Municipais, Museu do Relógio, Casa do Cante e Musibéria)?
4. Como acha que esta relação pode ser melhorada?
5. Pensa que seria benéfico que esta ligação pudesse ser estabelecida através do serviço educativo municipal, ou seja, que este atuasse também nos referidos espaços, desenvolvendo visitas temáticas para cada faixa etária escolar?
6. Acha possível integrar os conteúdos expostos em cada um destes espaços patrimoniais no currículo escolar? Em que matérias ou disciplinas os colocaria?
7. Pensa que os espaços estão preparados para receber pessoas com necessidades educativas especiais?
8. Na sua opinião, que atividades poderiam ser propostas?
9. Haveria maior afluência a estes espaços por parte da instituição?
10. Não sendo especificamente um público-alvo deste serviço, como pensa que a comunidade pode envolver-se nesta dinâmica?
11. Relativamente aos recursos humanos, pensa que estes se adequam, em termos de formação, aos cargos que ocupam?
12. Como acha que podem ser rentabilizados nesta nova lógica dinamizadora?
13. Quais seriam, na sua opinião, as melhores estratégias de divulgação deste tipo de visitas temáticas?
14. Como pensa que esta proposta pode tornar-se sustentável?

Responsáveis pelas instituições de ocupação de tempos livres de crianças, jovens e idosos

1. Instituição?
2. Nome e função que desempenha?
3. Como classifica a atual relação entre esta instituição e os espaços culturais/patrimoniais do município de Serpa (Museus Municipais, Museu do Relógio, Casa do Cante e Musibéria)?
4. Como acha que esta relação pode ser melhorada?
5. Pensa que seria benéfico que esta ligação pudesse ser estabelecida através do serviço educativo municipal, ou seja, que este atuasse também nos referidos espaços, desenvolvendo visitas temáticas para faixas etárias específicas?
6. Na sua opinião, que atividades poderiam ser propostas especificamente para as pessoas que frequentam a instituição de que faz parte?
7. Haveria maior afluência a estes espaços por parte da instituição?
8. Relativamente aos recursos humanos dos espaços culturais/patrimoniais, pensa que estes se adequam, em termos académicos, às funções que desempenham?
9. Como acha que podem ser rentabilizados nesta nova lógica dinamizadora?
10. Qual o perfil de profissionais que acrescentaria aos técnicos a operar nestes espaços?
11. Não sendo especificamente um público-alvo deste serviço, como pensa que a comunidade pode envolver-se nesta dinâmica?
12. Quais seriam, na sua opinião, as melhores estratégias de divulgação deste tipo de visitas temáticas?
13. Como pensa que esta proposta pode tornar-se sustentável?

Técnicos e responsáveis pelos espaços culturais/patrimoniais do município

1. Espaço cultural/patrimonial?
2. Nome e função que desempenha?
3. Pelo que observa, este *espaço* tem muitos visitantes?
4. Como classifica a relação do *espaço* com as instituições de ensino?
5. O *espaço* desenvolve visitas temáticas para públicos como crianças, jovens, pessoas com necessidades educativas especiais e idosos?
6. Que tipo de atividades?
7. Pensa que seria benéfico que a ligação entre as instituições de ensino/ocupação de tempos livres e o *espaço* pudesse ser estabelecida através do serviço educativo municipal, ou seja, desenvolvesse visitas temáticas para cada faixa etária?
8. Na sua opinião, que públicos poderiam ser contemplados?
9. Pensa que o *espaço* está preparado para receber pessoas com necessidades educativas especiais?
10. Que atividades poderiam ser propostas?
11. Não sendo especificamente um público-alvo deste serviço educativo, como pensa que a comunidade pode envolver-se nesta dinâmica?
12. Quais seriam, na sua opinião, as melhores estratégias de divulgação das visitas temáticas realizadas pelo serviço educativo municipal neste *espaço*?
13. Como pensa que esta proposta pode tornar-se sustentável?

Anexo III

*Agrupamento dos resultados obtidos, por meio de entrevista, segundo tópicos
gerais*

Sara Romão

Chefe de Divisão da Cultura e da Dinamização Turística

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os espaços patrimoniais do município são bastante abertos à comunidade local; são gratuitos; as escolas são sempre incluídas nas iniciativas de âmbito museológico promovidas pela Câmara.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Há todos os dias um estreitamento dos laços entre os espaços patrimoniais e as instituições de ensino; uma das iniciativas para atrair estas instituições é introduzir maíus interativos nos museus de Serpa; nos museus extra-Serpa não devem entrar nesta dinâmica mas sim serem uma aposta turística; o encorajamento da proatividade das coletividades e associações é uma das melhores formas de envolver a comunidade, pois dá-lhe a possibilidade de ser um ator ativa nas dinâmicas culturais que a Câmara cria.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

É possível, já se desenvolvem projetos que visam a colaboração com as escolas, como a Casa do Cante e o Musibéria e promovem-se iniciativas relativas a datas comemorativas; teria de haver uma maior concertação entre os recursos humanos pois não poderia ser apenas da responsabilidade do sector educativo.

4. Que públicos?

O público organizado em instituições é preferencialmente mais fácil de trabalhar; os espaços ainda não estão preparados para proporcionar visitas a NEES, carecem de uma melhor articulação com o serviço social.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Apesar de não terem formação específica, os recursos humanos dos espaços patrimoniais são empenhados e disponíveis e procuram servir os visitantes da melhor forma; podem também ser envolvidos nas visitas temáticas mas são insuficientes para dar resposta a um plano anual.

6. Atividades propostas

Atividades de carácter pedagógico; acolhimento de propostas individuais ou das coletividades; utilização das novas tecnologias da informação; ver como as crianças assimilam o espaço e saber como o vêem, o que gostavam de desenvolver nele.

7. Estratégias de divulgação

Os atuais recursos que a Câmara disponibiliza e que não envolvem muitos custos: Agenda Cultural, dispositivos digitais (Website, Facebook, Email).

8. Sustentabilidade da proposta

Através de protocolos com as associações.

Leonor Basílio

Coordenadora do GICI

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimonial

Os espaços patrimoniais mais antigos são menos dinâmicos, e os mais recentes são mais; o Musibéria e a Casa do Cante ainda não foram totalmente assimilados e compreendidos pela comunidade serpense; há um esforço da Câmara em cooperar com as escolas em matéria de cultura e património.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Através de iniciativas de dinamização dos espaços; as famílias vão por arrasto, por aquilo que os filhos contam em casa; a comunidade pode intervir sendo chamada a participar nos vários eventos que podem ser criados.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

É possível, visto que há um grande trabalho feito por este sector na colaboração com as escolas.

4. Que públicos?

Não se deveria ficar apenas pelas crianças, deveria ser mais abrangente e integrar as famílias destas também.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os espaços patrimoniais mais antigos dispõem de recursos humanos que dominam muito bem os conteúdos expostos, outros mais recentes como a Casa do Cante, o Musibéria e o Museu de Arqueologia ainda não dispõem das pessoas mais capazes para executar os programas que estão a ser criados.

6. Atividades propostas

Exposições temporárias, conferências e reuniões entre a comunidade sobre um determinado tema.

7. Estratégias de divulgação

Os meios com que o GICI trabalha são Agenda Cultural, Flyers, Mupis, Tecnologias da informação como website, facebook, email; uma ótima forma de envolver a comunidade são painéis eletrónicos nas ruas mas a Câmara ainda não implementou esses mecanismos.

8. Sustentabilidade da proposta

Do ponto de vista da comunicação, a utilização dos meios anunciados não requer grandes gastos.

Isabel Pacheco

Coordenadora dos Serviços de Educação

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os equipamentos culturais/patrimoniais encontram-se muito pouco explorados do ponto de vista turístico e pedagógico e no geral com uma fraca ligação à comunidade local; contudo, Sempre que se realizam atividades direcionadas para as escolas, estas correspondem e participam.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Considero que os equipamentos em questão podem passar a planear algumas atividades em conjunto com as escolas e devem procurar adaptar as valências de cada espaço à idade das crianças, exemplo: percursos turísticos que procurem enquadrar os conteúdos históricos que estão a ser trabalhados nas escolas; a comunidade poderá ter uma palavra a dizer no que diz respeito às dinâmicas de cada equipamento, por exemplo: aplicação de questionários de rua de forma a tentar perceber o interesse e relação do público com os equipamentos e atividades normalmente realizadas.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

Os serviços educativos funcionam como um colaborador dos equipamentos que pretendem desenvolver atividades com as escolas; esta colaboração é objetivamente a indicação dos contatos a estabelecer com as escolas e outras informações adicionais que possam orientar quem está a desenvolver as atividades; os equipamentos devem passar a ter condições para autonomamente desenvolverem atividades com todos os públicos como é exemplo a Biblioteca Municipal.

4. Que públicos?

Todos os diferentes públicos devem ser contemplados; é necessário que os equipamentos tenham condições logísticas, financeiras e técnicas que possam adaptar a

ação aos diferentes públicos; alguns espaços não se encontram preparados para receber pessoas com NEES, por condições logísticas inadequadas que penso que têm vindo a melhorar nos últimos anos; para além das condições logísticas para receber pessoas com NEES é também necessário ter resposta técnica adequada que permita desenvolver a ação com diversas necessidades, como por exemplo: pessoas invisuais, surdos, etc.

5. Rentabilização dos recursos humanos

No geral, as pessoas que se encontram nos equipamentos estão preparados para dar resposta às funções que desempenham; a existência de um plano de atividades implicará o recrutamento de pessoal especializado e realização de formação adicional a alguns colegas.

6. Atividades propostas

Atividades de carácter pedagógico para cada um dos espaços patrimoniais.

7. Estratégias de divulgação

Crianças e seniores são públicos que se encontram de alguma forma inseridos em contextos organizados e com os quais se torna mais fácil trabalhar em conjunto. A divulgação propriamente dita deve passar a ser com maior antecedência e procurar surgir em locais estratégicos.

8. Sustentabilidade da proposta

A proposta já é sustentável, há que procurar ter mais atividades práticas que envolvam os diferentes públicos e de forma pedagógica procurem contextualizar as pessoas com os conteúdos que o sector educativo tem para oferecer.

João Matias

Técnico dos Serviços de Educação

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Há espaços culturais/patrimoniais suficientes em Serpa; falta uma visão estratégica para cada um deles que escolha um caminho bem planeado e sistemático para captar os públicos que forem definidos para o espaço; as escolas devem também apresentar propostas bem estruturadas para que possam ser promovidas pelo Serviço Educativo.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

As propostas têm de partir das escolas para serem auxiliadas pela Câmara; têm de ser estudada a relação custo/benefício, os conteúdos programáticos onde se pode incluir a visita; as propostas têm de ser o mais concretas possível; a introdução de uma gestão participativa é fundamental para envolver a comunidade em geral.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

Desenvolvimento de uma visão estratégica que trace objetivos específicos a atingir pelas escolas e pela Câmara.

4. Que públicos?

A população ativa é o público mais difícil de atrair aos espaços museológicos do concelho; as escolas não possuem uma adaptação ao currículo para NEES, e os museus também não podem ter sozinhos essa preocupação.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos dos espaços patrimoniais não possuem qualificação apropriada, contudo são pessoas dedicadas; deve-se tentar adequar o perfil dos técnicos às várias funções que se pretendam desenvolver.

6. Atividades propostas

Exposições temporárias que mostrem espólio nunca antes visto; visitas enquadradas nos currículos escolares.

7. Estratégias de divulgação

Jornal, Agenda Cultural, Flyers.

8. Sustentabilidade da proposta

Aproveitamento de recursos e parcerias com turmas das escolas do concelho que tenham interesse em desenvolver atividades relacionadas com os espaços patrimoniais do município ou monumentos; o voluntariado é, regra geral, pouco explorado pelos serviços educativos.

Teresa Gomes

Técnica do Museu Etnográfico

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

O Museu Etnográfico teve uma quebra de visitantes, mas continua a ser muito visitado pelas escolas do concelho.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Exposição oral das profissões por artesãos ou pessoas que as conheçam aprofundadamente aos mais novos.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

As visitas poderiam ser feitas pelas técnicas do Museu Etnográfico mas teria de haver mais recursos humanos associados.

4. Que públicos?

As escolas são o grande público do Museu Etnográfico; nem o museu, nem as atividades desenvolvidas pelo museu estão muito adaptadas a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

5. Rentabilização dos recursos humanos

No Museu Etnográfico existem apenas duas funcionárias, pelo que os recursos humanos são insuficientes para a monotorização de visitas.

6. Atividades propostas

Para o Museu Etnográfico poderiam ser propostas iniciativas que envolvessem as profissões apresentadas no museu.

7. Estratégias de divulgação

A mais eficaz é a Agenda Cultural e a Internet

8. Sustentabilidade da proposta

Cobrar pelos serviços nos museus não é uma boa solução; chamar os artesãos aos museus para exemplificarem as suas profissões gratuitamente e convidar as escolas têm se mostrado uma boa iniciativa.

Rui Duarte Charraz

Coordenador do Posto de Turismo de Serpa

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

A Casa do Cante está a desenvolver um Programa Educativo essencialmente musical, que faz o acompanhamento de turmas a nível do cante alentejano; tem um programa de rádio que passa aos domingos em direto; assistência de ensaios para a comunidade; já tiveram visitas de idosos e da Escola Básica de Pias.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

A existência de exposições sobre o cante mas variadas quando a forma de abordagem; a loja "saberes e sabores" que conta com vários artigos tradicionais.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

Já está previsto que haja espetáculos e ensaios nas instalações da Casa do Cante para todas as idades mas não uma atuação específica do sector educativo da Câmara no espaço.

4. Que públicos?

Os principais públicos da Casa do Cante até agora são idosos provenientes dos centros de convívio e escolas, mas será um pólo para todos os públicos usufruírem.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Ainda não estão definidos os recursos humanos que estarão afetos à Casa do Cante.

6. Atividades propostas

Atividades ligadas ao cante (espetáculos, aulas) e à salvaguarda deste tipo de património; o programa de rádio também pode ser utilizado como atividade.

7. Estratégias de divulgação

A Internet, a Agenda Cultural, o Jornal de Serpa, flyers e o atual programa de rádio imitado em direto aos domingos.

8. Sustentabilidade da proposta

Há um grande investimento no domínio do cante e da candidatura a Património Mundial da Humanidade, por esse motivo também se poderão realizar visitas ao espaço aleadas a algum tipo de iniciativas.

Laurent Filipe

Diretor Geral do Musibéria

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

O espaço expositivo do Musibéria teve muitos visitantes durante o mês do Encontro de Culturas (Junho), mas a partir daí não tem tido muito público; a comunidade local também não costuma frequentar o espaço; há muita ligação sobretudo às escolas no que respeita a trazer crianças para frequentarem as aulas e as atividades promovidas pelo Musibéria; a próxima exposição (Janeiro) será feita com trabalhos das crianças que participaram na atividade “Pintar a música”.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Através de uma divulgação que seja eficaz e que chama a atenção dos locais.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

A equipa que compõe o Musibéria é reduzida, pelo que se estabelece um plano anual da componente curricular da instituição mas não de visitas ao espaço expositivo, estas vão sendo realizadas ao longo do ano.

4. Que públicos?

O Musibéria é uma instituição virada para todos os públicos; atualmente tem tido mais participantes provenientes das escolas do conselho; o espaço expositivo tem tido visitantes de todas as idades.

5. Rentabilização dos recursos humanos

A concertação entre os vários serviços da Câmara é muito útil.

6. Atividades propostas

Uma das atividades que foi feita intitulou-se "Pintar a Música", portanto deveriam ser experimentadas outro tipo de iniciativas para o espaço expositivo do Musibéria.

7. Estratégias de divulgação

O Website do Musibéria.

8. Sustentabilidade da proposta

Parcerias entre a Câmara e as instituições de ensino.

Eugénio d'Almeida

Diretor do Museu do Relógio

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

O Museu do Relógio teve uma quebra de visitantes nos últimos 2 anos; antes tinham uma média de 100 visitantes por dia; tinham muitas visitas de escolas, sobretudo, do Algarve e da ESTIG de Beja, mas que também tem vindo a diminuir; não tem um plano de visitas temáticas anuais.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Ouvir as propostas dos "Amigos do Museu"; promover o voluntariado, selecionado de acordo com o currículo dos interessados; vendas na loja do museu.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

É uma boa iniciativa, no entanto as pessoas têm de ser proactivas e procurarem também a oferta cultural; o Museu do Relógio não tem um plano anual de visitas e atividades, no entanto, quando têm grupos procuram adaptar os conteúdos à visita.

4. Que públicos?

Há cerca de 2 anos atrás tinham cerca de 100 visitantes por dia; as escolas e juntas de freguesia do Algarve e a ESTIG de Beja eram os principais grupos escolares a visitar o Museu do Relógio; os idosos são o principal público que o museu quer atrair; quanto aos NEES, o museu recebia a visita da CERCI de Beja, mas esta visita é muito dificultada pela existência de escadas que não é possível readaptar.

5. Rentabilização dos recursos humanos

O Museu do Relógio está aberto a parcerias e sinergias com a Câmara, o que inclui a concertação entre recursos humanos.

6. Atividades propostas

Atividades em que não haja contacto manual com as peças exposta.

7. Estratégias de divulgação

O Museu do Relógio possui um *Website* e costuma enviar *newsletters* 3 a 4 vezes por ano aos "Amigos do Museu"; serve-se também do "boca-a-boca", isto é, visitantes que recomendam a outras pessoas.

8. Sustentabilidade da proposta

Parceria com a Câmara no sentido de ser criada uma imagem cultural e turística de Serpa com benefícios tanto para a Câmara como para o Museu do Relógio.

Lúcia Chaveiro

Agrupamento de Escolas nº 1 – responsável pela biblioteca escolar

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

É uma preocupação da escola levar as crianças até aos espaços e locais patrimoniais; não existem iniciativas dos museus municipais em levar as escolas com visitas enquadradas no currículo; a escola desenvolve muitos trabalhos de âmbito patrimonial e têm-se distinguido por isso.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

A criação de diferentes visitas nos museus proporcionaria maior motivação nos alunos que arrastariam conseqüentemente as suas famílias; o voluntariado entre pessoas que estão já aposentadas também é uma boa forma de as tornar uma mais-valia; a instituição de horários mais alargados dos espaços patrimoniais permitiria que também a população ativa pudesse visitar e participar em mais iniciativas.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

É bastante positivo pois serão as pessoas mais bem preparadas para fazer chegar a informação às crianças.

4. Que públicos?

Público escolar; não existe ainda a preocupação com os NEES nem nos museus do concelho, nem nos próprios currículos escolares.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Regra geral, os técnicos afetos a cada um dos espaços patrimoniais do concelho não tem formação específica na área que ocupa; numa nova lógica dinamizadora poderão intervir no planeamento de visitas e na monitorização das mesmas.

6. Atividades propostas

Jogos de descobertas; promoção e comemoração de datas importantes para o concelho.

7. Estratégias de divulgação

Pode ser disponibilizado um plano anual, por *email*, no início de cada ano letivo para que as escolas possam agendar as atividades em que querem participar.

8. Sustentabilidade da proposta

Aproveitamento dos recursos disponíveis; parcerias com pessoas e instituições; dar formação aos recursos humanos.

João Santos

Agrupamento de Escolas nº 1 – Professor de Educação Visual e de Educação Tecnológica

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

A relação entre as escolas e os espaços patrimoniais é boa; a escola faz muitos projetos, visitas e oficinas relacionadas com o património existente em Serpa, mas não são promovidas pelos espaços.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Os espaços podem desenvolver visitas temáticas e pedagógicas; a dinamização do Centro Histórico através da requalificação urbana, alojando pessoas itinerantes como artesãos e artistas com os seus *ateliers*, esta medida permitiria atrair o público para o centro histórico onde se situam os espaços patrimoniais e simultaneamente reabilitar uma zona morta da cidade.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

A Câmara pode utilizar o seu serviço educativo ou contratar quem faça.

4. Que públicos?

Os espaços patrimoniais do município de Serpa deveriam ter a preocupação de desenvolver várias iniciativas ao longo do ano que tivessem a escola como participante; não está adaptado para pessoas com qualquer tipo de deficiência.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos dos espaços patrimoniais são curiosos sem formação; deveriam ter alguma formação em museografia; como conhecedores da cultura local podem servir de interlocutores e monitores de visitas.

6. Atividades propostas

Visitas temáticas; animações; visualização de artesãos a trabalhar; visitas com recurso a novas tecnologias; enquadrados nos currículos de História, Geografia, Educação Visual, Educação Tecnológica, Português.

7. Estratégias de divulgação

As formas tradicionais de divulgação: cartazes, *email*, site.

8. Sustentabilidade da proposta

Parcerias, candidaturas e sobretudo vontade e disponibilidade política.

Luís Barradas

Diretor da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os alunos da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural costumam frequentar os espaços patrimoniais municipais assiduamente e já foram promovidos estágios no Museu Etnográfico de Serpa.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

É sempre possível melhorar relação da EPDR com estes espaços, com um trabalho mútuo de promoção de iniciativas; a comunidade pode ser chamada participar das iniciativas.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

Em princípio será o sector mais bem preparado para fazer a ponte entre a escola e o museu.

4. Que públicos?

É perfeitamente possível integrar os conteúdos expostos no currículo escolar; de entre o público escolar, talvez os alunos de turismo são quem teria mais interesse em participar em iniciativas desse género; não está preparado para NEES.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos dos espaços patrimoniais, regra geral, cumprem bem a sua função, no entanto, a formação deve ser contínua ao longo da vida laboral.

6. Atividades propostas

Os alunos da EPDR costumam participar em iniciativas promovidas pela Câmara como a Feira do Queijo e o Cortejo histórico e Etnográfico de Serpa; poder-se-ia acrescentar iniciativas ligadas ao cante.

7. Estratégias de divulgação

Tecnologias da informação.

8. Sustentabilidade da proposta

Concertação e parcerias com algumas entidades.

José Miguel

Animador Sociocultural do Centro de Convívio de Santa Maria

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os idosos do Centro de Convívio de Santa Maria vão normalmente aos espaços patrimoniais quando há iniciativas como dias comemorativos, o que têm a ver com o planeamento das vistas.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

As visitas devem ser bem planificadas; tem de haver maior interação com os vários públicos do concelho.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

Alguém ligado à cultura e ao património seria o ideal.

4. Que públicos?

No Centro de Convívio de Santa Maria não existem apenas idosos, pelo que estas atividades devem dirigir-se a todas as faixas etárias; mas o discurso deve ser perceptível pelos idosos que são a maioria.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos dos espaços patrimoniais adequam-se às suas funções; o discurso utilizado pelos técnicos deve ser perceptível e simples para o público mais idoso.

6. Atividades propostas

Visitas que envolvam alguma interação e que não sejam demasiado perlongadas.

7. Estratégias de divulgação

Agenda Cultural e cartazes mas com informação muito breve.

8. Sustentabilidade da proposta

Aproveitar bem os recursos existentes e as valências das pessoas; ação concertada.

Rui Figueira

Diretor do Lar e Centro de Convívio de São Bento

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os idosos do Lar e Centro de Convívio de São Bento costumam visitar os espaços patrimoniais do concelho, mas nem sempre a visita é guiada e limitam-se a ver o que está exposto.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Deveria haver mais visitas conjuntas com outras instituições para promover a troca de experiências; visitas guiadas com recurso também às novas tecnologias; é possível promover o voluntariado entre as pessoas mais idosas que tenham conhecimentos sobre algo exposto.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

O importante é que as visitas possam ser feitas por alguém que domine os conteúdos expostos.

4. Que públicos?

Os idosos do Lar de São Bento costumam fazer visitas aos museus frequentemente; seria mais enriquecedor se se pudessem juntar mais do que um grupo de idosos.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os técnicos devem dominar os assuntos expostos; podem dar informações sobre as coleções e fazer visitas guiadas.

6. Atividades propostas

Visitas em que as pessoas pudessem participar.

7. Estratégias de divulgação

Email e Agenda Cultural.

8. Sustentabilidade da proposta

Apoios da Câmara e das Juntas.

Ana Margarida Bravo

Assistente Social da Santa Casa da Misericórdia de Serpa.

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Os utentes do Lar de São Francisco e Serpa costumam visitar e participar em atividades nos museus municipais. No entanto, ainda não foi possível haver contacto com a Casa do Cante e Musibéria.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Através da organização de mais visitas e mesmo da colaboração/participação dos utentes nos espaços culturais.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

É uma boa opção.

4. Que públicos?

Com um programa mais específico para esta faixa etária, certamente haveria uma maior afluência do público idoso aos espaços culturais do município.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos poderiam ser melhor racionalizados, de forma a dar uma resposta mais eficaz às diferentes solicitações. Estes devem demonstrar sensibilidade no tratamento dos diferentes públicos.

6. Atividades propostas

No caso dos utentes do Lar de São Francisco seria interessante desenvolver atividades relacionadas com o cante alentejano e visitas que os fizesse “sentir no tempo deles”.

7. Estratégias de divulgação

Email, Agenda Cultural, Convite impresso.

8. Sustentabilidade da proposta

A proposta pode tornar-se sustentável reunindo o maior grupo de pessoas possível para cada atividade. Além disso, a Câmara pode recorrer a subsídios.

José António Malveiro Monteiro

Presidente da Junta de Salvador - responsável pelo Centro de Convívio

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

São planeadas duas visitas por ano com o centro de convívio, mas normalmente não são aos espaços patrimoniais do concelho; estes espaços já foram visitados antes e a Junta opta por desenvolver passeios diferentes.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

As pessoas que frequentam o Centro de Convívio de Salvador não são muito dinâmicas, nem têm estímulos para o serem; para que as pessoas se interessem por participar numa visita a um museu, por exemplo, tem de haver um trabalho permanente de um animador na área cultural, para incutir nestas pessoas a vontade de conhecer os espaços culturais/patrimoniais.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

O trabalho tem de ser feito por técnicos especializados em dinâmicas culturais.

4. Que públicos?

O público idoso, em geral, é um público difícil, há que haver uma pessoa que trabalhe a dinâmica do grupo para que estes vão sendo introduzidos a pouco e pouco na cultura.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos devem ser dinâmicos e terem uma linguagem acessível para pessoas mais idosas e menos instruídas.

6. Atividades propostas

A demonstração de trabalhos de antigamente poderia ser uma atividade que lhes interessasse por lhes fazer reviver o passado.

7. Estratégias de divulgação

Email e telefone.

8. Sustentabilidade da proposta

Estabelecer parcerias seria a melhor solução.

Nuno Sousa

Presidente da Fundação Messangil e Diretor do Centro Social e Paroquial de Brinches

1. Relação atual das instituições com os espaços culturais/patrimoniais

Existe alguma colaboração, no entanto nem a Fundação nem o Centro Social costumam visitar os espaços museológicos do concelho. Em Brinches as pessoas idosas são mais abertas à cultura, do que em Pias.

2. Estratégias para o envolvimento das instituições de ensino, ocupação de tempos livres e comunidade em geral

Os idosos oferecem resistência à participação em atividades fora da Fundação e do Centro, no entanto chamando as famílias dos utentes e funcionários para juntos visitarem os espaços pode ser uma forma de os levar até estes espaços e envolver a comunidade.

3. Dinamização dos equipamentos culturais/patrimoniais através do Serviço Educativo Municipal

A Fundação de Pias e o Centro Social de Brinches já têm animadores. Este tipo de técnicos serão os mais indicados.

4. Que públicos?

O público escolar é o mais indicado. Vão surgir muitas dificuldades em levar idosos até aos equipamentos culturais.

5. Rentabilização dos recursos humanos

Os recursos humanos adequam-se às funções que desempenham; podem ser rentabilizados participando também nas visitas; se pudessem contar com animadores socioculturais seria uma mais-valia.

6. Atividades propostas

Os idosos podem encenar peças de teatro, fazer trabalhos manuais, serem contadores de histórias tradicionais.

7. Estratégias de divulgação

Agenda Cultural e Jornal.

8. Sustentabilidade da proposta

Aproveitando todos os recursos que a Câmara puder disponibilizar.

Anexo IV

Museu da Cidade (Lisboa)

Museu da Cidade⁶²

O Museu da Cidade⁶³, o Museu Rafael Bordalo Pinheiro⁶⁴, o Museu do Teatro Romano⁶⁵ e o Museu Antoniano⁶⁶ de Lisboa são instituições públicas, geridas pela EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural), uma empresa municipal responsável por todos os museus tutelados pela Câmara Municipal de Lisboa. Este conjunto de museus tem em comum um Serviço de Relações Públicas, um Serviço de Animação e Pedagogia e um Sector de Recursos Humanos, sendo que lhe é destinada uma verba anual⁶⁷ proveniente do orçamento da autarquia, à qual se juntam as receitas de bilheteira (2€/pessoa para o público em geral; 1€/pessoa para adultos com idade igual ou superior a 65 anos e desempregados, mediante apresentação de documento comprovativo, e grupos constituídos por, pelo menos, um adulto e uma criança – bilhete familiar; entrada gratuita aos Domingos, entre as 10h e as 13h, dia Internacional dos Museus e para grupos de alunos e respetivos acompanhantes, em visitas de estudo previamente agendadas e portadores dos cartões APOM, ICOM e LisboaCard)⁶⁸.

As coleções do Museu da Cidade⁶⁹, organizadas cronologicamente, apresentam a evolução da cidade, desde os primórdios ao século XX, passando por alguns dos aspetos mais marcantes da sua história, como as diversas crises dinásticas, a aventura dos Descobrimentos, o Terramoto de 1755, ou a implantação da República. De entre os seus acervos destaca-se, desde o século XVI ao início do XXI, a coleção de iconografia da cidade de Lisboa, constituída por pinturas, desenhos, gravuras, litografias, impressos, fotografias; a coleção de cartografia e projetos urbanísticos e arquitetónicos; um conjunto importante de artes decorativas destacando-se a cerâmica e a azulejaria; elementos arquitetónicos diversos de monumentos e edifícios da cidade; objetos do



Museu da Cidade (Lisboa). (Carlos Luis M. C. Da Cruz, 2010).

⁶² Texto de Ana Rita Rodrigues.

⁶³ Campo Grande, 245 – 1700-091 Lisboa.

⁶⁴ Rua do Campo Grande, 382 – 1700-097 Lisboa.

⁶⁵ Rua do Aljube, 5 – 1100-059 Lisboa.

⁶⁶ Largo de Santo António da Sé, 24 – 1100-585 Lisboa.

⁶⁷ Não foi possível incluir o valor da verba anual destinada a este conjunto de museus pela Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que não obtivemos resposta junto do Museu ou EGEAC.

⁶⁸ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Paginas/Default.aspx>.

⁶⁹ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Paginas/default.aspx>.

quotidiano, desde a pré-história à época industrial, e imaginário religioso; coleções temáticas (Camões, República, etc.); e, ainda, Maquetes e esculturas.

O Museu Rafael Bordalo Pinheiro⁷⁰ é exclusivamente dedicado à obra deste



Museu Rafael Bordalo Pinheiro (Lisboa). (Câmara Municipal de Lisboa, 2009).

artista incluindo uma coleção de 1200 peças de cerâmica; 3500 exemplares de gravuras; 3000 originais, entre desenhos e pinturas; 900 fotografias de época; mais de 3000 publicações; um significativo acervo documental proveniente das coleções privadas de Cruz Magalhães e pelo de Julieta Ferrão, primeira diretora da instituição.

O Museu do Teatro Romano⁷¹ é um espaço que engloba múltiplas áreas expositivas onde podem ser observados diversos testemunhos arqueológicos, quer referentes a um Teatro Romano quer a outras construções que foram sendo edificadas, no local, ao longo dos séculos. O Teatro, que remonta à ocupação romana da cidade, está instalado num edifício seiscentista que pertenceu ao Cabido



Museu do Teatro Romano (Lisboa). (Tyson Williams, 2013).

da Sé. No início do século XX, esta construção albergou o Teatro do Aljube e, mais tarde, uma fábrica de malas. A sua recuperação arquitetónica manteve algumas das soluções construtivas anteriores, procurando mostrar aos visitantes as vivências deste espaço ao longo do tempo.



Museu Antoniano (Lisboa). (Câmara Municipal de Lisboa, 2009).

O Museu Antoniano⁷² (atualmente em fase requalificação e ampliação) está instalado junto à Igreja dedicada ao santo, em Lisboa, local onde se pensa ter sido a casa dos seus pais. Neste espaço podemos encontrar diferentes coleções, de carácter erudito e popular, constituídas por pinturas, esculturas,

⁷⁰ Informação recolhida em <http://www.museubordalopinheiro.pt/0201.htm>.

⁷¹ Informação recolhida em <http://www.museuteatroromano.pt/omuseu/Paginas/default.aspx>.

⁷² Informação recolhida em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/common/municipais/info/museu-antoniano>.

imaginárias, cerâmicas, alfaias litúrgicas e azulejaria, que documentam a devoção ao santo.

O Serviço de Animação e Pedagogia comum aos Museus da Cidade, Rafael Bordalo Pinheiro, do Teatro Romano e Antoniano foi criado em 1989, passando, posteriormente, em 2003, a pertencer à EGEAC, que continua a assegurar a sua função de dinamização das coleções, junto do público escolar, promovendo atividades lúdico-pedagógicas tais como visitas orientadas, reconstituições históricas, oficinas de expressão plástica, *workshops* e ações de formação, destinadas a crianças do pré-escolar ao ensino universitário, pessoas com necessidades educativas especiais, séniores e público em geral. Estas atividades têm como objetivo integrar os vários públicos na história e nas vivências da cidade de Lisboa ao longo dos séculos, procurando, igualmente, sensibilizá-los para o valor do seu património e para a necessidade de preservação do mesmo.

Para tal, o Serviço de Animação e Pedagogia recorre à criação de um conjunto de visitas temáticas individualizadas para o ensino pré-escolar, para o 1.º ciclo de ensino básico, para os 2.º e 3.º ciclos de ensino básico, para o ensino secundário, para o ensino universitário, para pessoas com necessidades especiais, para o público sénior e para o público em geral, sendo estas gratuitas e realizáveis mediante marcação prévia.

Entre elas⁷³ predominam, para alunos do pré-escolar, no Museu da Cidade, as visitas “História de Lisboa”, que pode ser feita tendo em conta dois períodos históricos diferentes (da pré – história à reconquista da cidade ou da reconquista da cidade à maquete de Lisboa anterior ao terramoto de 1755); “Uma aventura na pré-história”, na qual se expõem factos da vida do Homem no período pré-histórico, com base em elementos gráficos e em peças expostas, seguindo-se uma oficina de expressão plástica; “Brincar aos cavaleiros”, explora a partir do quadro “Conquista da Cidade de Lisboa aos Mouros” o percurso de pajem até cavaleiro e a sua vivência no castelo, sendo também uma atividade seguida de uma oficina de expressão plástica; “Mil e uma noites na cidade de Lisboa” trata-se de um teatro de fantoches, idealizado a partir da Lisboa medieval e do conto das *Mil e uma noites*; “Um doce dançar” explora os usos e costumes setecentistas, no que à culinária, às indumentárias e aos divertimentos, como a dança, diz respeito; “Danças no palácio” não é mais que uma oficina de danças

⁷³ Seleção para o ano letivo 2012/2013.

seiscentistas, onde os mais pequenos podem contactar com a música e as danças desta época. Já no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, encontra-se, para este público, as visitas “Ceramistas por uma hora”, em que as crianças conhecem as cerâmicas do artista e, numa segunda parte, recriam as suas próprias cerâmicas; e “As histórias do Zé” que pressupõe a observação e compreensão desta figura para uma posterior recriação pelos mais novos⁷⁴.

Para alunos do 1º. Ciclo de Ensino Básico, o Museu da Cidade oferece “Memórias de Lisboa”, uma visita orientada com recriação histórica ao longo das salas do Museu; “Ars in Tessella – Arte em Tessela”, uma visita orientada às salas da Lisboa Romana, cidade de Olisipo, seguida de uma oficina de construção de pequenos painéis com tesselas; “S. Vicente e o brasão da cidade” explora a lenda de S. Vicente e da sua importância como padroeiro da cidade de Lisboa; “D. Afonso Henriques – (Re) Conquista de Lisboa aos Mouros” trata-se de uma visita orientada à época medieval com reconstituição histórica; “Todos a Bordo...” espelha a cidade de Lisboa em plena época quinhentista, evidenciando o quotidiano a bordo das embarcações que partiam para a Índia; “1 De Novembro de 1755 - O Dia em que a Terra Tremeu...” procura explicar os factos ocorridos na cidade de Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755, partindo de excertos da obra “Recordações de Jacôme Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal” e da observação de gravuras referentes ao terramoto, sendo que a esta visita se segue uma ação de sensibilização sobre o que fazer antes, durante e depois de um terramoto; “Um passo...um leque...um sinal...por fim um olhar...” trata-se de uma reconstituição do século XVIII, com recurso a danças da época; “Os Saloios em Lisboa” é também uma visita orientada com reconstituição histórica mas do século XIX; e, “Há Matemática no Museu” leva os alunos a procurar descobrir conceitos matemáticos nos objetos expostos no museu. No Museu Rafael Bordalo Pinheiro temos, para esta faixa etária, as visitas “Caricaturas à Bordalo”, uma visita orientada com incidência nas caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, seguida de oficina de expressão plástica e “Um Lápis para Bordalo” uma visita orientada às salas de cerâmica, terminada com uma oficina de cerâmica. No Museu do Teatro Romano, as crianças podem realizar a atividade denominada “Arqueologia e os Romanos”, uma visita às escavações arqueológicas que constituem este museu, salientando a importância do

⁷⁴ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/ActividadesDocumentos%20Actividades/Programa%20ensino%20pré-escolar.pdf>.

papel da arqueologia e do arqueólogo. “Os Tronos de Santo António” é a visita que estes alunos poderão realizar ao Museu Antoniano, e revela a importância da tradição dos tronos de Santo António para a sociedade lisboeta⁷⁵.

Já para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, o Museu da Cidade reservou “História de Lisboa”, uma visita orientada que aborda a evolução do território e da cidade de Lisboa, da pré-história ao início do século XX, através das obras expostas; “Das origens à Lisboa da Expansão”, atividade que foca os principais acontecimentos históricos de Lisboa desde a pré-história ao período da expansão; “Da Expansão à Lisboa Romântica”, uma visita orientada às salas do museu que salienta os principais acontecimentos históricos da cidade de Lisboa desde o período da expansão ao romantismo; “Antes de Lisboa” tem como objetivo proporcionar aos alunos a compreensão do território lisbonense no tempo da pré-história, através das peças expostas, seguindo-se uma oficina de arqueologia; “Olisipo Felicitas Júlia – A Cidade Romana de Lisboa” tem como percurso as salas do período romano, apelando para a observação e interpretação das peças expostas, sendo associada uma oficina de jogos de época; em “A Cidade Medieval” a visita refere-se às salas do período medieval e é apoiada por recursos pedagógicos; “D’ Aquém e D’ Além-mar” não é mais que uma caracterização da cidade de Lisboa na época quinhentista, seguida de uma oficina de expressão plástica; “Lisboa antes e depois do Terramoto de 1755” caracteriza Lisboa antes e depois do terramoto de 1755, através da análise do espólio exposto e da leitura de excertos da obra *O Portugal de D. João V visto por três estrangeiros*; “Lisboa em Ruínas” faz a reconstituição histórica da devastação que a cidade sofreu por ação do Terramoto de 1755; “Um azulejo na t-shirt” é uma visita orientada ao património azulejar do Museu da Cidade, que termina com uma oficina de estampagem em tecido; “Lisboa Romântica e Burguesa” analisa os aspetos referentes à cidade de Lisboa do século XIX, através da interação de uma personagem histórica; e “Ars in Tessella – Arte em Tessela”, anteriormente referida. Já no Museu Bordalo Pinheiro, encontramos as iniciativas “Descobrir Bordalo...”, uma visita integral às salas do Museu; “António Maria”, uma visita orientada ao museu, exclusivamente dedicada às ilustrações publicadas no periódico António Maria; “Um lápis para Bordalo” é outra das atividades estendidas ao 2.º e 3.º Ciclos de Ensino Básico. No Museu do Teatro Romano oferece

⁷⁵ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%201ºCEB.pdf>

“Conhecer o Museu do Teatro Romano”, uma visita orientada ao museu e às escavação arqueológica, evidenciando aspetos relacionados com a sua fundação, tipologia e instalação no edifício onde hoje se encontra. Ao longo da visita analisa-se o espólio exposto referindo a sua contextualização e importância no discurso expositivo do museu; e, também “Arqueologia e os Romanos”, uma atividade já descrita anteriormente. Por fim, “Os Sermões de Santo António” apresentam a este público o Museu Antoniano, dando ênfase aos sermões deste santo e à importância dos mesmos⁷⁶.

O Ensino Secundário partilha com o público anterior a atividade “História de Lisboa”, apresentado também “Olisipo Felicitas Júlia – A Cidade Romana de Lisboa”, uma visita orientada às salas do período romano; “Lisboa Antes e Depois do Terramoto de 1755”, que através da análise do espólio exposto e da leitura de excertos da obra “O Portugal de D. João V visto por três estrangeiros”, procura caracterizar Lisboa antes e depois do terramoto de 1755; “Percurso na Lisboa do Terramoto” trata-se de uma visita à maquete da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755, com recurso aos chamados quiosques virtuais; “História do Azulejo” é uma visita orientada ao património azulejar do Museu da Cidade, seguida de uma oficina de pintura em cerâmica; a visita “Memórias do Papel” procura incutir noções básicas de conservação e restauro de documentos gráficos nos alunos e conta com uma oficina em que se trabalha a planificação, limpeza, preparação de adesivos e tratamento de rasgos neste tipo de património. No Museu do Teatro Romano, a visita intitulada “Vida e Obra de Rafael Bordalo Pinheiro” faz uma apresentação pormenorizada do museu, referindo a sua fundação, história do edifício, vida do artista e o espólio exposto; “António Maria”, atividade referida para os 2º. e 3º. Ciclos, vem também incorporar o plano do Ensino Secundário, à semelhança de “Conhecer o Teatro Romano”. “Vida e obra de Santo António”, atividade realizada no Museu Antoniano, procura apresentar o museu, referindo aspetos relacionados com a sua história, tipologia das coleções expostas e inserção do culto de Santo António na história e nos costumes da cidade de Lisboa⁷⁷.

Para os alunos do Ensino Universitário é feita uma seleção das visitas temáticas apresentadas para o Ensino Secundário, com o objetivo de fornecer ferramentas de interpretação do espólio exposto para o estudo da cidade. São elas: “História de

⁷⁶ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%202º-3ºCEB.pdf>.

⁷⁷ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20ensino%20secundario.pdf>.

Lisboa”, “Percurso na Lisboa do Terramoto”, no Museu da Cidade; “Vida e obra de Rafael Bordalo Pinheiro”, no Museu Bordalo Pinheiro; “Conhecer o Museu do Teatro Romano”, no museu com o mesmo nome; e, finalmente, “Vida e obra de Santo António”, atividade realizada no Museu Antoniano⁷⁸.

Ao público denominado NEES – Necessidades Educativas Especiais – o Museu da Cidade reserva as visitas lúdicas “Memórias de Lisboa”, “Ars in Tessella – Arte em Tessela”, “Lisboa em ruínas”, “Um azulejo na t-shirt” e “Os saloios em Lisboa”. No Museu dedicado à obra de Rafael Bordalo Pinheiro, este público pode desenvolver as atividades “Um lápis para Bordalo”, “As histórias do Zé” e “Tatear Bordalo”, na qual são visitadas as salas do museu, com o apoio de cadernos em Braille. Finalmente, no Museu Antoniano, é possível realizar a visita “Santo António, Santo Antonino”⁷⁹.

O público sénior poderá realizar todas as atividades sugeridas para pessoas portadoras de NEES, no Museu da Cidade, e, ainda, as visitas “D’aquém e d’além mar”, que faz a caracterização da cidade de Lisboa na época quinhentista, seguindo-se uma oficina de expressão plástica, e “Percurso na Lisboa do Terramoto”, uma visita exclusivamente orientada à maquete da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. “Conhecer o Museu do Teatro Romano” e “Santo António, Santo Antonino” são outras das atividades dedicadas a este público⁸⁰.

Porque também o público em geral solicita visitas guiadas, o Serviço Educativo do Museu da Cidade elaborou um plano de visitas a pensar nestes interessados que, por norma, se realizam ao Domingo. Entre essas atividades destacamos “História de Lisboa”, “Percurso na Lisboa do Terramoto”, “História do Azulejo”, “Residências Reais em Lisboa” (Visita orientada destacando as residências reais utilizadas pelos Reis ao longo dos séculos na cidade de Lisboa), “Igrejas de Lisboa” (Visita orientada destacando as igrejas de Lisboa e a sua importância para a história da cidade), “Conhecer para Preservar” (Visita orientada ao museu abordando as obras expostas com interesse do ponto de vista da preservação e intervenção de conservação e restauro), “Memórias do Papel”, “Vida e Obra de Rafael Bordalo Pinheiro”, “António Maria”,

⁷⁸ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20ensino%20universitário.pdf>.

⁷⁹ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Pessoas%20com%20necessidades%20especiais.pdf>.

⁸⁰ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Público%20Sénior.pdf>.

“Bordalo Pinheiro e a Fábrica das Caldas da Rainha” (Visita à sala de cerâmica, focando a relação entre o artista enquanto ceramista e diretor artístico da fábrica de cerâmica e faianças das Caldas da Rainha), “Conhecer o Museu do Teatro Romano” e, por último, “Vida e Obra de Santo António”⁸¹.

⁸¹ Informação recolhida em <http://www.museudacidade.pt/Visitas/Actividades/Documentos%20Actividades/Programa%20Público%20em%20Geral.pdf>.

Anexo V

Museum of London (Londres)

Museum of London⁸²

O Museu de Londres⁸³ é tutelado por dois organismos públicos, a *Greater London Authority* (Autoridade Regional de Londres) e a *City of London Corporation* (órgão municipal da cidade de Londres), que nomeiam 6 governadores cada um. São estes 18 governadores do Museu de Londres que, entre si, escolhem um presidente. À administração do Museu de Londres cabe também gerir os *Museum of London Dockland*⁸⁴ e o MOLA (*Museum of London Archaeology*). As três instituições empregam um total de 275 funcionários e dependem do financiamento anual proporcionado pelo Grupo Harcourt através de dois programas, o *Harcourt Patron* (£1.250) e o *Harcourt Benefactor* (£5.000), e pelo programa subsidiado *Museum of London's Development Programme* (£243.000), que servem para apoiar as atividades educativas e sessões com escolas, a aquisição de objetos e obras de arte para as coleções, desenvolver os conhecimentos arqueológicos da equipa, adquirir vestuário de época para animações teatrais e para assegurar a conservação de objetos raros e preciosos. A estes valores junta-se a entrada em exposições temporárias que podem chegar a £10 para adultos, £8 para crianças, £22,50 para famílias até 3 elementos, £30 para famílias até 4 elementos, £37,50 para famílias até 5 elementos e £45 para famílias até 6 elementos. A visita às coleções permanentes do Museu e a participação de crianças, jovens e pessoas com necessidades especiais em atividades pedagógicas são gratuitas⁸⁵.

Com vista para as ruínas da muralha romana da cidade, perto da catedral de São Paulo, o Museu de Londres conta a história desta cidade e do seu povo desde os tempos pré-históricos, passando pelo período de ocupação romana e medieval, pelas devastadoras guerras civis, peste negra e grande incêndio de 1666, pela expansão do século XVIII, até chegar à movimentada Londres de hoje em dia⁸⁶.



Museum of London (Londres). (Fotografia recolhida em <http://www.widecow.com/museum-of-london-city-of-london/>).

⁸² Texto de Ana Rita Rodrigues.

⁸³ 150 London Wall, London EC2Y 5HN.

⁸⁴ West India Quay, Canary Wharf, London E14 4AL.

⁸⁵ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/london-wall/>.



Museum of London Dockland (Londres). (Museum of London, 2003).

O Museum of London Dockland⁸⁷ está situado junto ao deslumbrante cais de Canary Wharf e tem como objetivo prioritário enquadrar a história de Londres enquanto importante cidade portuária, desde os tempos romanos à constituição

do museu, implantado num armazém com cerca de 200 anos. O museu recorre a tecnologias interativas, cenas recriadas e artefactos originais para expor as histórias sobre o comércio transatlântico, as migrações ou os negócios que se fizeram ao longo dos séculos, na cidade de Londres.

Já o MOLA⁸⁸ – Museum of London Archaeology – não se trata de um museu, implantado num determinado edifício, como comumente associamos, mas sim de um conjunto de espaços onde houve intervenção arqueológica por parte do Museu de Londres, possibilitando, aos seus visitantes, conhecerem uma escavação em curso. Aqui, os interessados podem desempenhar funções como manusear instrumentos específicos para retirar as peças encontradas e proceder à sua medição e reprodução, por meio de desenhos.



Escavação arqueológica a uma estrada romana (Londres), pelo MOLA. (MOLA, 2005).

Tal como o Museu da Cidade de Lisboa, o Museu de Londres revela uma grande tendência para a educação, possuindo um serviço educativo muito ativo, que promove, anualmente, diversas atividades pedagógicas, na maioria gratuitas, essencialmente para públicos escolares (dos 3 aos 18 anos), grupos de pessoas portadoras de difidências físicas e psíquicas, famílias e público em geral. Estas visitas incluem a observação dos objetos expostos, animações dramáticas e teatrais, conto de histórias e realização de oficinas várias. Algumas das atividades podem ser desenvolvidas pela equipa que constitui o serviço educativo na própria escola.

⁸⁶ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/About-the-collections/>.

⁸⁷ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/About-the-collections/History-of-the-Collections.htm>.

⁸⁸ Informação recolhida em <http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/Services/>.

Em relação aos públicos escolares, estes encontram-se divididos segundo os chamados “Keystages”⁸⁹, motivo pelo qual as atividades propostas pelo Museu de Londres são específicas para as faixas etárias entre os 3 e os 5 anos, os 5 e os 7 anos, os 7 e os 11 anos, os 11 e os 14 anos, os 14 e os 16 anos e para maiores de 16 anos. Ao público em geral o Museu de Londres proporciona itinerários monumentais pela cidade e a participação em escavações arqueológicas em curso.

Para o que corresponde à idade pré-escolar no Reino Unido (3-5 anos), o Museu de Londres sugere as atividades “Casa de Hilda”, onde serão contadas histórias do tempo dos anglo-saxões, seguindo-se uma oficina de decoração de potes em barro, à semelhança dos produzidos por este povo; “Velhas e novas histórias” propõe aos alunos que criem uma história, usando câmaras digitais para captar e explorar os objetos expostos na sala “Londres Medieval”; em “Brinquedos vitorianos”, os alunos irão contactar com brinquedos vitorianos, usados entre 1960 e 1970, que incluem brinquedos de areia, zootrópios, livros de Flick, bonecas, soldados, quebra-cabeças, piões e caleidoscópios. No *Museum of London Docklands* são realizadas para esta faixa etária as sessões “Olho para o desenho”, uma oficina de desenho multissensorial, que explora todos os bens que antes eram importados de todo o mundo e armazenados nas docas londrinas; “Eu gosto de estar perto do mar!”, atividade que envolve uma oficina de narração interativa sobre o tempo vitoriano, em Londres, apoiada na visualização de objetos expostos; “Eu vivo em Londres!”, que consiste numa exploração interativa de mapas e imagens sobre a cidade de Londres, a sua geografia, edifícios, transportes e pessoas; na visita intitulada “O marinheiro que conhecia mil histórias”, que acontece em torno de um mapa gigante, os alunos irão discutir sobre diferentes países e aprender tudo sobre o comércio entre Londres e o resto do mundo, realizando-se, depois uma oficina em que os alunos recriarão uma história tradicional, passada na China, sobre um comerciante de especiarias e seda que não conseguia controlar sua ganância; “Desenterrá-lo!”, recorre à personagem de Allie, um arqueólogo, para exemplificar os procedimentos de uma escavação arqueológica e descobrir autênticos tesouros enterrados⁹⁰.

⁸⁹ Informação recolhida em *Oxford Advanced Learner’s Dictionary*, Oxford University Press, 2005; e <http://dictionary.reference.com/browse/key+stage?s=1>.

⁹⁰ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD-0EE4-4AC2-BA54-59D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>.

Com os alunos que se encontram a frequentar o *Keystage 1*, ou seja, que possuem idades compreendidas entre os 5 e os 7 anos, o Museu de Londres desenvolve as visitas orientadas “Brinquedos vitorianos” (referenciada acima); “Criação de um grande fogo”, atividade em que os alunos podem fotografar objetos originais e discutir relatos de testemunhas oculares, sobre o grande fogo de Londres; “Incêndio de Londres”, uma videoconferência sobre o grande fogo que atingira Londres, que inclui a visualização e investigação sobre objetos do período; “Fogo! Fogo!” leva os alunos até aos remotos anos de 1666, contando a história de um menino e do seu gato que sobreviveram ao Grande Incêndio de Londres; “A queima de Londres!” trata-se de uma encenação dramática sobre a história do fogo, suas consequências e a posterior reconstrução da cidade; “Mary Seacole” é a personagem que conta as suas experiências enquanto mulher negra em Londres, durante a Guerra da Crimeia (1853-1856); “Andar sobre o Grande Incêndio” refere-se a uma visita a locais patrimoniais que restaram do Grande Fogo, tais como becos escondidos, uma igreja em ruínas, a Catedral de São Paulo e a antiga muralha da cidade, à qual se segue uma visita guiada à galeria “War, Plague & Fire”. Já no *Museum of London Docklands*, são indicadas as visitas denominadas “Desenterrá-lo!”, “Eu gosto de estar perto do mar!”, “Um dia na velha ponte de Londres”, que tem por objetivo fazer com que os alunos comparem as construções entre 1400 e 1600 com as atuais e, ainda, perceber que tipo de pessoas e animais utilizavam esta ponte todos os dias; “Tornar-se um Mudlark” é a sessão na qual os alunos descobrem como era viver e trabalhar junto ao Tamisa; “De onde é que vem?” situa no espaço a proveniência dos produtos exóticos do passado que chegavam aos portos londrinos. Realizável pela equipa que constitui o Serviço Educativo do museu, apenas nas escolas, temos o teatro de fantoches e marionetas “Grandes bonecos de fogo”, que conta a história do Grande Incêndio de Londres e suas consequências para a capital. A encenação é seguida de uma oficina criativa, em que cada aluno irá representar uma personagem⁹¹.

Para os alunos cujas idades se situam entre os 7 e os 11 anos, o chamado *Keystage 2*, o Museu de Londres apresenta “Um Conto de Natal”, uma encenação sobre o avaro Sr. Scrooge, que na véspera de Natal, encontra fantasmas e espíritos, que lhe irão ensinar o verdadeiro significado do Natal; “Crianças de Dickens” recorre às

⁹¹ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD-0EE4-4AC2-BA54-59D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>.

palavras do escritor Charles Dickens, para mostrar como eram difíceis as vidas das crianças pobres, na época vitoriana; “Entrar para uma fotografia vitoriana” trata-se de uma atividade onde os alunos, vestidos com trajes vitorianos, são fotografados, sendo estas fotografias digitalmente inseridas em originais do tempo de Londres vitoriana; “Evacuação e destruição” toma como exemplo a Segunda Guerra Mundial, para mostrar às crianças o poder destrutivo de uma guerra e o que devem fazer caso aconteça uma; “Moda através do tempo” é uma atividade em que os alunos vestem réplicas de trajes romanos, Tudors, vitorianos e do século XX e experimentam a tecelagem para compreenderem como eram fabricados diferentes tecidos, antes de discutir o que a roupa nos pode dizer sobre a vida das pessoas; em “Compreender os Romanos” os alunos irão lidar com uma série de objetos originais romanos e aprender como a arqueologia nos ajuda a compreender o passado; “Mary Prince” é a personagem que dá a conhecer o quotidiano de Londres, em pleno período de abolição da escravatura; “O traje romano” é uma visita ao passado romano, no que ao vestuário deste povo diz respeito; “Londres romana viva” fornece uma visão sobre a vida em Londres sob domínio romano, por meio de personagens-tipo; “Mitos romanos” não é mais que conto de uma narrativa dramática das aventuras de Perseu, seguida de uma oficina de produção de mitos; em “Terrível tecnologia” os alunos contactam com uma série de objetos originais do século XX, tais como telefones, gira-discos, rádios, aspiradores de pó e máquinas de escrever; “O Scop” é um contador de histórias de origem saxónica, que irá colocar em evidência os atos heroicos de reis como Beowulf e Alfred; “Danças e sociedade Tudor” recorre a um baile de máscaras, como aqueles que eram populares nos reinados de Henrique VIII e Elizabeth I, para introduzir os alunos no ambiente cortezão do século XVI; “Vendedor de rua vitoriano”, é o personagem que descreve as mudanças sociais e industriais, em Inglaterra, neste tempo; “Windrush e a mudança cultural” trata-se de uma animação teatral que explora as razões da migração que muitas pessoas realizaram entre as Caraíbas e Londres, a bordo do célebre MV Empire Windrush, em 1948. Para o *Museum of London Docklands* foram reservadas as visitas “Torne-se um Mudlark”; “Abdul Miah: A história de um marinheiro Lascar”, que fazia a rota do chá da Índia, explicando por que deixou Calcutá, como era a sua vida a bordo do navio, bem como as aventuras que viveu em Londres; “Seja um explorador Tudor”, concede aos alunos a oportunidade de explorarem o quotidiano da época Tudor, nomeadamente o que acontecia nas viagens levadas a cabo pelos marinheiros; a animação “Bella Feltwell: uma dona de casa de East End” retrata a vida em East End, durante a guerra,

através da personagem Bella Feltwell, uma dona de casa; “Cornelius Long: o estivador de Londres” explica às crianças como o trabalho portuário foi muitas vezes um negócio de família, realizado por muitas várias gerações de homens; “Porta de entrada para o mundo!” remete-nos para a década de 1880, quando Londres era o centro do comércio e da indústria mundial; “Investigar o Tamisa” consiste num trabalho de campo dedicado ao apuramento de dados abióticos (temperatura da água, estado do tempo, marés), avaliando a qualidade da água através de análises químicas, o impacto do lixo sobre a fauna local, além de investigar as características do rio enquanto meio de transporte; “Investigar o Tamisa Vitoriano” recorre à análise de diferentes fontes históricas, tais como mapas e fotografias, para informar os alunos como era o Tamisa e suas docas na época vitoriana; a sessão “Os portos de Londres em guerra” explora a temática das guerras que se deram em Londres a partir dos seus portos; “Questões de dinheiro” possibilita aos alunos desenvolverem as suas habilidades matemáticas, como a resolução de problemas, realizando conexões com situações cotidianas; “O trabalho, a pobreza e a vida nas docas vitorianas”, é uma visita que procura dar a conhecer as docas como um importante centro para o comércio e indústria vitorianos e descobrir mais sobre as condições de trabalho e de vida das famílias dos estivadores; em “Histórias de Sailortown” é focada a história de Jack Monroe, de modo a introduzir os alunos na habitação, no trabalho e no lazer de East End vitoriano; “A ilha século XX” é uma visita guiada a todo o Museu Docklands, com o intuito não só de conhecer a sua história e o impacto que causou nos londrinos, como a sua importância na atualidade; na atividade intitulada “O Tamisa: Conexão a Londres”, ao traçar as rotas do Tamisa contrapõem mapas históricos e modernos, planos e fotografias antigas, os alunos irão descobrir o papel central do rio enquanto mecanismo de desenvolvimento da cidade de Londres; em “Terra e mar Tudor”, os alunos irão descobrir como era a vida a bordo de um navio, simulando uma viagem ao redor do mundo com o comandante Drake; “Ricos e pobres da época Tudor” procura mostrar como era a vida de um servo numa das grandes casas senhoriais no final do século XVI, em Londres; em “O que está na loja?” Alf Turner, um comerciante que trabalha numa loja durante a Segunda Guerra Mundial, discute com os alunos as suas dificuldades por estes tempos difíceis; “William Ware: artista de guerra” é a visita na qual os alunos exploram a pintura de William Ware, em exposição no museu, seguindo-se uma oficina de arte; por fim, “Arqueologia para todos: os tesouros ocultos do Tamisa” divide em duas partes, sendo a primeira um trabalho de

campo à beira do rio, onde serão analisados artefactos arqueológicos, a comparar, depois, com outros semelhantes no Museu⁹².

À faixa etária entre os 11 e os 14 anos (*Keystage 3*), o Museu de Londres atribuiu as atividades “Arqueologia para todos: tesouros ocultos do Tamisa” e “Um Conto de Natal”, anteriormente descritas e, ainda, “Eu sou um londrino?”, cujo objetivo é explorar o senso de identidade dos alunos, seguindo-se uma oficina de escrita criativa sobre o tema; “Contagem para o conflito: A Guerra Civil Inglesa”, visita em que os alunos poderão explorar a galeria “War, Plague & Fire” referente ao período entre 1550 e 1660; “Apresentação de Londres romana” explorar a civilização romana londrina em todas as suas vertentes: social, económica e política; “Dia do estudo medieval em Londres” permite investigar como seria a vida em Londres, durante o período medieval, a partir da observação do espólio exposto; “O impacto do império” revela através de artefactos datados de diferentes épocas, o papel da capital desde o domínio romano até se tornar centro do Império Britânico; “Dia de estudo na Londres Tudor” consiste numa audiência com o rei Henrique VIII, a fim de perceber como era a vida em Londres na era Tudor; “Carreiras diárias” é o título de uma visita que procura dar aos alunos uma visão sobre o mundo do trabalho, utilizando o vasto leque de opções de profissões disponíveis num museu; a sessão “Dickens em contexto” tem como objetivo a compreensão da cidade de Londres, que Dickens explorou em muitas das suas histórias, seguindo-se uma oficina de escrita criativa. Já no *Museum of London Docklands* estes alunos poderão participar em atividades como “Correr 1.000 milhas para a Liberdade”; “Londres: Uma casa em casa”, sessão interativa que revela como diferentes culturas que se foram concentrando em Londres ao longo dos séculos originaram uma cidade global; “Escravidão: Londres e mais além”, que procura analisar o impacto e o legado do tráfico transatlântico de escravos no desenvolvimento da vida quotidiana da capital; “Atingir a luz!” faz referência à manifestação de 1888, onde 1400 trabalhadoras da empresa Bryant & May, em Bow, entraram em greve para protestar contra os seus baixos salários e condições de vida miseráveis; “Dia de estudo sobre a escravidão” é uma visita que incide sobre o passado escravagista inglês. Nas escolas, o Serviço Educativo do Museu de Londres realiza as visitas temáticas “Peste Negra: Um conto de sobrevivência”, que mostra as causas e consequências da terrível doença que devastou a

⁹² Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/226AC9CD0EE44AC2BA54-59D2B2F373C7/0/Primarybrochure1213.pdf>.

Europa: a peste negra; Em “Caixas de Crédito” são apresentadas seis caixas, com os termos “cristianismo”, “islamismo”, “judaísmo”, “hinduísmo”, “budismo” e “siquismo”, contendo cada uma destas objetos, histórias orais, imagens e música específica de cada religião, de forma a desenvolver a tolerância religiosa entre os mais novos; “Diaristas de Londres” utiliza extratos dos diários de Samuel Pepys, Evelyn John e da rainha Victoria, de forma a inspirar os alunos a optarem por este tipo de escrita; em “Sufragista”, a personagem Kitty fala da sua experiência de greves de fome e de alimentação forçada, bem como dos seus motivos para exigir o direito ao voto; “ASBO!” conta a história de vítimas e agressores, numa grande cidade como a de Londres; “Pertencente” é uma sessão que incide sobre a vida dos refugiados em Londres; e, “História Negra” relata as conquistas dos negros de África e das Caraíbas, em Londres, no período de escravatura⁹³.

Ao *Keystage 4*, isto é, aos alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, o Museu de Londres reserva as visitas “Sufragista”, “ASBO!”, “Pertencente”, “História Negra”, “Carreiras diárias”, “Correr 1.000 milhas para a Liberdade”, “Dia de estudo sobre a escravidão”, “Arqueologia para todos: tesouros ocultos do Tamisa”, “Dickens em contexto”, e, ainda, “Crime em Londres: Uma investigação ao longo do tempo”, onde são analisados os vários contextos de criminalidade ao longo da história de Londres; “Saúde pública ao longo do tempo”, que permite aos alunos adquirirem conhecimentos sobre saúde ao longo dos vários períodos históricos; “Londres Romana”, uma visita dedica ao estudo da passagem da civilização romana pela Grã-Bretanha; e em “Sobreviver na cidade” as crianças são introduzidas no universo do crescimento comercial e as suas contrapartidas, tais como os fatores que podem afetá-lo. No *Museum of London Docklands* realizam-se as atividades intituladas “Jack, o Estripador, em Londres”, na qual é feito um retrato social de East End, pela altura de Jack, o Estripador; “O dinheiro faz o mundo girar!”, que procura entender o porto de Canary Wharf, como uma excelente oportunidade negócios que os alunos poderão explorar; a sessão “Regeneração 2012”, que concede uma visão geral da regeneração da Lea Valley, para que os alunos possam descobrir como a terra foi usada no passado, bem como as mudanças que sofreu para a realização dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012; “A regeneração dos portos de Londres”, que se trata de uma visita guiada à área

⁹³ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079-CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>.

de Canary Wharf, tendo como finalidade compreender as alterações arquitetónicas que ocorrerem ao longo dos tempos. Nas suas escolas, os alunos podem participar na iniciativa “A saúde pública no século XIX”, uma visita que remonta ao ano de 1875, com Henry Stephens MP, empenhado em parar o projeto de reforma de Saúde Pública⁹⁴.

Para os alunos com mais de 16 anos, a frequentar o *Keystage 5*, o Museu de Londres oferece as visitas “Arqueologia para todos: tesouros ocultos do Tamisa”; “Dickens em contexto”; “Arqueologia avançada no arquivo”, uma atividade onde os alunos irão contactar com vestígios arqueológicos retirados do Tamisa; “Chaucer em contexto”, uma animação teatral passada na sala “Londres Medieval”, que recorre à personagem de Chaucer, Harry Bailey, um proprietário da Pousada Tabard, onde os peregrinos começaram a sua viagem a Canterbury, para dar a conhecer aos alunos este período da história da cidade; na sessão denominada “A civilização romana em Londres” são explorados os primeiros contactos com a religião romana, a revolta Boudica e a romanização da região em torno do Tamisa. Já no *Museum of London Docklands*, os alunos poderão participar na visita “Ambientes urbanos”, uma retrospectiva histórica da evolução do porto de Canary Wharf⁹⁵.

Tal como o Museu da Cidade de Lisboa, também o Museu de Londres desenvolve atividades específicas para pessoas com necessidades especiais. Entre estas destacam-se as já referidas “Um Conto de Natal”, “Tornar-se um Mudlark”, “Entrar para uma fotografia vitoriana”, “Fogo! Fogo!”, “Eu gosto de estar junto ao mar!”, “A queima de Londres!”, “Mary Seacole” e, ainda, “1000 contos para serem contadas”, em que os alunos irão explorar a história de Londres, através de contos sobre o passado da cidade; “Todo o mundo é um palco!”, uma dramatização sobre as várias sociedades londrinas ao longo dos tempos; “Residência artística”, na qual os alunos produzem as suas próprias obras de arte, após a visualização de quadros expostos; “Tornar-se um *designer* Romano”, que inclui a observação de obras de arte romanas e a sua reprodução, numa fase posterior; “Acionar os motores!”, em que através de um teatro de fantoches, os alunos perceberão as causas e efeitos do grande incêndio de 1666; “Viagem no tempo”, uma visita guiada integral ao museu; “Viver com os romanos em Londres” mostra quem eram os romanos e como viviam; “Londres ao longo do tempo”

⁹⁴ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079-CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>.

⁹⁵ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/7B893339-DED2-4FF9-B079-CD47971157C1/0/Secondarybrochure1213.pdf>.

visita em que é dada liberdade de escolha aos docentes relativamente ao período de tempo sobre o qual gostariam que incidisse a sessão; “Jornadas romanas”, em que contador de histórias, Richard, apresenta uma série de objetos romanos que podem ser manuseados pelos alunos; “Cheiros das ruas romanas”, sessão que inclui a recriação do ambiente romano, com todos os seus cheiros, terminando com a exploração de uma réplica de um templo do mesmo povo; “Sons da Cidade” permite aprender a história de Londres através da música; “Histórias de Londres medieval” recorre aos contos de Chaucer para apresentada a cidade de Londres, durante o período medieval, aos alunos; na encenação “A chave para o passado”, uma chave abre o baú do tesouro, repleto de objetos medievais, a partir do qual os alunos serão introduzidos na história deste período. “Wartime Docklands” é a visita temática que poderá ser realizada por este público no *Museum of London Docklands*. Ao incidir sobre a Segunda Guerra Mundial, esta procura fornecer informações aos alunos sobre aspetos como a evacuação de pessoas, a escassez e racionamento de produtos alimentares e a destruição da cidade e docas. Na própria escola/instituição ou hospital escolar, o Serviço educativo do Museu de Londres apresenta as atividades: “Voltar do futuro”, que utiliza objetos pré-históricos para explicar aos alunos as características dos primeiros povos, seguindo-se uma oficina criativa de trabalhos com argila; “Mudar as caras”, que tem início com a observação de retratos de londrinos célebres, a fim de dar a conhecer aos alunos a sua importância; “Jantar à luz de velas”, que acontece na sala relativa à época dos Tudor, onde será simulada a iluminação através de velas, como acontecia por este tempo, pelo que cada aluno deve realizar o seu castiçal de barro, inspirado nos de época; “Docklands em guerra”, que se trata de uma abordagem à Segunda Guerra Mundial por meio de objetos nela utilizados; “Brincar agora e depois” dá a oportunidade, a este público, de brincar com réplicas de brinquedos vitorianos; “Crianças vitorianas” permite aos alunos conhecerem a realidade de crianças ricas e pobres em Londres, no período vitoriano, através de objetos como peças de vestuário e acessórios⁹⁶.

⁹⁶ Informação recolhida em <http://www.museumoflondon.org.uk/NR/rdonlyres/DB7A372D-FD09-4469-A8DB-CFFF20E8952E/0/SENbrochure1213.pdf>.